

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM QUIRINÓPOLIS,
GOIÁS: A ESCOLA NORMAL REGIONAL MUNICIPAL CORONEL
QUIRINO (1954 – 1961)**

MARIA DA FELICIDADE ALVES URZEDO

Uberlândia – MG

2004.

MARIA DA FELICIDADE ALVES URZEDO

**A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM QUIRINÓPOLIS,
GOIÁS: A ESCOLA NORMAL REGIONAL MUNICIPAL CORONEL
QUIRINO (1954 – 1961)**

Uberlândia – MG
Universidade Federal de Uberlândia
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MON
37(091)
U83h
TES/ME/M

MARIA DA FELICIDADE ALVES URZEDO

**A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM QUIRINÓPOLIS,
GOIÁS: A ESCOLA NORMAL REGIONAL MUNICIPAL CORONEL
QUIRINO (1954 – 1961)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a defesa e obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Décio Gatti Junior.

Uberlândia - MG

2004

FICHA CATALOGRÁFICA

URZEDO, Maria da Felicidade Alves.

A História da Formação Docente em Quirinópolis, Goiás: A Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino (1954 – 1961). Maria da Felicidade Alves Urzedo. Uberlândia, 2004.

131 folhas: il.

Orientador: Prof. Dr. Décio Gatti Junior.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em Educação.

Bibliografia: fl. 117 – 119.

1. O Contexto Histórico Social da Criação da Escola Normal no Brasil: Algumas Aproximações.
2. A Trajetória da Escola Normal em Goiás.
3. Gênese da Formação Docente em Quirinópolis, GO (1954 – 1961).

I. Universidade Federal de Uberlândia. II. Título

BANCA EXAMINADORA

Décio Gatti Júnior – UFU (Orientador)

Ester Buffa – UFSCar

Geraldo Inácio Filho - UFU

Para Guilherme, meu esposo, pelo apoio e estímulo que nunca me faltaram.

Para Fabiene e Guilherme, meus filhos, que foram colaboradores generosos durante todas as etapas da Pós-Graduação em Educação.

Para meu irmão Wenceslau e sua esposa Vera, grandes incentivadores, com eles dividi minhas dificuldades e alegrias em todas as fases da realização do Mestrado.

Para meus pais, Eloy e Altiva, em memória, que me educaram no amor ao conhecimento e à verdade.

Para meus irmãos, cunhados e sobrinhos que sempre me apoiaram durante essa maravilhosa e árdua caminhada.

Para Luciano e Tatiana, porque um Mestrado não se faz somente com estudo e pesquisa.

Agradecimentos

Ao meu orientador Décio Gatti Junior pela paciência, competência e amizade com que, ajudou-me a atravessar os caminhos de uma pesquisa.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação pela qualidade de suas aulas e aos colegas pela amizade e apoio na busca dos nossos objetivos.

A Arlete Salcides, embora distante, esteve sempre presente nos momentos de incertezas e de felicidade, ensinando-me a recomeçar.

Aos professores Geraldo Inácio Filho, Vera Lucia Abrão Borges, membros da minha banca de qualificação, pelas sugestões e comentários que enriqueceram o trabalho.

Aos ex-professores e ex-alunos da Escola Normal Regional Coronel Quirino, pela compreensão, paciência e memória brilhante com que forneceram significativas informações.

À Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Quirinópolis, Instituição na qual trabalho e que não tem medido esforços para que seus profissionais sejam cada vez mais qualificados.

À Prefeitura Municipal de Quirinópolis, Colégio Estadual Independência, Subsecretaria Regional de Educação de Quirinópolis e Rio Verde, Instituto de Educação de Goiás e Conselho Estadual de Educação, pela ajuda fundamental na fase de coleta de dados.

Ao Sr. Georgides, Leonardo, Gleise Meire e Ana Paula, pelo apoio que me foi tão caro.

A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, esta sempre melhor aparelhada para exercer a educação que desenvolva todas as disposições culturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim, guie toda a humanidade a seu destino. (...) Entre as descobertas há duas difícilimas, e são: a arte de governar os homens e a arte de educar.

(Kant, sobre a Pedagogia)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a História da Escola Normal Regional Coronel Quirino, de Quirinópolis, Goiás, no período de 1954 a 1961, focalizando a instituição escolar como espaço de formação de professores primários. A análise desdobra-se em três contextos que, de forma integrada, descrevem a institucionalização da Escola Normal no Brasil e põe em destaque disparidades do desenvolvimento sócio-cultural e econômico do país e de Goiás. A primeira parte do estudo busca contribuir com a História da Educação Nacional, especialmente no que tange aos aspectos relacionados à problemática da institucionalização da Escola Normal, dos processos de profissionalização do Magistério e da construção da atividade do ensino no Brasil. Na segunda parte, a ênfase da análise recai sobre a História das Escolas Normais em Goiás, em um esforço para dar visibilidade tanto aos caminhos políticos que envolveram a implementação da Escola Normal como aos fatos históricos relativos à Instrução Pública. Analisa-se a trajetória percorrida pela política educacional desde o momento em que se tornou necessária a criação da Escola Normal em Goiás até os anos de 1960. A terceira parte volta-se para os aspectos relativos à institucionalização da Escola Normal Regional de Quirinópolis, como espaço de divulgação de saberes e práticas pedagógicas que privilegiavam a formação moral e ética. Os resultados alcançados demonstraram que a Escola Normal Regional Coronel Quirino adquiriu grande importância social, contribuindo para legitimar seus egressos como futuros dirigentes dos setores público e privado da cidade e do Estado.

Palavras-Chave: História, Educação, Escola Normal.

ABSTRACT

The main object of study in this work is the story of one school in Quirinópolis, Goiás (Escola Normal Regional Coronel Quirino) from 1954 to 1961, showing this institution mainly as place to prepare elementary school teachers. The analysis is divided in three contexts that, at an integrate way, describes the institutionalization of the Normal School in Brazil and shows differences between the social, cultural and economic development of the country and Goiás. The first part intends to contribute to the National History of Education, specially concerning aspects related to the Normal Schools institutionalization problematic, processes of professionalization of magistry and evolution of teaching in Brazil. The major emphasis in the second part is on the Normal Schools History at Goiás, trying to show the politic pathways involved in its creation such as the historic facts related to the public teachers at that State. The trajectory of the educational policy is analysed since the moment that the creation of the Normal School became necessary at Goiás, until the decade of 1960. The third part focuses on aspects related to the institutionalization of the Normal School of Quirinópolis, as a place of divulgation of knowledge and pedagogic practices intending the moral and ethic formation. The results allow us to know that the Coronel Quirino Regional Normal School had great social importance, helping its former students to become leaders of public and private sectors of the city and the State.

Keywords: History, Education, Normal School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. O CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES.....	08
1.1. Processo de institucionalização das primeiras Escolas Normais no Brasil – referências históricas	08
1.2. A Educação e a Escola Normal no contexto dos anos de 1950 – 1960.....	18
1.3. Público, porém privativo – o espaço escolar.....	24
1.4. Considerações Parciais.....	28
2. A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL EM GOIÁS.....	30
2.1. História e Fatores Condicionantes do Desenvolvimento Educacional.....	30
2.2. A Escola Normal na interiorização da sociedade goiana.....	40
2.3. Adaptações do Ensino Normal à Lei Orgânica	47
2.4. O Ensino Normal em Goiás nos anos de 1950 – 1960.....	50
2.5. Considerações Parciais.....	61
3. GÊNESE DA FORMAÇÃO DOCENTE EM QUIRINÓPOLIS, GO (1954 – 1961).....	63
3.1. Quirinópolis – História, Desenvolvimento e Educação.....	65
3.2. Criação e Instalação da Escola Normal Regional Coronel Quirino.....	79
3.3. Aspectos Pedagógicos do Cotidiano Escolar.....	96
3.4. Corpo Docente e Discente – representações de ex-normalistas e de ex-professores.....	104
3.5. Considerações Parciais.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
MATERIAIS HISTÓRICOS.....	115
1. Depoimentos	115
2. Manuscritos.....	116
3. Periódicos.....	116
4. Legislação e Documentos Oficiais.....	116
5. Referências Bibliográficas.....	117
APÊNDICE.....	120
1. Roteiro para depoimentos de ex-professores da Escola Normal Regional Coronel Quirino	
2. Roteiro para depoimentos de ex-alunos da Escola Normal Regional Coronel Quirino	
3. Termo de Autorização	

LISTA DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADROS

Quadro 1 – Currículo do Ensino Normal do 1º ciclo determinado pelo Artigo 7º da Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída pelo Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946.....	16
Quadro 2 – Currículo do 2º ciclo determinado pelo Artigo 7º da Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946.....	17
Quadro 3 – Expansão da rede escolar pública em Goiás, 1930 – 1945.....	39
Quadro 4 – Relação de Cursos Normais criados em Goiás de 1889 a 1969.....	59
Quadro 5 – Relação das Disciplinas do Curso Normal Regional em Quirinópolis (1954 – 1961).....	84
Quadro 6 – Corpo Docente da Escola Normal Regional Coronel Quirino (1955 – 1961).....	93

TABELAS

Tabela 01 – Fluxo de Matrículas do Ensino Normal 1945 – 70. Brasil.....	19
Tabela 02 – Relação de Escolas Normais por dependência administrativa e por década em Goiás.....	54
Tabela 03 – Relação de Matrículas e dos Concluintes dos Cursos Normais em Goiás	55

GRÁFICOS

Gráfico 01 – Fluxo de Matrículas do Ensino Normal 1945 – 70. Brasil.....	20
Gráfico 02 – Expansão da rede escolar pública em Goiás, 1930 – 1945.....	39
Gráfico 03 – Relação de Escolas Normais por dependência administrativa e por década em Goiás.....	54
Gráfico 04 – Relação de Matrículas e dos Concluintes dos Cursos Normais em Goiás	56

FIGURAS

Figura 01 –	Residência e escola da Mestra Silvina Ermelinda Xavier de Brito, na cidade de Goiás.....	27
Figura 02 –	Primeiro Grupo Escolar instalado na capital, com o nome de Mestra Nhola. Inicialmente funcionou no prédio do Liceu.....	37
Figura 03 –	Liceu de Goiás em 1920.....	43
Figura 04 –	Palácio da Instrução. Prédio escolar que, pela construção, se contrapôs às antigas escolas instaladas em casas residenciais.....	44
Figura 05 –	Missão Pedagógica Paulista.....	45
Figura 06 –	Casa que se instalou o Colégio Santana, em 1889, no Largo do Chafariz na cidade de Goiás.....	51
Figura 07 –	Escola Normal de Rio Verde, em 1947.....	52
Figura 08 –	Messoregiões e Microrregiões do Estado de Goiás.....	65
Figura 09 –	Vista Panorâmica de Quirinópolis, 2004.....	66
Figura 10 –	Vista Panorâmica da Igreja Velha Matriz em dia de celebração de Missa e outros Sacramentos na década de 1920.....	68
Figura 11 –	Professor Gutemberg de Oliveira Pereira com seus alunos na escola da fazenda Capela Velha, 11/05/1956.....	72
Figura 12 –	Professor Amaro Bandeira Cavalcanti e seus alunos na escola Pedra Lisa – 1954	73
Figura 13 –	Grupo Escolar Ricardo Campos construído nos anos de 1930.....	74
Figura 14 –	Professora Jalta Barbosa com seus alunos do Grupo Escolar José Feliciano Ferreira em 1960.....	76
Figura 15 –	Prédio da Escola Normal Regional Coronel Quirino –1954, atual Museu de Quirinópolis.....	80
Figura 16 –	Alunos da 1ª e 2ª Turma da Escola Normal Regional Coronel Quirino, 1956.....	80
Figura 17 –	Dr. Geraldo Pinto Figueiredo, Diretor da Escola Normal Regional Coronel Quirino (1954 – 1961)	82
Figura 18 –	Clarice Parreira - 1ª Turma 1955.....	86
Figura 19 –	Elcia Borges da Silva - 1ª Turma 1955.....	86
Figura 20 –	Maria Conceição Teodósio - 1ª Turma 1955.....	86

Figura 21 –	Maria da Fé Chaves – 1ª Turma 1955.....	86
Figura 22 –	Maria Marilda Antunes – 1ª Turma 1955.....	86
Figura 23 –	Arcemélia França - 2ª Turma 1956.....	87
Figura 24 –	Áurea Barbosa - 2ª Turma 1956.....	87
Figura 25 –	Coracy de Magalhães - 2ª Turma 1956.....	87
Figura 26 –	Iracema Martins Correa – 2ª Turma 1956.....	88
Figura 27 –	Onília Vieira de Carvalho - 2ª Turma 1956.....	88
Figura 28 –	Edson Correa Paula – 3ª Turma 1957.....	89
Figura 29 –	Georgides de Souza Mattos - 3ª Turma 1957.....	89
Figura 30 –	Maria da Glória Borges - 3ª Turma 1957.....	89
Figura 31 –	Naldith Justino Rodrigues - 3ª Turma 1957.....	89
Figura 32 –	Athaydes de Freitas Silveira - 4ª Turma 1958.....	90
Figura 33 –	Creusa Alcântara de Sousa - 4ª Turma 1958.....	90
Figura 34 –	Digaully Bueno Marques - 4ª Turma 1958.....	91
Figura 35 –	Dinorah Josefa de Jesus - 4ª Turma 1958.....	91
Figura 36 –	Genoveva Ribeiro Neves, ex-professora –1955.....	94
Figura 37 –	Dr. Sizenando Martins, ex-professor – 1955.....	95
Figura 38 –	Humberto Xavier, ex-professor - 1956.....	95
Figura 39 –	Shirley Martins Parreira (1956) com uniforme de Educação Física.....	99
Figura 40 –	Alunos da 1ª e 2ª Turma com uniforme de Educação Física – 1956.....	99
Figura 41 –	Professora Coracy de Magalhães com seus alunos em 07 de setembro de 1960.....	101
Figura 42 –	Grupo de alunos do Grupo Escolar Ricardo Campos em 07 de setembro de 1948.....	102
Figura 43 –	Alunos desfilando em 07 de setembro de 1956.....	103
Figura 44 –	Diploma da formanda Elcia Borges da Silva, 1958.....	107

INTRODUÇÃO

A história de uma instituição educativa constrói-se entre a materialidade, a representação e a apropriação. As instituições educativas e por consequência a sua história constituem a representação discursiva, memorística e antropológica das mais complexas dialéticas educacionais.

Justino Magalhães

A temática dessa investigação refere-se ao movimento histórico e social de criação e desenvolvimento da Escola Normal Regional Coronel Quirino no período de 1954 a 1961, primeira escola de formação de professores primários em Quirinópolis, Goiás. O recorte 1954 – 1961 remete à data de criação e extinção da Escola Normal e a pesquisa insere-se no campo da Educação, na sub-área da História da Educação, especificamente vinculada às temáticas presentes na História das Instituições Educacionais.

Considerando-se que as Instituições Escolares são importantes objetos de estudo das Ciências da Educação, bem como se constituem em campos de ação privilegiados de sujeitos individuais e coletivos, produtores de interesses, resistências e marcados por experiências afetadas de valores, a temática da pesquisa envolve o interesse pelo histórico da primeira instituição de Ensino Normal Regional, da cidade de Quirinópolis, situada na região Sudoeste do Estado de Goiás, para a geração de condições de desenvolvimento econômico e cultural da população e do município e para o processo de incorporação do espaço goiano às regiões economicamente mais desenvolvidas do sudeste do país.

O objetivo desta pesquisa é apreender a história desta instituição pública municipal, com suas representações de educação, escola, desenvolvimento, que ela disseminou desde o seu processo de criação, bem como as projeções feitas pelos professores, alunos, diretor e administradores públicos que a idealizaram e a fizeram transformar em realidade.

Neste sentido, ganham relevo, na pesquisa as representações, os testemunhos, os registros escritos, entre outros suportes materiais das palavras, das idéias. Segundo Chartier, (1990, p. 169) a História Cultural:

[...] tem como objeto principal identificar a forma como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler. [...] Dessa forma pode-se pensar a história cultural do social tomando por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, partindo das representações do mundo social, na qual os atores que dela fazem parte, passam traduzir as suas posições e interesses de forma objetiva, e que de forma paralela, descrevem a sociedade tal como pensam que ela seja, ou como gostariam que fosse.

Historiar a educação e suas instituições é assinalar o seu desenvolvimento, especificamente no que concerne ao território da escola e dos processos de escolarização. Vislumbra-se, assim, a escola de um ângulo em que sua materialidade e suas finalidades têm efeitos nos sujeitos nela envolvidos, ou seja, se busca um conhecimento mais profundo destes espaços sociais por meio da apreensão daqueles elementos que lhe conferem identidade, isto é, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos.

Segundo Gatti Junior (2000, p. 131-47), as instituições educacionais e seus processos pedagógicos caracterizam-se pela complexidade, pois a escola é um espaço de ação de sujeitos individuais e coletivos, produtos e produtores de interesses, resistências, buscas, sucessos e fracassos, marcados por experiências afetadas por valores. Os estudos relacionados às instituições escolares estão diretamente ligados a assuntos referentes à história regional e local. Expandiu-se muito, justamente por explorar aspectos ligados à memória que, até então, eram considerados sem importância para as perspectivas da história nacional.

A história local é, sem dúvida, uma nova perspectiva de análise histórica que tem por objetivo trazer à tona temas singulares esquecidos e desvalorizados e que podem ser importantes para a construção tanto de uma história regional como também de uma história nacional, contribuindo, assim, para o debate historiográfico global.

Segundo Magalhães (1998, p. 55),

A construção da escola como objeto historiográfico, em muito assegurada por uma etnohistoriografia da educação a partir da escola, tem revelado que a escola, como a educação, são construções históricas, devendo-se, assim, falar de escolarização, por um lado, e de escola, cultura escolar, ou melhor, gramática escolar, por outro, um jogo dialético e discursivo que sumariamente confronta procura e oferta, mas que essencialmente se constrói e revela uma permanente tensão entre as capacidades inventivas das comunidades, por um lado e as normas, os constrangimentos, as resistências por outro.

A escola como instância central dos sistemas educativos da modernidade, assume funções de produção e reprodução sócio-cultural, funções de controle e conformação ao nível dos comportamentos, ideologias, representações e expectativas, mas também funções de mobilidade, construção.

Para Nosella e Buffa (1996, p. 16-7) a cultura humanística clássica tinha como função principal a distinção social do grupo que a possuía, consagrando seu afastamento do trabalho mecânico e manual. O trabalho foi sempre um fato pedagógico e influenciou no processo educativo dos homens e na figuração das instituições escolares. Esse fato só se tornou um princípio pedagógico na modernidade, como consequência da Revolução Industrial.

Para Gatti Junior e Pessanha (2004, p. 9) a História das Instituições Educacionais tem ocupado cada vez mais espaço no cenário da pesquisa histórico-educacional, envolvendo uma série de pesquisadores espalhados por todo o ocidente. Para eles no Brasil, tal fato é assim colocado:

No Brasil, ainda que mediante dificuldades, devido à inexistência de repertórios de fontes organizadas, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, por meio da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras, como destaque para a abordagem a partir da categoria trabalho presentes nos textos de Ester Buffa e Paolo Nosella.

Na visão de Buffa e Nosella o grande desafio da educação moderna consistiu em incorporar à escola ao mundo do trabalho. Isso significou substituir o humanismo tradicional, por humanismo tecnológico que enfocasse a problemática do trabalho, preservando a cultura clássica.

A história das instituições desenvolve-se por aproximação e distanciamento do objeto e da realidade do objeto, constituída pelo edifício, movimento de alunos, programas, manuais, sumários, exames, provas, termos de matrículas e de exame, por um lado, e atas, relatos gerenciais, orçamentários, contabilísticos, por outro, organizando-se, assim, sob uma lógica orgânico-funcional, a fim de obter o mais elevado índice de fidelidade, pragmático e significância na representação da instituição referida.

O problema que sustentou o presente trabalho foi a instituição escolar como espaço de formação moral, ética, intelectual e profissional. Daí a elaboração de questões relacionadas com a caracterização da instituição, fio condutor do início da investigação. Que discussões animavam as lideranças que se ocuparam com o projeto e o levaram adiante; de que maneira ocorreu a sua institucionalização e a sua organização pedagógica; qual teria sido a

importância e o sentido desta Instituição para a cidade; como era o seu currículo e o seu cotidiano escolar; qual era a identidade dessa escola; quem foram seus alunos e professores e como a educação escolar recebida influenciou a trajetória de vida dos seus alunos.

Para responder a este questionamento foi necessário focalizar aspectos do cotidiano escolar, destacando o currículo, o processo de avaliação da aprendizagem, a relação professores-alunos, disciplina escolar, bem como o porquê de sua instalação, as exigências requeridas quanto à formação e qualidades pessoais dos futuros profissionais responsáveis pelo ensino, a consideração com que eram tratados na instituição e qual o verdadeiro destino dado a eles, tanto durante como após sua formação.

Este estudo requereu alguns cuidados no sentido de observar o fato de que a instituição educacional pesquisada estava inserida numa determinada região e que esta instituição reflete influências econômicas, políticas e sociais locais. Desta forma, houve a preocupação de contextualizá-la social e historicamente para entender sua trajetória, as particularidades e as vivências estabelecidas naquele momento (1954 – 1961) e contribuir para a produção de novos conhecimentos da historiografia educacional brasileira.

O trabalho realizado nesta dissertação desdobrou-se em duas etapas lógicas, realizadas de maneira integrada. Assim, no primeiro momento, textos de diversos autores foram lidos. Destacam-se entre eles: Carlos Monarcha (1999), Décio Gatti Junior (2000), Ester Buffa e Paolo Nosella (1996), Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto (2002), Genesco Ferreira Bretas (1991), Iria Brzezinski (1997), Janine Marta Coelho Rodrigues (2003), José Carlos Sebe Bom Meihy (2002), Justino Magalhães (2000), Leonor Maria Tanuri (1979), Maria Tereza Canezin e Walderes Nunes Loureiro (1994), Nancy Ribeiro de Araújo e Silva (1975), Otaiza de Oliveira Romanelli (2003), Roger Chartier (1990) e Wojciech A. Kulesza (1998). Ao mesmo tempo em que eram feitos os fichamentos, anotações fundamentais sobre a temática, bem como sobre a legislação vigente no período. A literatura referente ao tema é de qualidade suficiente para fornecer subsídios teóricos fundamentais nesta área específica.

Na segunda etapa da pesquisa, para completar as informações obtidas foram consultados documentos e fontes escritas ou iconográficas, utilizou-se a técnica História Oral Temática. As entrevistas constituíram fonte imprescindível, pois explicavam e/ou forneciam dados significativos, que ao serem relatados, esclarecem fatos históricos que os documentos não revelam. Assim explicada por Meihy (2002, p. 13-4)

História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações; transcrição, conferência da fita com o texto; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, publicação dos resultados, que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

A escolha da História Oral como técnica de pesquisa se deu em função do objeto de estudo, dos problemas e dos objetivos citados neste trabalho. Os depoimentos foram obtidos por meio de entrevistas gravadas, permitindo conservar com fidelidade o próprio falar do entrevistado e a forma como foram relatados os fatos.

O caminho para se chegar aos informantes teve como início a observação das informações que constam no livro de Atas da Congregação da Escola Normal Regional Coronel Quirino, que lavra reuniões e colações de graus das suas quatro turmas de formandos, atualmente parte do acervo do Colégio Estadual Independência. Outra fonte foram decretos de nomeação do diretor, dos professores e funcionários assinados pelo Prefeito Municipal Joaquim Quirino de Andrade e pela Secretária de Administração da Prefeitura Genoveva Ribeiro Neves, acervo da Prefeitura Municipal de Quirinópolis.

Localizados ou indicados os nomes, os contatos foram feitos para verificar a possibilidade de realização das entrevistas; estas foram feitas com ex-alunos e ex-professores que hoje residem em Goiânia ou na cidade de Quirinópolis. As entrevistas foram analisadas em sua totalidade sem restrição ou censura. (Ver os anexos 1, 2 e 3).

Todos os entrevistados foram ouvidos tanto como informantes que estudaram ou trabalharam nesta instituição, mas principalmente como autores de ações e histórias vividas e vivenciadas desde a instalação da escola até sua transferência para o Estado. Informações estas que se transformaram em registros históricos sistematizados. Foram contactados primeiramente por telefone ou pessoalmente. Neste primeiro contato, acordavam-se o local e o horário para a realização da entrevista, sempre definidos (as) pelos entrevistados (as).

As entrevistas foram feitas no mês de fevereiro de 2004, em Quirinópolis e Goiânia. O local foi, quase sempre, a residência dos informantes. Somente as entrevistas do Sr. Georgides e a do Dr. Athaydes se deram em local de trabalho.

Em todas as entrevistas houve conversas “preliminares”, recordações, saudosismo para depois dar início ao relato do estudo. Os encontros duravam cerca de duas horas. Foram momentos de falar e ouvir, relação de desfazer amarras e simplificar complexidades, seguindo-se um roteiro padronizado.

Os tópicos abordados durante as entrevistas tiveram como objetivo buscar evidências: identidades, datas, nomes e informações sobre a Escola Normal Regional Coronel Quirino, revitalizando a história da mesma. Foram realizadas também, visitas a Instituições de Ensino e a Órgãos Públicos Administrativos de Quirinópolis, Rio Verde e Goiânia, em busca de dados, documentos e informações desta instituição.

Para historizar o aspecto pedagógico do cotidiano da Escola Normal foram entrevistados treze ex-alunos e cinco ex-professores conhecedores tanto da história da cidade como da Escola Normal Regional Cel. Quirino. Foram ouvidos ainda uma professora e dois alunos do primeiro Grupo Escolar da cidade, Ricardo Campos.

As fontes iconográficas usadas na pesquisa trouxeram complementação às inter-relações imagem/contexto histórico, instrumento de leitura do mundo. Nos dias de hoje, fotografias são vistas às pressas. Essa conduta pode levar a aceitar passivamente informações e conceitos, sem que se dê conta da base informativa, cultural, ideológica, moral, política ou estética.

Por trás de uma informação, em geral encontra-se um sem-número de tendências e interesses, conscientes ou inconscientes, que podem afetar de modo particular a expressão textual, tanto da escrita quanto da ilustração. Lendo desse modo, isto é, com um pouco de conhecimento da data e sobre aquele que produziu a fotografia, pode-se ver algo mais nas fotos ou em qualquer outro documento, informações e conceitos que foram registrados.

As comparações de ilustrações reproduzidas em momentos diferentes são necessárias para que se possa estabelecer relações históricas entre as permanências e mudanças e para relativizar o papel que determinados personagens desempenharam na história. Barros (2003, p. 11) explica que:

As fotografias podem servir-nos como fontes históricas iconográficas, possibilitando a pesquisa sobre o mundo escolar em determinada época e espaço, remetendo ao vestuário, aos tipos étnicos, à composição sexual, à arquitetura escolar, aos materiais e recursos pedagógicos, que podem ser melhor compreendido quando relacionados a fontes escritas ou depoimentos orais.

Quanto à estruturação deste trabalho de pesquisa, tendo em vista a compreensão do objeto de estudo, primeiramente, relata-se o crescimento da demanda social da Educação, referências históricas do processo formativo da docência, bem como se deram as diferentes formas de institucionalização e trajetória da Escola Normal no Brasil. Ficou demarcada de maneira genérica como as Escolas Normais surgiram no Brasil, vinculadas à expansão dos princípios liberais, que defendiam a extensão, a obrigatoriedade e a liberdade de ensino para

todas as camadas da população na primeira metade do século XIX, mas que só se desenvolveram com a difusão dos pensamentos positivista e liberal que procuraram dar à educação um papel preponderante.

Em seguida, foram feitas considerações sobre o surgimento, o desenvolvimento e a função da Escola Normal em Goiás, destacando a expansão do ensino e da Escola Normal na interiorização da Sociedade Goiana. Abordou-se, também, as adaptações do Ensino Normal à Lei Orgânica de 1946, seus altos e baixos até a Lei nº. 5.692/71, quando foi transformada em apenas Habilitação de Magistério.

Por fim, trata-se especificamente do objeto de pesquisa: A Escola Normal Regional Coronel Quirino, de Quirinópolis-Goiás, como instituição formadora dos docentes para o ensino primário na cidade. Trata-se da sua fundação, sua proposta pedagógica, o cotidiano escolar, seus objetivos, seu currículo, seus saberes, o seu espaço físico e organização, suas normas, o perfil dos alunos e professores, bem como sua importância social, política, cultural e econômica para a referida cidade.

A Escola Normal Regional Coronel Quirino, desde o início de suas atividades escolares como formadora de professores primários tornou-se referência na cidade de Quirinópolis, pólo de demonstrações cívicas, culturais e esportivas.

Neste sentido, a investigação faz uma interpretação da história desta escola, tanto pela sua singularidade como para contribuir para o aprofundamento dos seus conhecimentos construídos. Estabelecendo conexões entre o que se passava dentro da escola e no seu entorno, conferindo visibilidade pública a uma série de documentos que com a ação do tempo estariam fadados à destruição. Para tanto levou-se em conta as especificidades locais e institucionais, gerando, assim, um conhecimento mais amplo deste espaço social destinado ao processo de ensino e de aprendizagem, permeado de práticas e processos, os quais responderam aos anseios da sociedade.

1

O CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Este capítulo tem como objetivo reconstruir o papel ou os papéis desempenhado (s) historicamente pelas Escolas Normais no processo de formação de professores primários no Brasil e, ao mesmo tempo, remete a outros elementos ligados à temática para a compreensão e debate sobre a produção do conhecimento nessa área.

1.1. Processo de institucionalização das primeiras Escolas Normais no Brasil – referências históricas

A educação no Brasil inicia-se oferecida pelos Jesuítas que chegaram em 1549, com Tomé de Souza, primeiro governador-geral, na Bahia, chefiados por Padre Maciel da Nóbrega. Mas foi o Padre Leonardo Nunes que fundou a Escola de São Vicente, que foi considerado o primeiro professor do Brasil.

O teor e a metodologia da instrução desenvolvida na colônia pelos Jesuítas era do *Ratio Studiorum*, de 1599, de conteúdo literário e de métodos escolásticos. Os seus fundamentos filosóficos e teológicos eram baseados na tradição cristã, revitalizada pela Contra-Reforma.

Adotando orientação universalista do curso de humanidades, os jesuítas vincularam a continuidade dos estudos dos jovens aos cursos de filosofia ou teologia na metrópole (Portugal) com o objetivo de preparar suas lideranças. Essa concepção comportava a idéia da formação da elite intelectual destinada à liderança da sociedade colonial; privilegiava o

trabalho intelectual e desvalorizava o trabalho manual. Seu universalismo, ou melhor, seu europeísmo, levava os estudantes a não se confrontar com a problemática da realidade concreta que viviam.

A Companhia de Jesus, onde quer que entrasse a exercer os seus ministérios, instituía logo e multiplicava rapidamente os seus estabelecimentos de ensino. Essa imensa atividade pedagógica, com a sua irradiação, influenciava outros colégios e outros sistemas educativos que se iam formando e desenvolvendo ao seu lado.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, e o fechamento das escolas jesuíticas em Portugal e em todas as colônias, mediante o alvará de 28 de junho daquele ano, o Marquês do Pombal criou classes elementares, aulas régias de Latim, Grego e Retórica e, também, uma Diretoria de Estudos que passou a funcionar após o seu afastamento do governo português. Reconhecia-se que a educação no Brasil estava estagnada e que era preciso oferecer uma solução. Inaugurou-se então, no período colonial, - segunda metade do século XVIII - o ensino público por meio do qual a educação passou a ser responsabilidade do Estado. A rede de ensino privado continuou nas mãos das Ordens Religiosas, exceto dos Jesuítas que só voltaram ao Brasil em 1842.

Para Francisco Filho (2001, p. 38) as reformas pombalinas da instrução pública constituem expressão significativa do Iluminismo português. Visão que se encontra fundamentado um programa pedagógico que, se por um lado representa as idéias que agitavam a mentalidade europeia, por outro, traduz, problemas tipicamente lusitanos. Um de seus objetivos, a remodelação pedagógica, foi inspirada nos ideais e problemas da filosofia e das ciências modernas contra a tradição.

A coroa portuguesa nomeou professores e estabeleceu planos de estudo e inspeção. O curso de humanidades, foi modificado para o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas. Foi elaborado segundo Aranha (1996, p. 134) um mapa com indicação das cidades, tipos de aula e número de professores necessários. Para o pagamento dos professores, instituiu-se um imposto “subsídio literário”; gerando recursos para a manutenção das aulas. As aulas régias criadas foram distribuídas entre Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas, São Paulo, Pará e Maranhão. Eram dezessete aulas de ler e escrever.

A necessidade de atender o contingente de estudantes e a ampliação do aparelho administrativo exigiram o preparo de professores para atuar no nível de educação elementar. Conforme analisa Rodrigues (2003, p. 26),

A educação primária oferecida pelas famílias e agora pelo Estado necessitava de mais professores e mais escolas, embora ainda continuasse a ser privilégio da classe dominante. A prioridade do ensino era o de nível superior e secundário, sem preocupação de um ensino profissionalizante ou técnico profissional.

Com a Independência, em 1822, a educação nacional passou a ser um dos temas da Constituinte de 1823. Pela Constituição de 25/03/1824, outorgada por D. Pedro I, a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos. Apesar da lei, o governo não foi capaz de organizar a educação popular e as poucas escolas que se criaram, sobretudo para as meninas, em todo território, em 1832, não passavam de vinte.

Visando oferecer um melhor preparo para os professores do ensino primário, o Estado brasileiro investe na criação de Escolas Normais que tinham, entre outras, a finalidade de formação de recursos humanos leigos capazes de substituir os padres jesuítas.

O século XIX, que assistiu à democratização do ensino primário nos países mais desenvolvidos da época, assistiria também à implantação das escolas normais, responsáveis pelo preparo de pessoal docente no Brasil. A primeira Escola Normal do Brasil foi a de Niterói (1835), voltada para a formação de professores primários. Compreender o sentido da criação dessa instituição, naquele momento, possibilita construir uma idéia mais aproximada do que foi o início da formação institucionalizada de professores no Brasil do século XIX. A Escola Normal de Niterói foi uma importante instituição de formação de professores do Império. Embora não se situasse na Corte, exerceu grande influência nas decisões sobre a esfera educacional.

Segundo Villela (2000, p. 105), essa província “funcionou como um laboratório de práticas que eram estendidas a todo país pela supremacia que os políticos fluminenses exerciam em nível nacional e cujas bases se encontravam em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro”. É interessante lembrar que a própria Corte só teria a sua primeira escola Normal pública funcionando somente em 1881, enquanto a da província (que é de 1835) já fora criada havia 46 anos.

Em sua origem, a Escola Normal foi saudada entusiasticamente pela elite política como forma de elevação do nível da instrução primária da população tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo. Na esteira de Rodrigues (2003, p. 27), é possível afirmar que “a criação das Escolas Normais veio para sanar uma necessidade imediata e espalhou-se, por todo o país”. Cabe também destacar que essas Escolas Normais surgiram no momento em que grupos políticos questionavam o Primeiro Reinado, defendiam o individualismo, a propriedade e a expansão do ensino primário.

A experiência com as Escolas Normais nascia, assim, em um momento em que a política educacional em várias províncias se caracterizava pela busca de uma uniformidade por meio da Instrução, pois o “movimento de criação de escolas normais inseria-se, segundo alguns dirigentes provinciais, numa espécie de cruzada pelo bem comum da sociedade” (VILLELA, 2000, p. 104). As Escolas Normais formariam aqueles homens a quem caberia, por missão, elevar o nível intelectual e moral da população, unificando padrões culturais e de convivência social.

A Escola Normal no Brasil se firmou a partir da Lei Leôncio de Carvalho (Ministro do Império e Professor da Faculdade de Direito de São Paulo) de 19/04/1879, Decreto nº 7.247. Baseada na ousadia e anseio de seu autor, buscou a renovação educacional em meio aos movimentos políticos e econômicos que deram vida à nova ordem a qual impulsionou a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Estabelecia normas para o ensino primário, secundário e superior. Defendia a liberdade de ensino, de frequência, de credo religioso, a criação de escolas normais e o fim da proibição de matrículas de escravos. Estimulada pelo positivismo, intensifica a luta pela escola pública, leiga e gratuita bem como pelo ensino das Ciências de forma a superar o ensino acadêmico e humanista da tradição colonial (ARANHA, 1996, p. 156).

O nascimento das Escolas Normais a partir dessa Lei deu-se atrelado aos Liceus, que eram as escolas responsáveis pela formação da elite masculina e dedicados à preparação para o ingresso no ensino superior e que tiveram sempre como modelo o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Para Kulesza (1998, p. 63), “os diversos Liceus provinciais constituíram referência fundamental para o desenvolvimento do ensino Normal, emprestando seus professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas”.

Nesse confronto entre as normas emanadas do poder central e os ditames locais foram tentadas diversas formas de institucionalização nas quais os dois educandários acabaram influenciando-se mutuamente, ao mesmo tempo que foram se configurando como escolas distintas. Como resultado desse processo, sem solução de continuidade na transição do Império para a República, emerge durante a primeira década do século XX, em todo território nacional, uma Escola Normal essencialmente feminina, dotada de escolas-modelo anexas destinadas à prática pedagógica e que desencadearam o processo de profissionalização do magistério primário. Não tinham, porém, essas escolas organização fundada em diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal. Tal como o ensino primário, o ensino normal era assunto da alçada dos Estados, ficando restritas as reformas até então efetuadas aos limites geográficos dos Estados que as promovessem.

As tentativas de centralização do Ensino Normal preconizada por Leôncio de Carvalho tiveram um forte impulso graças à Carta-Circular nº. 4.465 de 26 de novembro de 1881 do Ministério dos Negócios do Império. Nessa carta, transcrita na sua íntegra em Brzezinski (1987, p. 39), o ministro vinculava a criação de escolas normais ao estabelecimento de mesas gerais de preparatórios nas províncias para o ensino secundário. Reivindicação permanente, a equiparação dos exames preparatórios realizados nos Liceus provinciais, como aqueles feitos pelo Colégio Pedro II, cuja aprovação garantia aos alunos o acesso direto aos cursos superiores no império, era vista como única solução para impedir o esvaziamento das escolas secundárias. Embora estivessem a cargo das províncias, os Liceus dado seu caráter propedêutico ao ensino superior, constitucionalmente regulado pelo poder central, estavam na dependência direta das normas legais emanadas da corte.

Assim a Institucionalização da Escola Normal no Brasil segundo Kulesza (1998, p. 65-9), emerge em todo território nacional anexa aos Liceus. Na Província do Piauí o curso Normal foi criado em 1864, posto a funcionar em 1866 e suprimido em 1867. Criado novamente junto ao Liceu em 1871, extinto em 1874. No Rio Grande do Sul só se conseguiu concretizar a lei sancionada em 1860 autorizando a criação de uma escola Normal na província em 1869, graças ao concurso do Padre Cacique, nomeado seu primeiro diretor, que antes dirigia um colégio religioso destinado a abrigar meninas órfãs. Levadas por ele, contribuíram em grande número para compor o alunado feminino da Escola Normal.

Em Alagoas, ocorreu em 1869, quando foi criada uma “Cadeira de Escola Normal” junto ao Liceu, institucionalizando-se assim uma Escola Normal masculina. Já em 1875 cogitava-se de ela ser freqüentada somente por mulheres e, a partir de 1887, “as moças tomaram conta do curso Normal”. Na província do Amazonas, em 1872, ao determinar que a aula de Pedagogia do Liceu funcionasse à tarde em um dos edifícios de uma escola primária, criou-se a sua Escola Normal. Na aula de Pedagogia, reunia-se o ensino teórico ao prático. Era esta a única diferença entre uma Escola Normal e um Liceu. Em 1880, o Liceu foi então extinto para criação de um Instituto Normal superior para, três anos depois, ser anexado ao ginásio Amazonense, este sim, equiparado ao Ginásio Nacional.

Em São Paulo, a primeira Escola Normal a regulamentar – a Escola Normal Paulista, SP, foi criada pela Lei nº 34, de 16/03/1846 e extinta em 1867. De acordo com Tanuri (1979, p. 15-29) esta Escola Normal foi inspirada provavelmente na organização das escolas normais francesas, destinava-se aos elementos do sexo masculino. Em 1875, foi fundada a segunda Escola Normal masculina, e novamente fechada em 1878, anexa à Faculdade de Direito e, em

1876, junto ao seminário da Glória, foi criada uma Escola Normal destinada a órfãos, com a finalidade de prover de professores o magistério primário. A terceira e última fundação deu-se no ano de 1880 e em 1884 foi instalada definitivamente em edifício próprio, situado na Praça da República. Na virada do século, passou a ser denominada de “Escola Normal da Praça da República”.

No Estado de Goiás, a Escola Normal foi criada pela Resolução n.º. 676, de 03/08/1882, mas só em 1884 foi instalada e regulamentada e entrou em funcionamento anexa ao Liceu (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 30). Em Santa Catarina, em 1883, “o Ateneu local foi transformado em Instituto Literário e Normal, onde funcionava um curso de dois anos para a preparação de professores” (KULESZA, 1998, p. 63-71).

Na Paraíba, a criação da Escola Normal em 1884 foi feita transformando-se o Liceu em Escola Normal de dois graus, cabendo ao primeiro grau, segundo o presidente da província, a função de preencher o elevado desígnio de preparar professores mais capazes para o exercício do magistério, eliminando os moldes já gastos, condenados por uma longa experiência.

No Paraná, em 1888, o presidente da província colocou sobre a estrutura da Escola Normal: “funcionando como está juntamente com o Instituto Paranaense, Liceu local, não há como se esperar que ela seja freqüentada por alunas” (KULESZA, 1998, p. 66).

Em 1889, antes da República, Sousa Bandeira, presidente do Mato Grosso, constatando que nenhum aluno cursava a Escola Normal anexa ao Liceu, extingui-a, criando em prédio próprio um externato para o sexo feminino, prevendo que um dia essa disposição forçosamente teria que acontecer, no sentido de confiar-se exclusivamente ao sexo feminino a regência de todas as escolas primárias.

No Ceará, o regulamento de 1890 suprimia a escola primária anexa masculina, mantendo-se, entretanto, a do sexo feminino, na qual as normalistas faziam a prática pedagógica e recebiam, aos sábados, noções de prendas domésticas (KULESZA, 1998, p. 68).

Em Pernambuco, em 1893, foram reunidas a Escola Normal e o Liceu provincial num mesmo Instituto, denominado Benjamin Constant. No Rio Grande do Norte a Escola Normal foi criada como um curso profissional anexo ao Liceu local (Ateneu), em 1896.

Apesar da maioria da literatura sobre formação de professores em Minas Gerais considerar a criação de uma Escola Normal somente a partir do ano de 1871, sabe-se que já na primeira metade do século XIX, essa instituição era uma importante estratégia de formação

daqueles que aspiravam ao cargo de Magistério. Para Gouveia e Rosa (2000, p. 20-5), a Escola Normal Mineira foi estabelecida no dia 05 de Agosto de 1840, ou seja, cinco anos após sua criação, ficando sua direção a cargo do Professor Francisco de Assis Peregrino na capital mineira, Ouro Preto. Em 1871, já havia duas escolas: a de Ouro Preto e a de Campanha. Em 1879, cinco escolas: Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Paracatu e Montes Claros. Em 1884, já eram nove, funcionando agora também em Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João Del Rey. Em 1906 foi inaugurada em Minas Gerais a primeira Escola Normal pública pelo governador João Pinheiro da Silva, na moderna Belo Horizonte; ela se abre exclusivamente para a formação de professoras.

Acompanhando as transformações sociais que ocorriam em todo o território brasileiro, as Escolas Normais desenvolveram-se gradativamente, conforme projetos políticos das oligarquias locais, cada vez mais imbuídas das necessidades de uma educação primária para as classes populares.

Apesar dos anseios de renovação estimulados pelo advento do regime republicano que geraram um breve entusiasmo pela educação voltado para a alfabetização capaz de habilitar os eleitores ao direito do voto, houve muito mais uma continuidade do que uma ruptura com as iniciativas tomadas no final do Império, no que tange ao desenvolvimento institucional do Ensino Normal. As Escolas Normais constituíram o palco privilegiado do debate educacional e acabaram por impor normas não só ao ensino elementar, mas também ao ensino secundário e mesmo superior.

Segundo Nosella e Buffa (1996, p.12-7) a partir da modernidade, com a intensificação do processo de industrialização, as transformações sociais provocaram rupturas nos objetivos das Escolas Normais, que passaram de um ensino elitista, de distinção social, para o de formação profissional, tendo o trabalho como principio educativo. Foi o que aconteceu com a *Schola Mater* – a antiga Escola Normal de São Carlos, São Paulo, típica instituição da República Velha, escola que permanece, ainda hoje, uma referência nas discussões relativas à formação de professores do Ensino Fundamental em todo país. Em síntese, o Curso Normal passou a ser profissionalizante. Em termos legais, foi o Código da Educação de 1933 do Estado de São Paulo que marcou o fim da velha Escola Normal, uma vez que alterou sua organização. Que passou então a ocupar um lugar menor não só no âmbito da legislação, mas também no âmbito científico, uma vez que ficou reduzida apenas à preparação didático-pedagógica. Aqueles conteúdos humanistas/clássicos que tinham feito sua glória, saíram de sua esfera e passaram a compor o chamado ensino secundário.

Em 1942, por iniciativa do então Ministro do Presidente Vargas, Gustavo Capanema, empreenderam-se reformas do ensino. Essas reformas, nem todas realizadas sob o Estado Novo, tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Elas abrangeram os ramos do ensino primário e do médio, complementadas por outras, e decretadas entre os anos de 1942 e 1946.

As Leis Orgânicas, no contexto da democratização, definiam padrões de educação que visavam a preparação da mão-de-obra, a qual deveria suprir as necessidades capitalistas desenvolvimentistas, justificada pelo surto de industrialização que atingiu o país após a II Guerra Mundial. A Reforma Capanema reforçou o ensino elitista secundário de caráter propedêutico. As demais formas de ensino secundário foram desprestigiadas, inclusive o ensino normal. Os Estados foram responsabilizados pela reorganização dos cursos, formadores de professores primários, em atendimento à Lei Orgânica do Ensino Normal, mas deveriam seguir modelos ditados pelo poder central.

Em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal estabeleceu dois ciclos para esse ensino, o primeiro, situado no nível do então “ginásio”, era o curso de Regentes do Ensino Primário, de 04 anos, que se localizava, principalmente, nas zonas rurais ou em locais pouco desenvolvidos, e funcionaria em escolas com o nome de Escolas Normais Regionais. O segundo ciclo, situado no nível do então “colégio”, preparava o professor “primário” propriamente dito, com a duração de 3 anos que funcionaria em estabelecimentos chamados Escolas Normais.

Apesar da relativa autonomia dada ao Estado e à escola para introduzir disciplinas que atendessem as peculiaridades regionais, a estrutura curricular do curso normal nada sugeria a esse respeito. Seguindo o estilo centralizador da Lei Orgânica Federal, vinha na lei a prescrição de períodos letivos, de conteúdos, do número de horas semanais de estudos, de programas e até de instruções metodológicas. As disciplinas que compunham o plano de estudos, de acordo com a lei, estão no quadro a seguir:

Quadro 1 – Currículo do 1º ciclo determinado pelo Artigo 7º da Lei Orgânica do Ensino Normal, instituída pelo Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946.

Disciplinas	Séries
Português	I, II, III e IV
Matemática	I, II e III
Geografia Geral	I
Geografia do Brasil	II
História Geral	III
História do Brasil	IV
Ciências Naturais	III
Anatomia e Fisiologia Humanas	III
Higiene	IV
Educação Física	I, II, III e IV
Desenho e Caligrafia	I, II, III e IV
Canto Orfeônico	I, II, III e IV
Trabalhos Manuais	I, II e III
Psicologia e Pedagogia	IV
Didática e Prática do Ensino	IV

Fonte: ROMANELLI, 2003, p. 164.

O currículo era fixo, predominavam as matérias de cultura geral sobre as de formação profissional. É certo que, em se tratando de curso médio de 1º ciclo, a especialização não poderia alcançar o mesmo grau em que alcançava no 2º ciclo. Mas pelo caráter profissional do curso, deveria prevalecer as de caráter profissional.

A Escola Normal deveria habilitar o aluno-mestre para a prática real da educação, assim seu conteúdo seria o mesmo da escola primária. O professor deveria estar preparado para ensinar aos seus alunos os conteúdos intelectuais e morais nos primeiros anos escolares.

Para Romanelli (2003, p.164),

O currículo determinado pelo artigo 7º da Lei Orgânica do Ensino Normal, apresentava algumas falhas, sobretudo com relação ao ensino normal do 1º ciclo. Predominavam as matérias de cultura geral sobre as de formação profissional. Em se tratando de um curso profissionalizante e, portanto, terminal, era de se esperar que houvesse mais cuidado com as disciplinas de formação especial.

A investigação interdisciplinar, na prática não se efetivava, uma vez que os programas se revelavam a simples justaposição dos conteúdos específicos de cada campo de conhecimento. Os conteúdos eram tratados sem a preocupação com a intercomplementaridade ou interdependência entre eles, consistindo em unidades estanques e justapostas, apesar de, no aspecto teórico, essas características integradoras serem enfatizadas.

O Curso Normal Regional, como era chamado, por muito tempo e em muitos locais foi o único fornecedor de pessoal docente qualificado para operar no ensino primário. Não se justificava, portanto, que disciplinas como Psicologia, Pedagogia e Didática só aparecessem na última série, enquanto Canto Orfeônico, por exemplo, aparecesse em todas as séries do currículo.

Já o curso normal de 2º ciclo possuía um currículo um pouco mais diversificado e especializado. Segundo Romanelli (2003, p.165), essa lei ainda pecava por incorrer nos mesmos erros em que incorreram as demais Leis Orgânicas, quanto ao sistema de avaliação e à flexibilidade. Pois havia um processo exagerado de provas e exames e uma falta de articulação com os demais ramos do ensino secundário e a falta de flexibilidade com o ensino superior limitava o ingresso dos estudantes normalistas apenas a alguns cursos da Faculdade de Filosofia.

Quadro 2 – Currículo do 2º ciclo determinado pelo Artigo 7º da Lei Orgânica do Ensino Normal, decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

Disciplinas	Séries
Português	I
Matemática	I
Física e Química	I
Anatomia e Fisiologia Humana	I
Música e Canto Orfeônico	I, II e III
Desenho e Artes Aplicadas	I, II e III
Educação Física, Recreação e Jogos	I, II e III
Biologia Educacional	II
Psicologia Educacional	II e III
Higiene, Educação Sanitária, Puericultura	I, II e III
Metodologia do Ensino Primário	II e III
Sociologia Educacional	III
História e Filosofia da Educação	III
Prática do Ensino	III

Fonte: ROMANELLI, 2003, p. 165.

A implementação da Lei Orgânica do Ensino Normal conduziu os Estados da Federação a uma total reorganização desse ensino. Impediu, contudo, o aparecimento de modelos diferenciados de formação, devido às minúcias contidas na lei, o que tolheu, de modo geral, a liberdade de ação individualizada. Nessas circunstâncias foi-se consolidando em todo o país um padrão único de formação, apenas com algumas variações ditadas pelas condições de maior ou menor desenvolvimento econômico, político, social e cultural de cada região.

1.2. A Educação e a Escola Normal no contexto dos anos de 1950 e 1960

A partir de 1945 iniciou-se a fase de “redemocratização do país”. A pressão interna dos militares, aliados às classes média e dominante, e a externa exercida pelo governo norte-americano, impulsionou a reorganização liberal-democrática, conseqüência do encaminhamento do conflito mundial contra os regimes ditatoriais. Getúlio Vargas, denotando uma postura contraditória, ainda como ditador, colocou-se à frente do processo de democratização. O Ato Institucional de fevereiro de 1945, ao reconhecer a necessidade de alteração da Constituição de 1937 e anunciar que a data das eleições seria marcada, foi uma demonstração da nova postura getulista.

Segundo Brzezinski (1987, p. 87), as oposições não aceitavam eleições conduzidas pela ditadura. O receio da implantação de um regime socialista devido à aproximação do presidente da República com o Partido Comunista Brasileiro, na pessoa de Luiz Carlos Prestes, seu presidente, acelerou a derrubada do Estado Novo. Getúlio Vargas, pressionado pelo exército, renunciou em 29 de outubro de 1945. O general Eurico Gaspar Dutra foi escolhido presidente mediante eleições e passou a representar a “redemocratização brasileira”, bem como a implantação do modelo econômico nacional-desenvolvimentista apoiado na industrialização.

No que se refere ao aspecto educacional, Brzezinski (1987, p. 97-8), revela:

A “redemocratização brasileira” permitiu, paulatinamente, a retomada dos princípios liberais. Voltou-se a falar em democratização de ensino, igualdade de oportunidades e descentralização administrativa, postulados que se incorporaram à Constituição de 1946. Esta retomou a educação como direito de todos, dada tanto no lar como na escola (art. 166), assegurou competência à União para legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 5º, n.º XV, letra d) e permitiu aos Estados legislar em caráter supletivo e complementar (art. 6º), ficando determinado que a eles e ao Distrito Federal competiria a organização dos respectivos sistemas de ensino (art. 171), como ocorrera em 1934.

Um cuidado presente na Constituição de 1946 foi a vinculação de recursos advindos de impostos para a educação, na ordem de 10% da União e 20% dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Para Brzezinski (1987, p.122), tal atitude contribui para,

a preceituação de igualdade de oportunidades educacionais para todos impôs soluções imediatas para, pelo menos, duas questões: a expansão quantitativa da rede física primária e a ampliação de condições de preparo do professor primário.

Como resultado positivo, Brzezinski (1987, p. 122) coloca que a rede escolar aumentou o seu número de matrículas devido a multiplicação de prédios que, no período de 1946 a 1958, elevou-se de 28 mil para 91 mil matrículas. Todavia, como resultado negativo, foram criados inúmeros cargos de professores primários, preenchidos, principalmente, por leigos, uma vez que os cursos de habilitação de professores não tiveram crescimento proporcional ao da expansão da rede física.

Segundo Rodrigues (2003, p. 33),

Esse panorama na Educação perdurou até a década de 50, demonstrando que mesmo com ampliação do número de Escolas, inclusive de Escolas Normais e Primárias, ainda havia o preenchimento de cargos por ingerência política (ganhos eleitoreiros e os chefes políticos determinavam as colocações). Percebia-se também que as Escolas Normais passaram a ser predominantemente femininas e que passaram a ser freqüentadas por moças da classe média. Ser professora seria uma necessidade de trabalho.

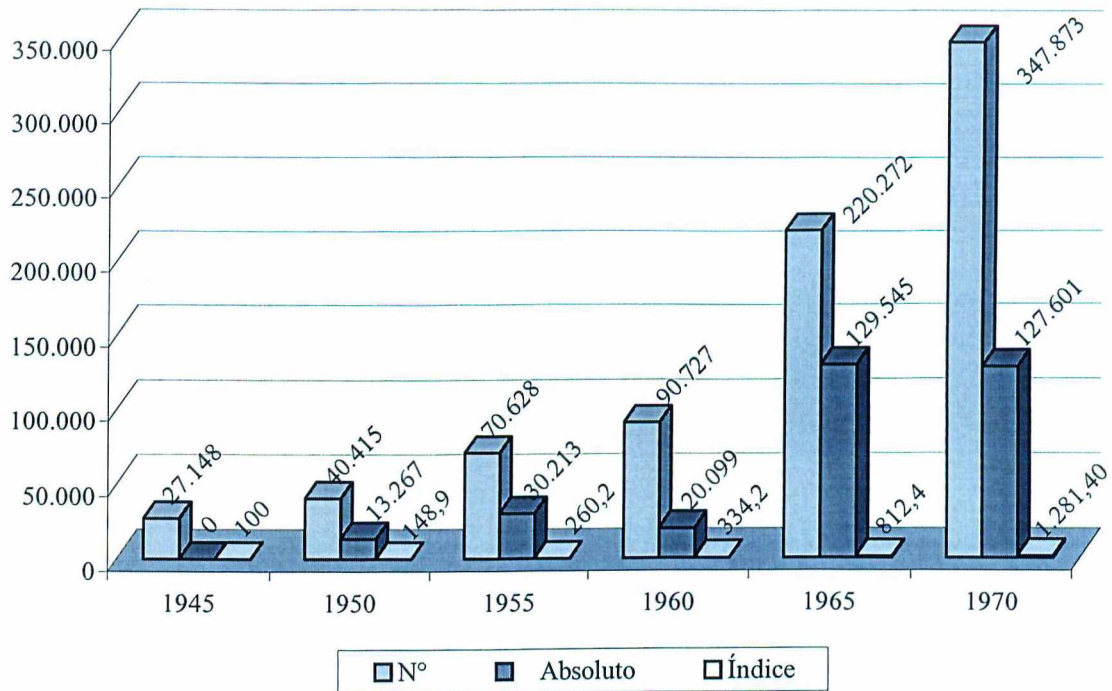
O resultado negativo por si só revelava a deficiência do sistema de ensino, destinado à preparação do professor primário. Houve, no entanto, uma expressiva expansão do ensino normal no país, apresentando no período de 1945 a 1960, um crescimento de matrícula da ordem de 234,2%, sendo ainda bastante representativo tal crescimento no período 1960 – 1965 que atingiu um índice de 142,8%. A tabela nº 1 a seguir demonstra essas dimensões da expansão do ensino normal.

Tabela 1 – Fluxo de Matrículas do Ensino Normal 1945 – 1970. Brasil

Ano	Ensino Normal		
	Matrícula		
	Nº	Crescimento	
		Absoluto	Índice
1945	27.148	-	100,0
1950	40.415	13.267	148,9
1955	70.628	30.213	260,2
1960	90.727	20.099	334,2
1965	220.272	129.545	812,4
1970	347.873	127.601	1.281,4

Fonte: BRZEZINSKI, 1987, p. 123.

Gráfico 1 - Fluxo de Matrículas do Ensino Normal 1945 - 1970
Brasil



Fonte: BRZEZINSKI, 1987, p. 123.

O crescimento demonstrado na tabela nº 3 e no gráfico de nº 1 do Ensino Normal foi impulsionado, sobretudo, por dois fatores: a política expansionista educacional com a ampliação dos níveis de preparo dos professores, após a implantação da Lei Orgânica do Ensino Normal e o desenvolvimento econômico, político e social da sociedade brasileira, que se deu no processo de consolidação do modelo nacional desenvolvimentista baseado na industrialização.

Tal modelo provocou, notadamente nas áreas industrializadas, oferta de empregos que exigiam mão-de-obra especializada, requerendo escolarização, o que acabou criando também condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira. Cresceu, então, a demanda escolar não só pelo Ensino Normal como por outros ramos e graus de ensino.

Essas modificações assentavam-se nos ideários desenvolvimentista e depois no tecnicista, que passaram a nortear as ações do Governo Federal a partir de Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1956 – 1961.

A mística desenvolvimentista de J.K conduziu a um sentimento nacional de euforia e de fé no futuro que se refletiu de forma favorável ao processo de desenvolvimento econômico. Cada vez mais afirmou-se a idéia da estreita ligação entre a educação e o desenvolvimento. Tais idéias se avolumaram e passaram a orientar o Programa de Desenvolvimento juscelinista, consubstanciando o Plano de Metas, definido como o programa de fazer o Brasil progredir 50 anos em 5. No entanto, a questão do preparo do pessoal técnico para assumir as novas atividades advindas das mudanças que deveriam ocorrer nos moldes de produção deixou transparecer a nítida relação entre educação e desenvolvimento. Isto levou a que se integrasse o planejamento da educação com o planejamento econômico e social global.

É interessante destacar que a sociedade vivia momentos de pós-guerra e conseqüentemente a mulher começa a fazer parte do mercado de trabalho. Neste contexto as Escolas Normais contribuíram para que as moças tivessem oportunidades mais rápidas de inserção nesse mercado. O período de 1945 a 1964 pode ser caracterizado pela diversidade dos processos econômicos e pelo aspecto político de um Estado popular desenvolvimentista.

Surge em 1951 a atual Fundação CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior)¹ e, em 1955, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)² que se propõem a repensar a cultura brasileira autônoma, isto é, não alienada. Quanto à economia e política defendeu-se a produção e as indústrias nacionais, sendo sua orientação o nacional-desenvolvimentismo; após dez anos de existência o ISEB foi extinto na época do golpe militar de 1964.

Ainda nesta esteira de manifestações conjunturais entre desenvolvimento e educação dos anos de 1950 foram instituídos, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) sediado no Rio de Janeiro e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CBPEs) em Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Recife e Belo Horizonte. De acordo com Araújo e Gatti Jr. (2004, p. 1-14) estes resultaram de um único decreto, o de nº. 38.460, de 28 de dezembro de 1955 e que têm como objetivo a pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, a fim de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país. Para a criação do

¹ – CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº. 29.741, início do segundo governo Vargas. Teve Anísio Teixeira como idealizador e formulador de sua política institucional e definidor de seu padrão intelectual e Almir de Castro como executor.

² – ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi criado em 1955 no Ministério da Educação e Cultura para ser um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário, os quais suscitassem a compreensão crítica da realidade brasileira, a fim de suas indicações teóricas permitirem o incentivo e a promoção do desenvolvimento.

CBPE Anísio Teixeira usou o poder de que dispunha na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) 1952, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC). Este em suas origens, denominava-se Instituto Nacional de Pedagogia instituído pela Lei nº. 378 em 13/01/1937.

Panoramicamente, faz-se mister evidenciar que a crescente industrialização, com a tecnificação, com a urbanização, com o investimento estrangeiro, com a integração nacional atenta ao desenvolvimento e às diferenças regionais cabe a cada indivíduo ser educado com o fim de promover o desenvolvimento e deveria ter, na escola, a possibilidade de desenvolver o espírito crítico e, portanto, chegar a raciocinar sobre sua existência e a necessidade da sua participação no processo da nação, a partir da leitura crítica da realidade brasileira. Tais objetivos foram sendo substituídos pelo uso abusivo da técnica com a função explícita de conduzir o trabalho pedagógico a uma objetivação semelhante ao trabalho na fábrica.

Assim a escola passou a formar profissionais treinados e instrumentalizados, mediante saber fragmentado, com o objetivo de atingir cada vez mais a produtividade, ao mesmo tempo que lhes foi negada qualquer oportunidade de pensar, criticar ou criar. Houve, neste momento, uma supervalorização dos cursos que formavam apenas técnicos. Tal prática promoveu uma diversificação na demanda da força de trabalho, exigindo uma oferta de profissionais diferenciada que se refletiu diretamente no papel da mulher. A função que a esta, até então, era tradicionalmente reservada à atividades domésticas não remuneradas, foi redefinida e conduziu à valorização do trabalho feminino.

Neste sentido, o magistério primário apresentava-se como a profissão mais indicada à acomodação do padrão doméstico ao padrão profissional. Conseqüentemente, a demanda de alunas do ensino normal, tornou-se expressiva.

Nota-se, então, que a expansão escolar altera os padrões escolares existentes, visto que para a manutenção da mesma qualidade seria necessária uma política educacional que proporcionasse as condições adequadas a essa explosão escolar. Contudo, o que de fato houve foi uma política educacional populista que proclamava a importância da educação enquanto construía pobres e cinzentas escolas nas periferias, superlotava as classes, multiplicava os turnos, desafiando até o ritmo natural do dia, rebaixava o salário médio dos professores, desvalorizava os diplomas e permitia uma enorme expansão de escolas particulares de terceiro grau de qualidade duvidosa. De fato, o populismo foi uma conciliação conservadora entre o arcadismo agrário e a modernidade industrial.

Essa política começou a bombardear a Escola Normal principalmente a partir dos anos de 1950 (século XX). Primeiramente os cursos ginasial e colegial começaram a funcionar também no período noturno e, depois, o próprio curso normal, por se considerar injusto negar o direito de estudar a quem trabalha. Em tese, isso é verdade, porém o populismo educacional, ao invés de oferecer condições equivalentes de estudo para todos, acabou por promover uma aceleração dos conteúdos e das exigências escolares. Sucessivas leis e decretos atormentaram a escola, eliminando qualquer resquício de autonomia e impedindo que uma determinada tradição histórica lhe conferisse personalidade própria.

A Escola Normal passou a ser uma escola a mais da rede estadual de escolas de segundo grau, com seus pátios, corredores e salas cada vez mais abarrotados de alunos e professores desanimados, com salários aviltantes e péssimas condições de trabalho. Historicamente, a clientela da antiga Escola Normal foi sendo alterada: da primeira clientela, constituída quase que totalmente de filhas de fazendeiros que buscavam na escola complementação cultural do dote matrimonial, passou-se a uma segunda, que buscava na Escola Normal um diploma para uma distinção social e uma realização profissional com o magistério, descartando o curso Normal em favor doutros cursos propedêuticos, ou neles ingressando para depois seguir cursos superiores. O curso Normal e o magistério acabam sendo o destino escolar/profissional das moças mais pobres.

Em todo caso, o industrialismo como um novo princípio pedagógico abriu uma outra perspectiva para o ensino de segundo grau, no Brasil e no mundo. Reconquistar a qualidade do ensino dessa escola não significa reeditar a velha Escola Normal pautada na tradicional cultura humanista distintiva, mas sim reinventar uma escola pautada no humanismo que se inspira na ciência, na técnica e nas artes modernas.

Os anos de 1960 foram marcados por acontecimentos diversos e contraditórios na história política, econômica e social do Brasil. A organização e expansão dos sistemas educacionais refletiam sobremaneira estas contradições. Com o golpe militar de 1964 foram sufocadas e suprimidas todas as iniciativas em curso que indicassem filiação aos movimentos sociais e populares. Entretanto, as demandas, precariedades e distanciamentos sócio-culturais e educacionais da população brasileira continuaram a existir. No que diz respeito à educação escolar, o governo militar, a seu modo, canalizou recursos e investimentos no sentido de romper o atraso no qual se encontrava a grande maioria dos estados e municípios da nação.

Em 1961 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº. 4.024/61, que manteve a preparação e formação de professores regentes e a duração dos

curso de formação permaneceu inalterada. Os anos seguintes caracterizaram-se, também, por um processo de reorganização social de prioridades sociais e econômicas que acabou por deixar mais distante a visão tecnicista da formação do professor para realçar a importância de novas análises, novas perspectivas, dando ênfase à responsabilidade social do educador para com as mudanças que a sociedade exigia. Em 1971 o Curso Normal foi considerado uma habilitação do 2º grau profissionalizante com a implantação da Lei Federal nº. 5.692/71.

Neste sentido, Pereira e Lisboa (1984, p. 25), explicam:

Estendendo o 1º grau para oito séries, exigiu a reformulação quanto à formação de professores. Nesses termos, os cursos preparatórios para professores deveriam atender as diferenças regionais do País e, para o exercício do magistério de 1ª a 4ª séries, o professor seria habilitado especificamente em nível de 2º grau, em curso de três ou quatro séries, podendo atuar até a 5ª e 6ª séries do 1º grau, se a habilitação tiver sido obtida em quatro séries ou três, com estudos adicionais de um ano.

O Curso Normal até o ano de 1971 existia como alternativa para os alunos que terminavam o ginásio e figurava entre o Clássico, Científico, Comercial, Agrícola e Industrial. A partir da Lei 5.692/71 o Curso Normal passou a se chamar Habilitação para o Magistério, sendo ministrado em quatro anos.

1.3. Público, porém privativo – o espaço escolar

Ao longo da história os diferentes projetos arquitetônicos das escolas brasileiras evidenciaram as diferentes políticas educacionais do país. Assim, da política das décadas iniciais do século XX, que prestigiava sobremaneira o ensino primário e normal e por isso construía edifícios escolares que ainda hoje exibem beleza arquitetônica, passou-se às políticas educacionais dos anos de 1930, 1940 e 1950 que, para atender ao enorme crescimento demográfico e às novas exigências profissionais da sociedade industrializada modificaram os projetos arquitetônicos, racionalizando-os e modernizando-os.

No começo do século XIX os valores da nova burguesia espalharam-se pelo mundo como uma moda da sociedade urbana-industrial, atingindo a literatura, o espetáculo, o mobiliário e o vestuário. Distinguiu-se da velha aristocracia refratária às fábricas, aos trens, aos carros e ao ferro, ou seja, à produção fabril. Conforme analisam Nosella e Buffa (1996, p. 42-4), “essa nova burguesia, entretanto, não admite ser confundida com o trabalhador de suas fábricas”.

Ainda para Nosella e Buffa (1996, p. 44), o prédio da Escola Normal de São Carlos, São Paulo, foi exemplo do estilo neoclássico que organiza a modernidade industrialista à luz dos padrões clássicos greco-romanos. Era, o prédio mais importante da cidade, muito visível e imponente. Sua arquitetura, manifesta as duas faces do saber: a respeitabilidade, admiração e prestígio e a laboriosidade, disciplina e trabalho cotidiano.

No Brasil, a escola graduada de ensino primário, compreendendo múltiplas salas de aula, várias classes de alunos e um professor para cada uma delas surgiu, pela primeira vez no ensino público, no Estado de São Paulo, na década de 1890. O primeiro edifício projetado para abrigar uma escola primária na capital do Estado foi o da Escola Modelo da Luz, mais tarde denominado Grupo Escolar Prudente de Moraes, situada na avenida Tiradentes. O Projeto era de autoria de Ramos de Azevedo e a construção iniciou-se em 1893. Os prédios das escolas normais, além dos ambientes comuns aos grupos, possuíam ainda biblioteca, anfiteatro e laboratório (BUFFA e PINTO, 2002, p. 33).

Os marcos temporais segundo Buffa e Pinto (2002, p. 24-114) destacam 4 momentos na história da edificação das escolas públicas a partir da República. O 1º momento (1890 – 1920) é o da criação das escolas públicas republicanas – o grupo escolar e as escolas Normais. Numa arquitetura eclética e neoclássica vigora uma concepção tradicional de educação. O 2º, situado nos anos de 1930, é marcado pela introdução do moderno nas escolas construídas, preceitos modernos nos projetos e concepção moderna de escola, a Escola Nova. O 3º momento (1949 – 1954) caracteriza-se pela consolidação da modernidade das escolas construídas; da mesma forma consolidam-se, também, nessas escolas, os preceitos da Escola Nova tal como foram defendidos por Anísio Teixeira. O 4º período, já nos anos 1960, é marcado por uma inovação nas técnicas construtivas no estilo arquitetônico, declaradamente moderno, e por um certo continuísmo das tendências pedagógicas vigentes, uma certa mescla da pedagogia tradicional com a moderna. Preocupava-se com o que chamava de perfeita habitabilidade, isto é, o cuidado especial com o conforto térmico, visual e auditivo. Portanto, as escolas deveriam ser alegres e acolhedoras; jamais deveriam assemelhar-se a prisões com muros altos e janelas inacessíveis.

Para Faria Filho e Vidal (2002, p. 21) quanto ao espaço das escolas de primeiras letras da rede de escolarização doméstica, ou seja, do ensino e da aprendizagem da leitura da escrita e do cálculo, atendiam um número de pessoas bem superior à rede pública estadual. Relatam que nos séculos XVIII e XIX que:

A grosso modo pode-se dizer que tais escolas utilizavam-se de espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e jovens aos quais os professores deveriam ensinar. Não raramente, ao lado dos filhos e/ou filhas dos contratantes vamos encontrar seus vizinhos e parentes. O pagamento do professor era de responsabilidade do chefe de família que o contratava, em geral um fazendeiro.

Em Goiás, até 1870, não pensou o governo em construir, comprar ou mesmo alugar casas para as escolas. No período Colonial, cada professor instalava sua escola onde e como quisesse, em sua própria morada, quando a possuía, ou em casa por ele próprio alugada. A maioria dos prédios escolares não eram dignos desse nome, só começaram a surgir no século XX, com o aparecimento dos grupos escolares.

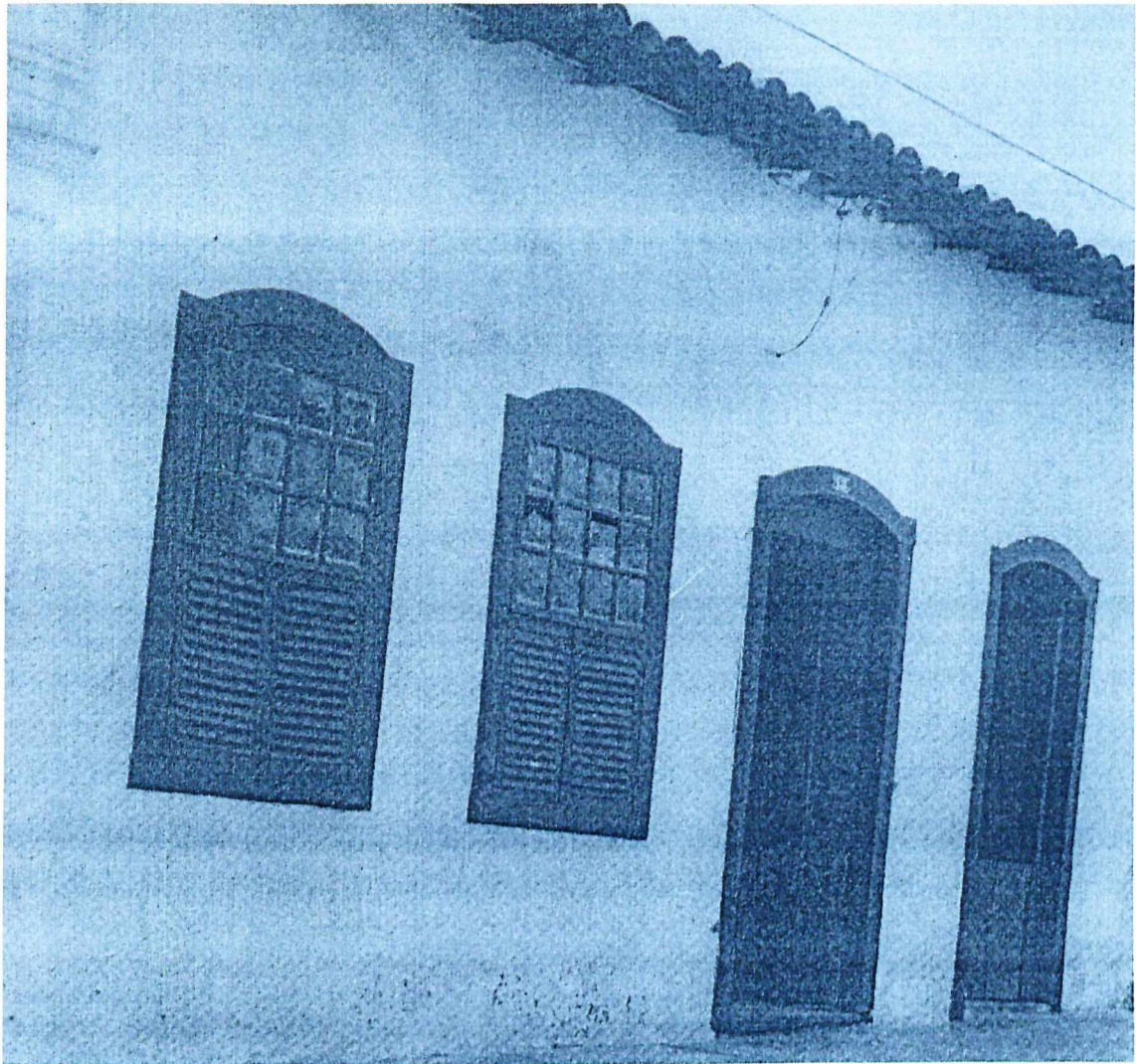
Ainda sobre a organização e funcionamento escolar em Goiás no século XVIII e XIX, Silva (1975, p. 75) relata:

Se o espaço físico das casas de escola freqüentemente era suficiente, o mesmo não acontecia com sua adequação ao objetivo escolar. De regra, as improvisadas instalações não ofereciam comodidades próprias de estabelecimento de ensino [...] Quem visitar os edifícios destinados à educação da juventude verá logo que não são estabelecimentos apropriados e construídos de conformidade com as regras da pedagogia moderna e com os preceitos da higiene.

As escolas, assim instaladas em construções inapropriadas, não levavam nomes designativos de figuras históricas, personagens locais ilustres ou de santos padroeiros. Rotulavam-se pelo nome do lugar onde se localizavam; escola masculina de Bomfim, escola feminina de Meiaponte, aula de gramática Latina de Natividade, e assim por diante. Por peculiaridade regional bastante característica, o comum era o estabelecimento ser conhecido pelo nome do professor. Como, de regra, toda as pessoas tinham a sua alcunha, estava já batizada a escola. Desta forma oficiosa, passam à História as aulas de Inhá Mestra (Maria das Dores de Pinha); a escola de Mestra Nhola (Pacífica Josephina de Castro); dentre outras. Menos comum, outras vezes recebiam o nome ou o sobrenome do Mestre. Na capital, Goiás, escola de Mestra Silvina (Silvina Ermelinda Xavier de Brito), de Mestre Aires (Aires Feliciano de Mendonça) e vários mais.

A construção e inauguração de estabelecimentos próprios para escola, no Estado de Goiás, efetuou-se depois de 1918, quando dos primeiros grupos escolares. Antes, apenas os estabelecimentos de nível secundário como o Colégio de Nosso Senhor do Bomfim, em Meiaponte; Colégio Sant'Ana, Externato Goiano, em Goiás; seminário de Santa Cruz, em Ourofino, levavam nomes oficiais.

Figura 01 – Residência e escola da Mestra Silvina (Ermelinda Xavier de Brito) na cidade de Goiás.



Fonte: SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e (1975, anexos).

O grupo escolar foi resultado natural da evolução do ensino primário no País. Segundo Bretas (1991, p. 512), o prédio do Grupo Escolar da cidade de Bomfim (Silvânia hoje), foi o primeiro construído pelo Estado, era o mais moderno e sem dúvida o melhor que o Estado possuía. Prédio bonito, de platibandas, cantoneiras imitando colunas, vidraças nas janelas, jardim, árvores e coqueiros ao fundo. Os Grupos Escolares da Capital não se instalaram em prédios novos, construídos para esse fim, mas em casas grandes do tipo residencial, compradas e adaptadas.

Desde que se instalou, 1884 até 1929, a Escola Normal Oficial viveu como anexo do Liceu. E para que a Escola Normal cumprisse realmente suas funções de formadora de profissionais do magistério, foi indispensável libertá-la da dependência do Liceu, sem o que continuaria a ser o estabelecimento inexpressivo, desprovida de vida própria.

Em 1º de setembro de 1929 a Escola Normal, instalou-se no “Palácio da Instrução”, tornando-se um estabelecimento autônomo, com prédio e direção próprios. O prédio não era grande, apenas cinco ou seis salas de aula. Estabeleceu-se, então, que o Grupo Escolar funcionaria de manhã e o Curso Normal à tarde. O Jardim de Infância em um pequeno pavilhão à parte. Esse plano de transferência das dependências do Liceu iniciou em 1928, no final do governo do Presidente do Estado, Ramos Caiado e do Secretário Cesar Bastos, e executado no do Presidente Alfredo Lopes de Moraes, tendo como Secretário do Interior, encarregado dos negócios da Instrução, José Gumercindo Marques Otero.

1.4. Considerações Parciais

Em síntese, este capítulo fornece sustentabilidade teórica à pesquisa e dados para examinar a tendência da educação no desenvolvimento de uma sociedade que lutou pela Escola Normal, uma contínua reconstrução da experiência, onde a educação constitui elemento indispensável ao processo de democratização. Observou-se que, à medida que a Escola Normal foi, em virtude de sua institucionalização, adquirindo autonomia própria, extravasaram-se as intenções de seus criadores e, face à influência crescente das aspirações de sua clientela, a escola passou gradativamente a satisfazer necessidades sociais não cogitadas em seus estatutos, abrindo uma frente de inserção social para setores até então excluídos, notadamente a mulher.

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das idéias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população. Os movimentos da Reforma e Contra-Reforma, deram os primeiros passos para a posterior publicização da educação, contemplaram também iniciativas pertinentes à formação de professores.

Mas somente com a Revolução Francesa concretizou-se a idéia de uma escola normal a cargo do Estado, destinada a formar professores leigos. As primeiras escolas normais brasileiras foram estabelecidas, por iniciativas das Províncias, após a reforma constitucional de 12/08/1834, atendendo ao movimento descentralista, que conferiu às Assembléias Legislativas Provinciais, entre outras atribuições, a de legislar “sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la” (art. 10, item 2).

Em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção. Tiveram êxito a partir de 1870, quando consolidaram as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino.

Os esforços pelo estabelecimento de uma escola Normal pública contribuíram para a profissionalização do magistério, bem como deram impulso à produção de materiais didáticos. Cabe também frisar seu impacto na formação das elites dirigentes, não só na área de educação, mas também nos quadros políticos em geral. Foi na Escola Normal que Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Francisco Campos, Gustavo Capanema, dentre outros educadores, iniciaram suas vidas públicas, como professores. Já Cecília Meireles, Lourenço Filho e Paschoal Leme se diplomaram pela Escola Normal. Essa vivência no magistério os despertou para a questão nacional de educação, onde tiveram participação destacada depois dos anos de 1930.

Quanto o ingresso da mulher no magistério, a Escola Normal proporcionava a ela uma possibilidade de vida social e continuidade dos estudos. Como o ensino servia de trampolim ao homem para o ensino superior, o magistério garantia à mulher uma profissão com proventos, embora exíguos, mas que a desprendia ao menos em parte da dependência em relação ao homem.

* * *

No próximo capítulo, tecer-se-á fios de uma malha-painel, onde se podem visualizar as tentativas de instalação e manutenção da Escola Normal de Goiás. Dificuldades financeiras, desinteresse político, jogo de poder, falta de professores e, às vezes, também de alunos, somados à vastidão de uma Província e depois Estado semi-urbanizado, onde a criação de escolas, ainda que invocada como argumento para o progresso era matéria para a oratória e o papel.

2

A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL EM GOIÁS

Este capítulo inicia-se com uma revisão histórica do processo de ocupação do território goiano e também com análise das representações expressas nas imagens tecidas em torno da História da Educação Pública em Goiás. Posteriormente, a discussão gira em torno dos meandros das políticas educacionais que envolveram as Escolas Normais em Goiás. Assim, abordar-se-á as origens, a raiz criadora das Escolas Normais Públicas, o pensamento que as instituiu e também as justificou. Reconstrói-se o trajeto percorrido desde o momento em que se entendeu necessária a criação da Escola Normal em Goiás, ainda no século XIX, no período imperial até os anos de 1960.

2.1. História e Fatores Condicionantes do Desenvolvimento Educacional

O processo de ocupação em Goiás se deu em decorrência do desenvolvimento da mineração durante o século XVIII, o qual possibilitou a intensificação das correntes migratórias, a constituição dos primeiros núcleos populacionais e a incorporação de Goiás ao circuito nacional da economia mineradora. Porém, com a desarticulação das áreas mineradoras, Goiás experimentou uma “ruralização” dos núcleos populacionais, regredindo para uma economia de subsistência, simultaneamente ao desenvolvimento de uma pecuária de natureza extensiva.

Situado na parte central do país, contou com as naturais desvantagens decorrentes desta localização, impeditivas de regular intercâmbio com os centros mais desenvolvidos. Faltou-lhe o caminho do Oceano, via natural de progresso até o final do século XIX. Até então, por não contar com ferrovias e dada a precariedade de suas vias fluviais, o comércio era feito via tropas que, passando por trilhas, seguia rumo aos centros de maior recurso. O

desenvolvimento educacional, por sua vez, vinculou-se, à oscilante economia regional, condicionada à desfavorável localização geográfica – ambos à mercê de injunções políticas e de manifestações da incapacidade administrativa dos governantes. Dentre outros fatores, esses foram causa de um *status* cultural e social menos expressivo.

É importante observar que os bandeirantes e os jesuítas objetivavam tão somente a exploração. Ambos demonstraram a intenção de não se fixar em terras goianas e/ou criar povoações. Por este motivo, atribui-se a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, o título de descobridor de Goiás. Sabe-se que não foi o primeiro a chegar em Goiás, mas foi o primeiro a ter intenção de fixar e estabelecer residência com a família em terras goianas. A primeira região ocupada em Goiás foi a do Rio Vermelho, onde se fundou o Arraial de Sant’Ana, que, algum tempo depois, foi denominado Vila Boa e, mais tarde, tornou-se a Cidade de Goiás. Esta foi durante duzentos anos a capital do território (PALACIN e MORAES, 1975, p. 8-12).

Goiás pertenceu à capitania de São Paulo até 1748. A partir desta data, tornou-se capitania independente assim relatado por Arrais (2004, p. 18):

O território goiano tem mudado bastante, não apenas nas suas fronteiras, uma vez que perdeu território para os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Tocantins e também o Distrito Federal, mas também no seu estatuto administrativo: território subordinado à capitania de São Paulo até 1748, quando se tornou capitania, para, em 1822, transformar-se em província e a partir de 1889, com a República, Estado.

Em seu aspecto social Goiás foi enfático na distinção entre as pessoas livres e escravas. Durante o início da colonização e exploração das minas, os escravos eram maioria. Entretanto, com a decadência da mineração os escravos diminuíram quantitativamente, aumentando, assim, o número de pessoas livres. Diante deste quadro, a população goiana era composta basicamente por negros e mulatos, os quais eram numericamente superiores aos brancos.

As primeiras escolas públicas instaladas em Goiás, nos tempos coloniais, foram as Escolas Régias, criadas quando estava em pleno vigor a Reforma Pombalina, no reinado de D. Maria I, nomeando alguns mestres de escolas para a capital e dois para arraiais antigos. Segundo Bretas (1991, p. 49), a primeira escola régia foi a de Gramática Latina, no Arraial de Meia Ponte, Professor Bartolomeu Antonio Cordovil – 1787. A segunda escola, Primeiras Letras, foi instalada no Arraial de Santa Luzia, Padre-Mestre José Barbosa de Brito –1788.

As escolas régias eram instituições isoladas de um só mestre, recebendo, diariamente, na própria casa em que residia uma ou duas dezenas de discípulos. Dessa casa, em geral pequena e modesta, o mestre reservava a melhor e maior sala, quase sempre a de visitas, para aí instalar sua mesa de mestre e alguns bancos toscos para os alunos. Era exigência das autoridades do ensino que o mestre residisse em sua própria “aula”, isto é, que ministrasse o ensino na sua casa de morada.

No que diz respeito ao material didático, Bretas (1991, p. 79), diz que não havia livros impressos, nem as pequenas tabuadas para o ensino da leitura e das contas. A lousa e o quadro-negro não estavam ainda em uso. O material usado para a escrita era o papel linho de Holanda, o lápis, a tinta, a pena de pato e a de aço que estava entrando em uso, e o canivete pequeno de apontar o lápis.

Quanto ao conteúdo do ensino das escolas de ler e escrever, determinado pelo Artigo V, da Lei de 06 de novembro de 1772, que criou as escolas régias, Bretas (1991, p.73) afirma:

Que o mestre de ler, escrever, e contar, seja obrigado a ensinar não somente a boa forma dos caracteres; mas também as Regras Geraes da Orthografia Portugueza; e o que necessário for da syntaxe della, para que os seus respectivos Discipulos possam escrever correcta, e ordenadamente; Ensinando-lhes pelo menos as quatro espécies (operações) de Arithmetica simples; o Catecismo, e Regras de Civilidade em um breve compêndio.

Esta ordenação não cita “falar corretamente”, mas escrever corretamente a língua Portuguesa, sendo portanto, a boa forma das letras, a caligrafia, o que mais se devia buscar no treinamento dos alunos. No que dizia respeito a contar, bastava o ensino das quatro operações aritméticas de número inteiro. O ensino do Catecismo e as regras de Civilidade completavam o conjunto de conhecimentos e práticas que se podiam exigir do homem comum.

O Professor Régio não chegou a profissionalizar-se e também não tinha condições de viver somente com os rendimentos do magistério, talvez devido a não tanto aos ordenados anuais que recebia, mas à falta de pagamento em dia dos ordenados vencidos.

Teoricamente, a Escola Régia em Goiás e no Brasil, terminou com a Independência, em 1822. Mas em Goiás funcionou até 1825; as criadas por Mascarenhas, presidente da Província, sendo de Latim, em Vila Boa, Pilar, Traíras, Meia Ponte, Santa Luzia e Natividade.

Para Bretas (1991, p. 88), as Escolas Régias funcionaram mal, e não corresponderam às expectativas, mas houve saldo positivo, devido à dedicação e ao desprendimento dos mestres, chegando alguns deles a darem de si tudo o que havia de energia e zelo. Os três primeiros presidentes da Província estudaram na Escola Régia de Goiás, foram eles: José

Rodrigues Jardim, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury e D. José de Assis Mascarenhas. Com eles também se prepararam outros goianos, que puderam ingressar na Universidade de Coimbra, Portugal.

Nos Anais da Biblioteca Nacional, volume LXII – 1940, página 137-305, está transcrita uma relação completa dos estudantes brasileiros que se matricularam na Universidade de Coimbra, entre os anos de 1772 a 1872; constam os nomes de quinze goianos, matriculados em várias Faculdades desta centenária Universidade (BRETAS, 1991, p. 88). Um diploma de Coimbra era promoção pessoal certa na vida administrativa, social e política do Brasil. Desses quinze estudantes, muito poucos, entretanto, voltaram a viver em Goiás. Aqueles que voltaram tiveram destaque; outros desapareceram no cenário anhanguerino ou porque não concluíram curso nenhum, caindo, assim, no anonimato, ou porque foram aproveitados em outras partes do Império. Três dos que retornaram tiveram participação relevante em funções públicas em Goiás.

O primeiro deles, João Gomes Machado, professor de geometria, deputado, membro de uma sociedade secreta que então se fundou, para a defesa do País contra as pretensões dos brasileiros adotivos, que insistiam em fazer o Brasil voltar à condição de colônia portuguesa. Adotou o cognome de “Corumbá”, ficou famoso por suas excentricidades. Era muito retraído trocava o caminho da repartição ao domingos para ir à Igreja: era então curioso vê-lo de botinas de polimento, espadim, todo a Luiz XV, pisar as ruas de Goyaz. Consta ainda que tinha muito zelo por seus bens, guardando-os a sete chaves ou debaixo do travesseiro. No seu testamento deixou toda sua fortuna, para a cidade de Goiás, em benefício de uma ou duas cadeiras de geometria, a serem custeadas com os rendimentos dos seus bens. Gesto único em Goiás. Deve-se também a Corumbá o uso do quadro-negro e a taquigrafia no Estado.

O segundo e o terceiro doutores citados são os irmãos José e Manuel d’Assis Mascarenhas, filhos de D. Francisco d’Assis Mascarenhas, político português, nascido em Lisboa em 1779. Com 24 anos de idade D. Francisco d’Assis foi nomeado Governador e Capitão General da Capitania de Goiás, governando de 1804 a 1809. D. José d’Assis Mascarenhas, foi magistrado goiano, presidente da província (1839 – 1845), e deputado à assembléia geral por três legislaturas. D. Manuel d’Assis Mascarenhas, Juiz de Direito, Deputado Geral (1845 – 1847), diplomata em Berlim e Viena, voltando ao Brasil foi deputado geral e senador pela província do Rio Grande do Norte. Enfim, a Escola Régia cumpriu sua missão de pioneira na Instrução Pública de Goiás.

A partir de 1778 a mineração teve uma decadência cada vez mais acentuada, quase desaparecendo na segunda década do século XIX. Palacin e Moraes (1975, p. 73), referindo-se à situação do sistema escolar vigente no período, salienta que:

Até 1788 não houve em Goiás escola alguma de qualquer nível, verdadeiro atentado contra a filosofia do século das Luzes. Em 1774 começou a ser cobrado, também em Goiás, o subsídio literário, criado por lei em 1772, para subvencionar escolas [...]. Só em 1778, por providência de Luís da Cunha Menezes, vieram para Goiás os primeiros professores: três de Primeiras Letras para a Vila Boa, Meia Ponte e Pilar; dois de Latindade e um de Retórica [...]

No plano nacional, após a Independência, a disputa pelo poder durante o Primeiro Império e o Período Regencial caracterizou-se como luta entre centralização do poder imperial e o processo de descentralização do poder a favor das províncias.

Na luta pela centralização do poder houve vitórias e derrotas do governo central. A ideologia liberal que grassava na Europa era, no Brasil, incorporada pelas classes dominantes das províncias na defesa de sua autonomia e liberdade, contra qualquer controle do poder central.

Para acalmar esses anseios liberais, o governo promulgou em 1834 o Ato Adicional à Constituição Imperial de 1824 pelo qual o poder público, em diversos sentidos, era descentralizado. O Ato Adicional transformava os antigos conselhos provinciais em assembléias legislativas, permitindo, assim, que as províncias tivessem Poder Legislativo próprio. O Poder Executivo provincial continuava a ser exercido por um presidente de nomeação régia, no entanto, estes presidentes não tinham o direito de vetar as decisões das assembléias.

As províncias, sem constituição própria, submetiam-se à Carta Nacional, porém as assembléias legislativas provinciais tinham competência para legislar sobre matéria especificada no Ato Adicional. Entre essas competências encontrava-se a da instrução pública. O Ato Adicional, no seu artigo 10º, parágrafo segundo, dizia:

Compete às mesmas Assembléias legislar: sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as Faculdades de Medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outras criadas por lei geral (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 11-2).

Segundo este artigo do Ato Adicional, o ensino secundário e o elementar eram descentralizados, passando à competência das províncias e deixando ao governo central apenas o ensino superior. O governo central reservou para si a educação das elites, atribuindo às províncias a instrução popular. Esta atitude representou, também, uma isenção de responsabilidade do governo central em relação ao ensino primário e, conseqüentemente, ao ensino normal.

Em 1835, sob a gestão de José Rodrigues Jardim, primeiro presidente provincial goiano, instituiu-se, em sintonia com o que ocorria nacionalmente, uma legislação específica para regulamentar o ensino elementar de natureza pública ou privada. Em função da nova competência das províncias, delegada pelo Ato Adicional, o presidente José Rodrigues Jardim, pela Lei nº. 13, de 13/07/1835, votada pela primeira Assembléia Legislativa Goiana, regulamentou o ensino da Província de Goiás. Neste momento, o ensino elementar, na Província, era constituída de oito cadeiras de primeiras letras pelo Método Lancaster, das quais só duas funcionavam; de 16 pelo método individual e de duas para meninas. O ensino secundário e superior eram inexistentes.

No que se refere ao Magistério, segundo a referida Lei, Canezin e Loureiro (1994, p. 14) expõem que as condições determinadas para assumir uma cadeira limitavam-se a:

Professar a religião católica romana, ter mais de 21 anos, bom comportamento e os conhecimentos exigidos na lei. Não havia preocupação expressa com a formação docente mais especializada. Em relação a Escola Normal, o governo provincial não cogitava de sua existência. A habilitação do professor, nos termos da lei, deveria ser feita através de concurso.

É notório que na legislação produzida, ao Estado não competia a formação de pessoal mais qualificado, visto que a sua única tarefa consistia em criar algumas cadeiras de primeiras letras em consonância com as exigências postas pelo Ato Adicional. E, efetivamente, foi o que os sucessivos governos provinciais fizeram. Além do insignificante número de cadeiras, a freqüência era irrisória e os professores eram geralmente mal preparados para a função, além de, na sua maioria, não remunerados.

Quanto ao método Lancasteriano, também chamado Método de Ensino Mútuo, em voga no final do século XVIII e início do século seguinte na Europa e Estados Unidos, segundo Bretas (1991, p. 139-50), foi André Bell, educador escocês que introduziu o sistema na Inglaterra, mas quem o popularizou foi José de Lancaster. Considerado método milagroso, por meio do qual se poderia resolver o grande problema da educação popular. Um só professor poderia matricular e instruir até seiscentos alunos. No Brasil foi introduzido com o Decreto de 1º de Março de 1823 sob a jurisdição do Ministro da Guerra, pois não havia Ministério de Instrução. Em Goiás depois de quatro anos de idas e vindas de ordens imperiais e candidatos, foi introduzido pelo Sargento Antonio José de Castro, habilitado no Rio de Janeiro, com grande festa; com 112 alunos matriculados, no dia 27 de maio de 1827.

O sistema funcionava do seguinte modo: o mestre encarregado, dividiria toda a classe em decúrias (grupos de 10 alunos cada uma), escolheria dentre eles aqueles que, por sua idade

e conhecimento, pudessem impor aos demais sua liderança (seriam os decuriões), e a cada um deles encarregaria de uma decúria. Em seguida transmitiria a esses decuriões as principais lições, que eles depois de bem preparados nelas, iriam repetir aos seus comandados, como se fossem sub-oficiais de instrução. Na Europa, o método lancasteriano nasceu, cresceu e morreu em vinte anos, vencido pelo método pestalozziano, seu concorrente. No Brasil durou doze anos, e, em Goiás, oito.

A escola pública secundária foi criada em Goiás em 23 de fevereiro de 1847, com a instalação do Liceu de Goiás, pela Lei nº. 9, de 20/06/1846. O referido estabelecimento de ensino estruturou-se, inicialmente, pela agregação de cadeiras com a finalidade de “tornar mais ampla e geral a instrução secundária, que se achava reduzida ao simples ensino do Latim”. Às cadeiras de Gramática Latina, Geometria e Filosofia Racional e Moral existentes agregavam-se as de Língua Francesa, Retórica, Geografia e História, instituindo-se o Liceu. A sua função propedêutica para o ingresso no curso superior era insatisfatória, uma vez que ele não tinha o curso preparatório completo.

Pelo fato de o Liceu não ter internato e de não preparar integralmente para o ensino superior, era prática usual das famílias tradicionais enviar seus filhos para os centros mais desenvolvidos do país para formá-los, principalmente bacharéis e, assim, fazê-los seus representantes no sistema político vigente.

A História da Escola Normal Pública em Goiás teve início em 1858, com a sua criação, pela Resolução nº 15, de 28 de julho de 1858, desta feita:

Foi criada a Escola Normal na capital para habilitação dos “aspirantes ao ensino dos diversos graus de instrução primária”. O artigo 2º da referida Resolução ressaltava que “nenhum indivíduo, d’ora em diante, será provido vitaliciamente no professorado, sem que apresente documento comprobatório d’haver sido, examinado e aprovado nas matérias lecionadas na Escola Normal” (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 17).

A Escola Normal de 1858 não se organizou devido, principalmente, a dois fatores: inexistência de corpo docente habilitado e de prédio adequado para sua instalação. Quase três décadas se passaram para que viesse a ser recriada novamente a Escola Normal. Agora, como apêndice do Liceu, 1882, persistindo de 1884 a 1886, sendo reativada, posteriormente, no início do século XX.

A trajetória da Escola Normal de Goiás, no entanto, foi semelhante às das demais províncias – extinta, reaberta, criada como apêndice do Liceu, e, finalmente, autônoma em 1929. Em 1938, foi transferida da cidade de Goiás para a nova capital, Goiânia, instalando-se na rua 20. Posteriormente, quando o Estado adaptou seu Ensino Normal aos termos da Lei

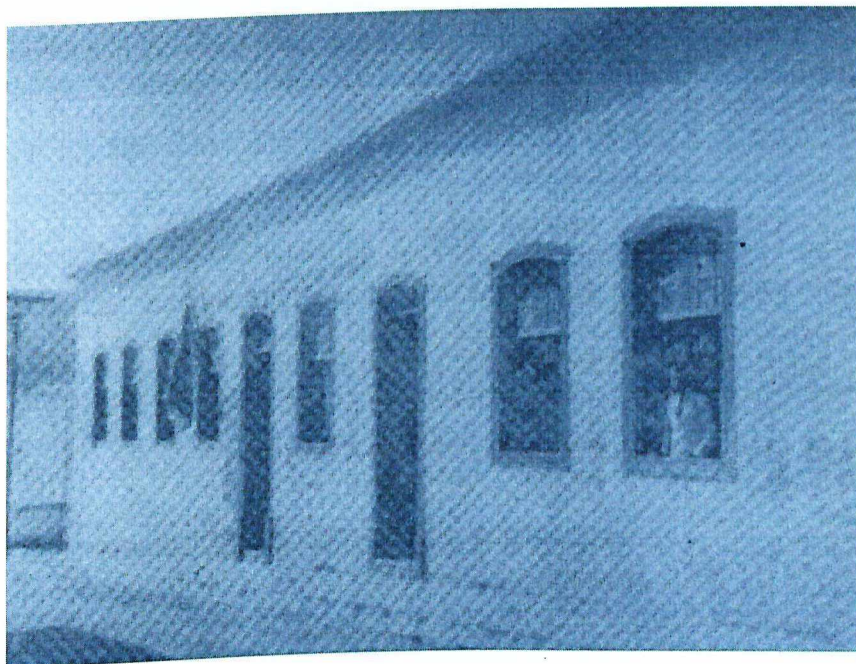
Orgânica de 1946, para não perder os benefícios que a União dava aos Estados para a melhoria do Ensino, transformou-se em Instituto de Educação de Goiás pelo Decreto-Lei nº 870, de maio de 1947.

O progresso chega de São Paulo e de Minas Gerais, em direção ao Oeste. Com ele veio o Grupo Escolar, que em 1910, já existia em Araguari, Minas Gerais. Instalado em prédio novo, grande, bonito e construído especialmente para abrigar a escola. Causava inveja aos viajantes goianos (deputados, senadores, presidentes, comerciantes e outros) que por ali passavam com destino a São Paulo e Rio de Janeiro, despertando-lhes o desejo de dotar Goiás também de instituição semelhante.

Segundo Bretas (1991, p. 507), Catalão, cidade vizinha de Araguari e Uberlândia, do Estado de Minas Gerais, de onde recebia influência progressista, foi a primeira cidade goiana a manifestar o desejo de possuir um Grupo Escolar. Catalão insistiu com o governo do Estado para que lhe desse esse melhoramento, mas como atendê-la, se a própria capital não possuía ainda um Grupo Escolar. Pela Lei nº. 694, de 27 de Julho de 1921, Catalão, Bomfim (Silvânia de hoje) e Rio Verde ficam autorizados a criarem seus Grupos Escolares.

O primeiro Grupo Escolar a instalar-se no Estado foi o da capital com o nome de Mestra Nhola, criado pela Lei nº. 631, de 02 de agosto de 1918. Essa instalação não foi difícil, pois se tratava apenas de transformar em Grupo Escolar o Curso Anexo da Escola Normal, que funcionava com dois professores, um para cada sexo, no mesmo prédio do Liceu, onde funcionava também a Escola Normal. A equipe administrativa de um grupo escolar constava de um diretor, três, quatro ou cinco professores, um porteiro e um servente.

Figura 2 – Primeiro Grupo Escolar instalado na capital, com o nome de Mestra Nhola. Inicialmente funcionou no prédio do Liceu.



Fonte: BRETAS, 1981, p. 513.

O advento dos grupos escolares no Estado gerou um conjunto de mudanças. Dentre elas destaca-se o aumento extraordinário da freqüência escolar, despertando maior interesse dos pais e dos meninos pela atração da escola sobre seus alunos, pelo espaço, pela higiene, pelo conforto, pelo material escolar abundante e melhor, pelo uso do uniforme que foi então introduzido, pelos hinos e cantos escolares que se ensinavam, pela ginástica e jogos que se praticavam, pelas festas cívicas que se realizavam, pela emulação entre os mestres, agora melhor remunerados, os quais se esmeravam no seu desempenho, procurando cada qual aperfeiçoar seus processos didáticos para assim honrar seu título de normalista e obter os aplausos das bancas examinadoras e a admiração da sociedade.

Para Monarcha (1999, p. 196-7) os Grupos Escolares foram saudados como:

A criação mais feliz da República, por um contemporâneo da época, e um dos elementos do padrão de excelência do ensino paulista durante a Primeira República, os grupos escolares, com ensino graduado e um professor para cada série escolar, são fenômenos urbanos por excelência e integram a experiência de vida de várias gerações, as quais realizam parte de sua infância nesses estabelecimentos de ensino.

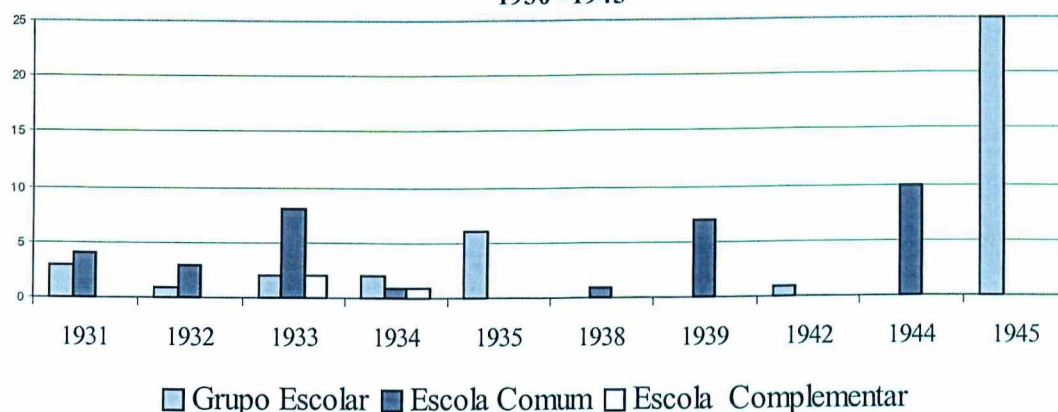
A exigência legal de só se nomearem para os grupos escolares os portadores de diploma de normalistas foi altamente benéfica na primeira fase da Escola Normal. Como não era fácil encontrarem diplomados para o preenchimento do quadro de docentes de todos os grupos criados, havia sempre demora na instalação deles. Mas o princípio foi cumprido, até o governo de Alfredo Lopes de Moraes, ou seja, até a Revolução de 1930.

Depois disso, na Segunda República, o governo foi permitindo o aproveitamento de leigos nos grupos escolares, quando não havia diplomados e, por fim, até com a preterição destes. No entanto, o desenvolvimento de uma política educacional, apesar do discurso valorizador da educação, não será observado de uma forma homogênea nem contínua no pós-30. Só há realmente um esforço significativo pela difusão dos grupos escolares depois do fim do Estado Novo, em 1945. Bretas (1991, p. 590) afirma que nas “décadas de quarenta e cinquenta todos os municípios possuíam seus grupos escolares, um nas cidades pequenas e dois ou mais nas cidades maiores”. Esta situação pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 3 – Expansão da rede escolar pública em Goiás, 1930 – 1945

Ano	Grupo Escolar	Escola Comum	Escola Complementar	Total
1931	03	04	-	07
1932	01	03	-	04
1933	02	08	02	12
1934	02	01	01	04
1935	06	-	-	06
1938	-	01	-	01
1939	-	07	-	07
1942	01	-	-	01
1944	-	10	-	10
1945	25	-	-	25
TOTAL	40	34	03	77

Fonte: NEPOMUCENO, 1994, p. 80-5.

**Gráfico 2 - Expansão da rede escolar pública em Goiás
1930 - 1945**

Fonte: NEPOMUCENO, 1994, p. 80-5.

Em relação a expansão da rede escolar pública em Goiás, de 1930 a 1945, de acordo com os dados do quadro nº 3 e do gráfico nº 2, cabe esclarecer que esta expansão deveu-se ao fato do governo de Goiás ter começado a investir na educação, em vista da importância estratégica que esta passou a assumir, influenciada pela “Escola Nova”. Inicia, então, a reformular e remodelar os planos educacionais. Assim, de 3 Grupos Escolares e 4 de Escolas Comuns de 1931, passa-se em 1945, para 40 Grupos Escolares, 34 Escolas Comuns e 3 Escolas Complementares.

Para a criação de uma escola comum exigia-se a existência de um mínimo de quarenta crianças. Para a criação de um grupo escolar a existência de 140 crianças em idade de sete a catorze anos. A Escola Complementar, com dois anos de duração, tinha o duplo objetivo de ampliar os conhecimentos ministrados nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, e de preparar candidatos à Escola Normal do Estado.

2.2. A Escola Normal na interiorização da sociedade goiana

A importância do Magistério era concebida pelos governadores do Estado articuladamente com a importância do papel da instrução primária como instrumento de redenção dos indivíduos e da sociedade. A ampliação da escolaridade primária era uma alternativa para a superação das condições de isolamento e de atraso da sociedade. A partir dessa concepção o professor deveria ser o centro do processo pedagógico, na medida em que, como portador dos conhecimentos acumulados, deveria transmiti-los aos alunos para convertê-los em cidadãos úteis. A preocupação com a Escola Normal prendia-se, pois, a essa importância dada ao papel do professor como responsável pelo sucesso ou fracasso da instrução primária.

No plano do discurso havia uma contradição entre a decantada necessidade de uma Escola Normal para formação de professores, defendida pelos deputados liberais como algo imprescindível para a melhoria do ensino e a exaltação que eles faziam da vocação natural da mulher para o ensino primário em detrimento de uma formação profissional. Esse privilégio das aptidões naturais da mulher para o Magistério era conflitante com as idéias positivistas de que o Magistério precisava ser profissionalizado e de que deveria existir uma formação científica para o professor. Além disso, o exercício do Magistério pela mulher era apreciável, porque resolvia a questão da reduzida procura do Magistério primário pelo homem, o que tinha como causa importante a baixa remuneração.

De uma forma genérica, as Escolas Normais que surgiram no Brasil Império tiveram vinculação com a expansão dos princípios liberais, que defendiam a extensão, a obrigatoriedade e a liberdade de ensino para todas as camadas da população. Surgiram na primeira metade do século XIX, mas só se desenvolveram a partir de 1870, quando a difusão dos pensamentos positivista e liberal procurou dar à educação um papel preponderante.

Borges (2004, p. 13) afirma que o ideário liberal de obrigatoriedade do ensino primário “revestia-se de representações que grossaram o ideário da época, no tocante à urgência em se disciplinar e higienizar o espaço urbano, onde se insere a escola”. Portanto, a educação deveria ser não só intelectual como também física e moral.

As dificuldades para o estabelecimento da Escola Normal foram de dimensões imensuráveis para a época. Uma questão grave era a não existência na Província de alguém habilitado para dirigir a Escola Normal, então foi solicitado ao Ministro do Império que enviasse alguém para esta função. De acordo com Bretas (1991, p.304), este pedido jamais foi atendido, pois as autoridades imperiais alegavam que havia insuficiência de pessoas entendidas em Pedagogia. A saída foi a insistência em usar o Liceu para o aperfeiçoamento de professores primários e, por mais ou menos vinte anos, não se evidenciou qualquer preocupação com a formação docente.

No governo do presidente Spínola (1879 – 1881) foram elaboradas algumas propostas com características progressistas no campo da educação. Contudo, a Escola Normal não foi de fato instalada e nesta gestão o sistema de ensino não foi reestruturado. As matrículas para a Escola Normal não corresponderam às expectativas e durante determinado tempo ficou descreditada.

Na gestão de Cornélio Pereira de Magalhães (20/06/1882 a 20/09/1882), a instrução do povo e as vias de comunicação são questões magnas, expressas por Canezin e Loureiro (1994, p. 28), na seguinte redação:

Em relação à educação, considerou-se relevante o papel do mestre e, em função disso, criou-se anexa ao Liceu, uma Escola Normal para a preparação dos professores de instrução primária, pela Resolução n° 676, de 03 de agosto de 1882: “Fica instituída no Lycêo desta capital promiscuamente o curso de instrução secundária já existente, um curso Normal para preparação dos professores de instrução primária”.

Durante algum tempo a Escola Normal existiu apenas na legislação. Somente em 1884, na presidência de Camilo Augusto Maria de Brito, ela foi instalada; regulamentada e entrou em funcionamento em 12/04/1886 e deixou de existir em 01/12/1886, pela supressão da cadeira de Pedagogia. Apesar de restabelecida a cadeira de Pedagogia no Liceu em 07/01/1888, a Escola Normal não foi reativada.

Na segunda fase da Escola Normal, de 1903 a 1929 (a primeira foi de 1884 a 1886, quando não lhe foi possível sobreviver), uma estável tranqüilidade caracterizou o seu funcionamento. A convivência entre moças da Escola e rapazes do Liceu, em regime de co-educação, já não apresentava aquelas mesmas dificuldades e inconveniências que resultaram no fim da Escola Normal fundada em 1882 por Cornélio de Magalhães e instalada por Camilo de Brito em 1884.

Segundo Bretas (1991, p. 471), no período Imperial os alunos do Liceu trataram os moços e moças do curso normal com desdém e atos anticavalheirescos, afugentando-os do seu convívio. Agora, na República, o ambiente era diferente. As exceções eram raras e eram controladas pelos próprios colegas da classe. Muito contribuiu para esse novo comportamento dos liceanos a pregação dos Bulhões, dos Xavier de Almeida e de outros moços formados em centros onde a co-educação era prática comum em colégios e academias.

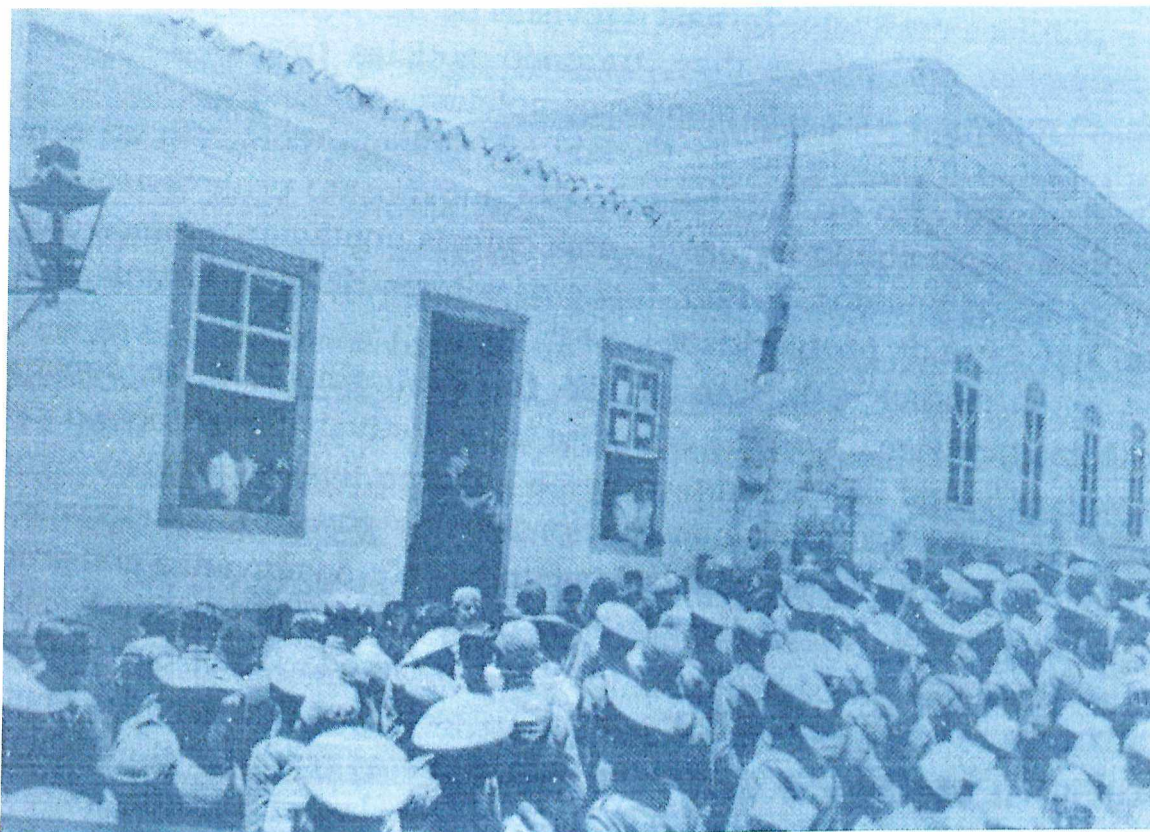
Para Gonçalves Neto (2002, p. 134) a Proclamação da República em 1889, colocou os governantes na condição de:

Inauguradores de uma ordem política superior, em oposição ao Império, mas também na situação daqueles que se propõem a reorganizar a própria nação brasileira, instituindo novos valores, símbolos cívicos, heróis, etc. Era necessário não apenas implementar uma realidade diferente mas, também, tentar “enterrar” a condição antecedente, os 67 anos de Império. O passado aparece envolto numa aura de atraso, de descaso – marcas do império –, que será superada pela nova ordem, através da valorização do conhecimento moderno, da ciência, da nação, reforçada pela educação.

Os jovens do Liceu e da Escola Normal passaram a se interessar pelos problemas da educação e outros de interesse coletivo, pois já se falava em soluções altruísticas e democráticas. Por outro lado, as moças se conscientizaram dos seus direitos, perdendo a inibição de conversar e entender-se com pessoas do outro sexo. E, como se dedicavam mais aos estudos, elas superaram os moços nos exames de aprovação e promoção, impondo deste modo respeito de mestres e colegas. E assim, os ranços dos tempos imperiais iam desaparecendo (BRETAS, 1991, p. 471).

O Liceu cedeu parte de seu espaço físico para anexar a Escola Normal que, em 1929 desmembrou-se, tornando-se um estabelecimento autônomo, com prédio e direção próprios. A Escola Normal encontrava-se, então, em sua terceira fase de existência. A partir de 1926, as matrículas e o interesse pela Escola Normal aumentaram. A exigência de normalistas para atuarem nos grupos escolares foi somada à proposta de melhor remuneração e o privilégio de ter nomeação efetiva sem concurso.

Figura 3 -- Liceu de Goiás em 1920. Ao lado esquerdo, a Casa da Secretaria do Estabelecimento, e, diante dela, em forma, o Tiro de Guerra do Liceu. À porta, um orador lê seu discurso.



Fonte: BRETAS, 1991, p. 578.

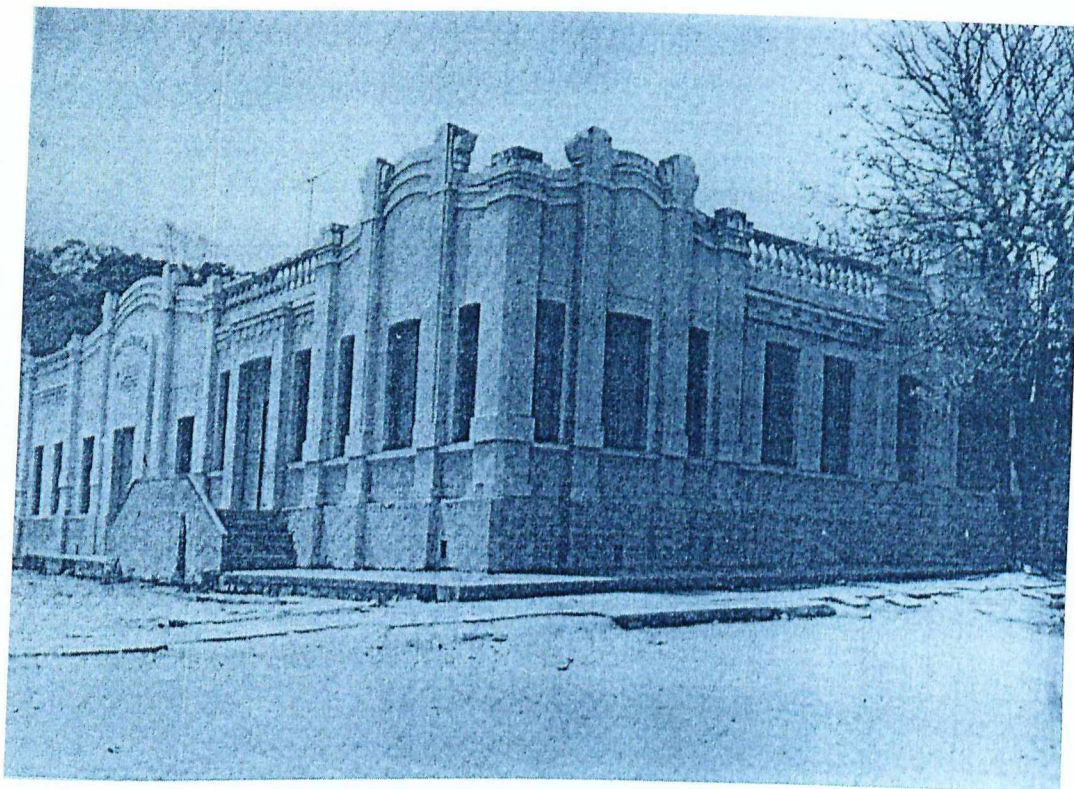
A primeira turma da Escola Normal colou grau em dezembro de 1906, em solenidade festiva, podendo ser considerada a primeira turma de normalistas formadas em Goiás, nesta segunda fase da Escola Normal, pois a Escola Normal de 1884 não formou nenhum professor primário.

Diante da inconveniência da continuidade da Escola Normal ligada ao Liceu, o Presidente Brasil Ramos Caiado (1924 a 1929), aprovou o plano do seu secretário César Bastos da desanexação; assim, obteve, em questão de dias, do congresso goiano a Lei nº. 851, de 10 de julho de 1928, autorização para o governo promover a desanexação da Escola Normal, a criação do Jardim de Infância e o aproveitamento do edifício que se destinava ao beneficiamento do algodão, o qual passaria a ser chamado então de “Palácio da Instrução”.

Em 14 de julho de 1929, assumiu o governo de Goiás Alfredo Lopes de Moraes, tendo como Secretário do Interior José Gumercindo Marques Otero, encarregado dos negócios da instrução, médico recém formado no Rio de Janeiro, o qual em nada mudou o plano de seu antecessor César Bastos, mas sim tratou de concluir as obras de adaptação do prédio. Em 1º

de setembro de 1929 instalou no Palácio da Instrução a Escola Normal como estabelecimento autônomo. O Grupo Escolar funcionaria no período matutino e o curso normal à tarde. O Jardim de Infância funcionaria em um pequeno pavilhão à parte, pois o prédio não era grande, teria apenas cinco ou seis salas de aula.

Figura 4 – Palácio da Instrução. Prédio escolar que, pela construção, se contrapôs às antigas escolas instaladas em casas residenciais.



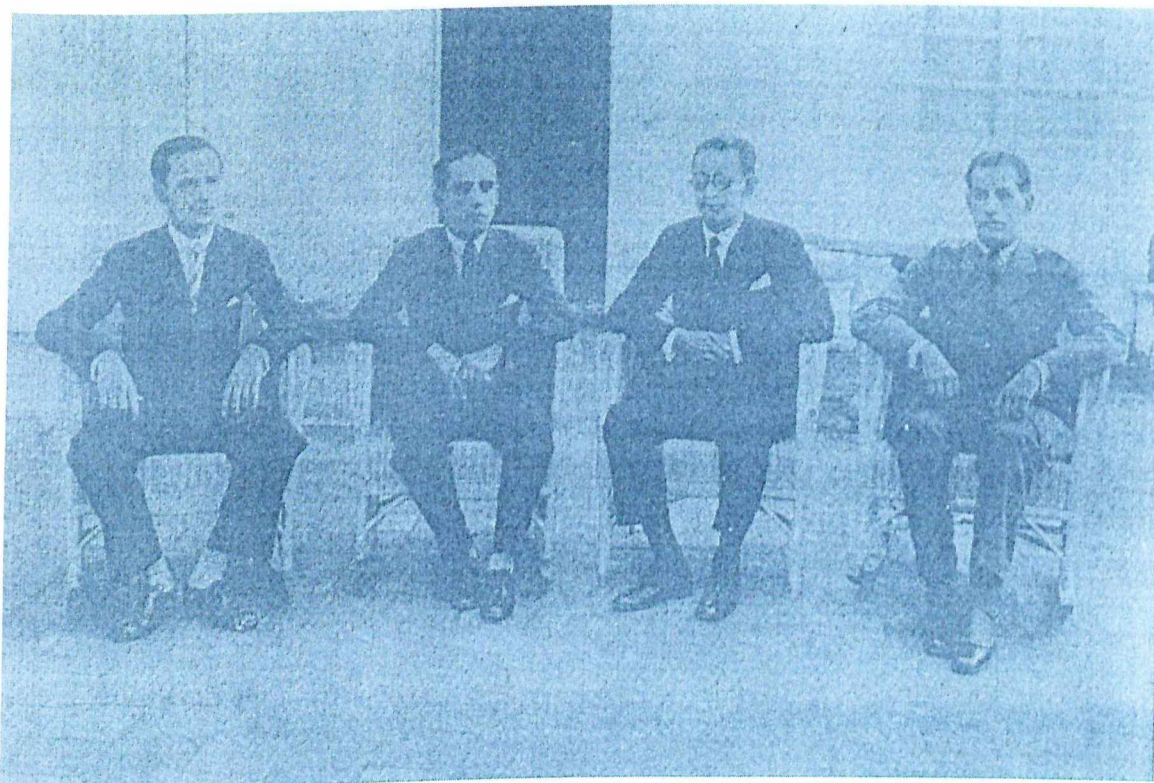
Fonte: SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo, 1995, anexos.

Para completar o esquema do ex-secretário César Bastos, José Gumercindo Marquez Otero, por meio do presidente da Província, entrou em entendimento com o governo de São Paulo, a fim de obter naquele Estado alguns técnicos em formação de professores, entregando-lhes por algum tempo a direção da Escola Normal para organizarem o ensino normal e primário. O governo de São Paulo designou três de seus professores de ensino normal, comissão que se passou a chamar “Missão Pedagógica Paulista”.

Com a colaboração da missão de São Paulo, o Secretário do Interior e Justiça Gumercindo Otero organizou um novo regulamento do ensino primário, aprovado pelo decreto n.º. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, e um regulamento do ensino normal e complementar, aprovado pela Lei n.º. 908, de 29 de julho de 1930.

A Missão Pedagógica Paulista foi composta por José Cardoso, Humberto de Souza Leal e Cícero Bueno Brandão, permaneceu em Goiás cerca de dez meses. Recebida no início com algumas críticas veladas que da prata da casa se poderiam tirar elementos de valor para as reformas desejadas e sem os enormes dispêndios que o Estado teve que fazer com a missão. Em um balanço final, o saldo foi positivo, prevalecendo a opinião de que valeu a pena, apesar dos gastos.

Figura 5 – Missão Pedagógica Paulista



Da esquerda para a direita: José Cardoso, José Gumercindo Marquez Otero (Secretário do Interior e Justiça), Humberto de Souza Leal e Cícero Bueno Brandão, Goiás, 1930.

Fonte: SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo, 1975, anexos.

Goiás, no que tange à educação, reconhecia a hegemonia do Estado de São Paulo, adotando seu sistema como modelo a ser seguido. O ensino desse Estado funcionava como uma meta a ser alcançada, tanto no sentido administrativo como no metodológico, assim relatado por Canezin e Loureiro (1994, p. 59):

Os aspectos escolanovistas do ensino de São Paulo serviram de parâmetros para Goiás, desde a construção de escolas até a metodologia: o ensino embasado na observação, na necessidade de a aprendizagem estar próxima às experiências do aluno, no método ativo, na globalização do ensino de leitura, no reforço do raciocínio em detrimento da memória.

Em 1930, ano em que findou a primeira República, todo sistema de ensino em Goiás já se achava consolidado. Segundo Bretas (1991, p.575) o ensino primário urbano, estruturado na reforma Gumercindo Otero, tinha o tipo de estabelecimento mais conveniente para o desenvolvimento do ensino elementar: o Grupo Escolar, que já era representado por 18 unidades em todo o Estado. Com mais 02 criados e instalados em novembro e dezembro do mesmo ano pelo governo, somaram 20 os que passaram para o ano de 1931. Além desses existiam no Estado na época 161 escolas comuns ou isoladas, sem contarem as escolinhas rurais, instaladas nas fazendas e mantidas pelos municípios.

O ensino Normal em 1930 era representado na época por seis estabelecimentos, um oficial (Escola Normal do Estado) e cinco particulares, sendo um na capital e os demais no interior. Quanto à estrutura, o ensino normal se dividia em dois cursos a saber – o complementar, de 3 anos, e o normal propriamente dito, também de 3 anos, dividido novamente pelo novo regulamento de 28 de janeiro de 1931, modificando para 2 anos o curso complementar e 4 anos o curso normal, mas guardando o mesmo número de disciplinas (onze), acrescentadas as de História de Goiás e Educação Física. Essa estrutura permaneceu inalterada até a Lei Orgânica (federal) do Ensino Normal, de 1946. O ensino secundário resumia-se em dois estabelecimentos apenas: O Liceu e o Ginásio Anchieta, de Bomfim. Em fase de organização achava-se o terceiro Ginásio Municipal de Ipameri.

O ensino superior era representado por duas Faculdades de Direito. Uma delas, a Escola de Direito, mantida por uma sociedade particular, e outra, com o nome de Faculdade de Direito de Goiás, fundada e mantida pelo governo. Mais tarde, as duas se fundiram em uma só, com a encampação da escola particular pela oficial. A Escola de Farmácia e Odontologia desapareceu com a revolução, cujo impacto abalou seus alicerces. Do ensino profissionalizante só existia um estabelecimento – a Escola de Aprendizes Artífices, mantida pela União.

Em 1935, existiam no Estado mais de 10 Escolas Normais. Era o estabelecimento de ensino médio mais fácil de se fazer funcionar. Fundada uma escola normal, era certa a subvenção do governo; e não só o auxílio em dinheiro, mas também o reconhecimento imediato, pois o Estado incentivava a criação de escolas normais no maior número possível para garantir a formação de professores para os grupos escolares que se iam fundando em toda parte do Estado.

Outro fator que tornou mais freqüente a criação de cursos normais foi o desejo dos municípios de possuírem um “colégio”, e não somente um “ginásio”. O nome “colégio” soava mais forte, elevando a categoria do estabelecimento. A partir de 1936, Goiás cresceu

rapidamente – com a construção de Goiânia; com o desbravamento do Mato Grosso Goiano; com a campanha nacional da “Marcha para o Oeste”, que culminou na década de cinquenta com a construção de Brasília, imprimiram um ritmo acelerado ao progresso de Goiás.

A população se multiplicava; as vias de comunicação realizavam a integração com todo o país e dentro do mesmo Estado. Assistia-se a uma impressionante explosão urbana, com o desenvolvimento concomitante de todo tipo de serviços. Contudo Goiás continuava sendo um Estado de economia primária, com uma exploração extensiva de baixa produtividade. Dadas essas condições a idéia de que a educação era imprescindível quando da implantação da nova proposta de sociedade, que passou a ser adotada a partir da Revolução de 1930. Diante de tal fato Inácio Filho (2002, p. 49) coloca: “daí a afirmação da necessidade de se lutar por uma escola que, sem privilegiar ninguém, fosse competente no preparo da mão-de-obra que passava a ser fundamental para a industrialização nascente”.

2.3. Adaptações do Ensino Normal à Lei Orgânica

A partir de 1945, iniciou-se a fase de “redemocratização do país”. No que se refere ao aspecto educacional, a “redemocratização brasileira” permitiu a retomada dos princípios liberais. Voltou-se a falar em democratização de ensino, igualdade de oportunidade e descentralização administrativa, postulados que se incorporaram à Constituição de 1946. Esta determinou a obrigatoriedade do ensino primário, retomando a educação como direito de todos, dada tanto no lar como na escola.

A expansão da escola primária em grandes proporções refletiu-se inevitavelmente no ensino normal. A formação de professores deveria ser intensificada para atender a expansão das oportunidades escolares. Apresentou-se, então, como solução, uma estrutura para as escolas normais, consubstanciada na Lei Orgânica do Ensino Normal, que foi promulgada no mesmo dia da Lei Orgânica do Ensino Primário, 2 de janeiro de 1946. O Estado de Goiás engajou-se na nova política de “redemocratização brasileira”, com grandes dificuldades, devido à instabilidade característica do período de transição para o novo regime.

A Lei Orgânica do Ensino Normal, apesar de assinada em janeiro de 1946, foi elaborada no período ministerial de Capanema, portanto, no Estado Novo. Tal como prevista nas leis orgânicas dos outros cursos médios, a estrutura do Curso Normal compreendia dois ciclos. O primeiro, com duração de quatro anos, destinava-se a formar o regente de ensino

primário, que funcionaria em escolas com o nome de Escolas Normais. Já o segundo ciclo, com três anos de duração, devia preparar professores primários, que funcionariam em estabelecimentos chamados Escolas Normais, após o curso ginásial.

Para Romanelli (2003, p. 164), o Curso Normal Regional preparava professores do primeiro ciclo, a Escola Normal ministrava o segundo ciclo e o curso ginásial do ensino secundário. Além das Escolas Normais Regionais e das Escolas Normais, foram criados os Institutos de Educação, que passaram a funcionar com os cursos citados acima, mais o Jardim de Infância e a Escola Primária anexos e os cursos especialização de professor primário e habilitação de administradores escolares.

O ensino normal em Goiás iniciou a sua adaptação à Lei Orgânica de 1946 por meio do Decreto Lei n.º. 870, de 28/05/1947, que transformava em Instituto de Educação de Goiás a Escola Normal Oficial. Nesse mesmo decreto ficou estabelecido que as Escolas Normais municipais e particulares cujo funcionamento estivesse na conformidade da lei passariam à categoria de Escola Normal nos termos da Lei Orgânica. Os alunos matriculados no curso normal até 1946, poderiam prosseguir os estudos segundo a Lei de 28/01/1931. O Curso Normal em Goiás passou a funcionar nos moldes da Lei Orgânica em 1947, sendo regulamentado pelo Decreto n.º. 774, de 31/12/1948.

É fato que o referido decreto se transformou, inegavelmente, na mola propulsora da organização da “Escola Padrão” ou “Escola Modelo” de formação de professores “primários” goianos. O Instituto de Educação de Goiás tornou-se, então, para o Estado um centro irradiador de diretrizes para as demais escolas de formação de professores “primários”, assim como o Instituto de Educação do Rio de Janeiro se tornara centro irradiador para todo o Brasil.

Sobre a transformação das escolas normais em institutos de educação, numa visão otimista de Lourenço Filho acerca da formação de professores primários, Brzezinski (1987, p. 100) comenta:

Desaparecida a tradicional escola de preparação do magistério, transformada como foi numa organização inteiramente nova, tanto na forma, quanto no espírito. Quebrava-se, decididamente, o velho padrão francês de formação do magistério no ramo dos estudos primários. Destruíam-se as divisões estanques, características desse padrão, entre o ensino normal e o secundário geral, isto é, entre a habilitação inicial, requerida para os cursos de magistério (escola complementar), e o curso de ginásio exigido para a matrícula nas escolas superiores. Eleva-se a formação do mestre, mesmo primário, ao nível dos estudos universitários.

A mobilização inovadora do IEG deixava transparecer que uma nova concepção de professor “primário” se esboçava, o que viria a exigir a necessária organização curricular. As

inovações do Curso Normal atingiram muito mais os procedimentos metodológicos, porque talvez esta seja a dimensão mais diretamente profissional e, portanto, sobre a qual o professor tinha mais condições de introduzir mudanças.

Apesar da relativa autonomia dada ao Estado e à Escola para introduzir disciplinas que atendessem as peculiaridades regionais, a estrutura curricular do curso normal nada sugeria a esse respeito. Seguindo o estilo centralizador da Lei Orgânica Federal, vinha na lei de Goiás a prescrição de períodos letivos, de conteúdos, do número de horas semanais de estudo, de programas e de “instruções metodológicas”.

O Regulamento do Ensino Normal do Estado de Goiás determinava um período reservado para provas e exames, com intervalo de 4 dias após a conclusão do período normal de aulas. Esta era a ocasião destinada aos professores, alunos e pessoal administrativo para se prepararem para a realização dos exames (art. 87, parágrafo único). Fato elucidativo de que a avaliação constituía uma etapa disposta a *posteriori* do ato pedagógico, como se fosse possível dissociá-la deste ato. Na verdade, realizava-se rigorosa “medição” e “testagem” de conteúdos pela banca examinadora, sob exagerada fiscalização. As provas e os exames finais eram decisivos na aprovação ou não do aluno.

Ainda no tocante ao calendário escolar, o regulamento prescrevia mudança para três períodos letivos intercalados com períodos de grandes e pequenas férias, estas coincidentes com as festas juninas e comemorações da chamada “Semana da Pátria”, evidenciando uma certa regionalização.

O governo de Goiás criou em 1944 uma secretaria específica para à educação, com o nome de Secretaria do Estado da Educação e Saúde, com o principal objetivo de promover melhorias na qualidade do ensino para os goianos. Em 1947, passando a denominar-se Secretaria do Estado da Educação e, mais tarde, por meio do artigo 1º da Lei nº. 1.370, de 09/11/56, transformou-se na Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Em 1949, funcionavam no Estado 17 estabelecimentos de ensino normal com uma matrícula global de 409 alunos. Desses estabelecimentos, 11 funcionavam com o Curso Normal completo, isto é, com ciclos ginásial e normal, nas cidades de Goiás, Jataí, Ipameri, Porto Nacional, Silvânia, Formosa, Anápolis, Pires do Rio, Morrinhos, Goiânia e Pirenópolis; 07 (sete) funcionavam com o curso Normal Regional, nas cidades de Palmeiras de Goiás, Itumbiara, Luziânia, Trindade, Pedro Afonso e Piracanjuba.

2.4. O Ensino Normal em Goiás nos anos de 1950 – 1960

Em 1950 o quadro político em Goiás foi marcado pela campanha de sucessão a Coimbra Bueno. Pedro Ludovico Teixeira candidatou-se pelo PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional) lançou como seu opositor o médico e pecuarista Altamiro de Moura Pacheco.

Pedro Ludovico foi eleito com expressiva votação. O PSD, portanto, passou a ser majoritário no Estado, tanto no Executivo como no Legislativo, e também nacionalmente com a eleição de Getúlio Vargas pela coligação PSD/PTB.

A gestão de Pedro Ludovico ocorreu num contexto em que as estruturas agrárias do Estado eram alteradas em função da expansão do capitalismo nacional. Desde 1940, a construção de Goiânia e a campanha da “Marcha para o Oeste” estimularam a política de colonização e imigração; o desbravamento da região do Mato Grosso Goiano e a implantação de novas vias de comunicação intensificaram o desenvolvimento populacional em Goiás e o fluxo migratório para o Estado. Nos anos de 1950 outros eventos, como o início da construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília, concretizaram esse processo de ocupação.

As alterações na estrutura agrária refletiram-se na expansão da economia e no crescimento populacional. Canezin e Loureiro (1994, p. 102) afirmam que,

no período entre 1948 e 1955 o crescimento da renda goiana (525, 1%) foi bem maior que o da brasileira (330, 4%), sendo que o setor agropecuário manteve-se como o principal responsável por esse crescimento. Em termos populacionais, no período censitário 1940–1950, a população brasileira aumentou 25%, enquanto a goiana cresceu quase o dobro, 47,08%. Manteve-se o mesmo ritmo na década seguinte, 1950–1960: 36,6% e 60,9% respectivamente.

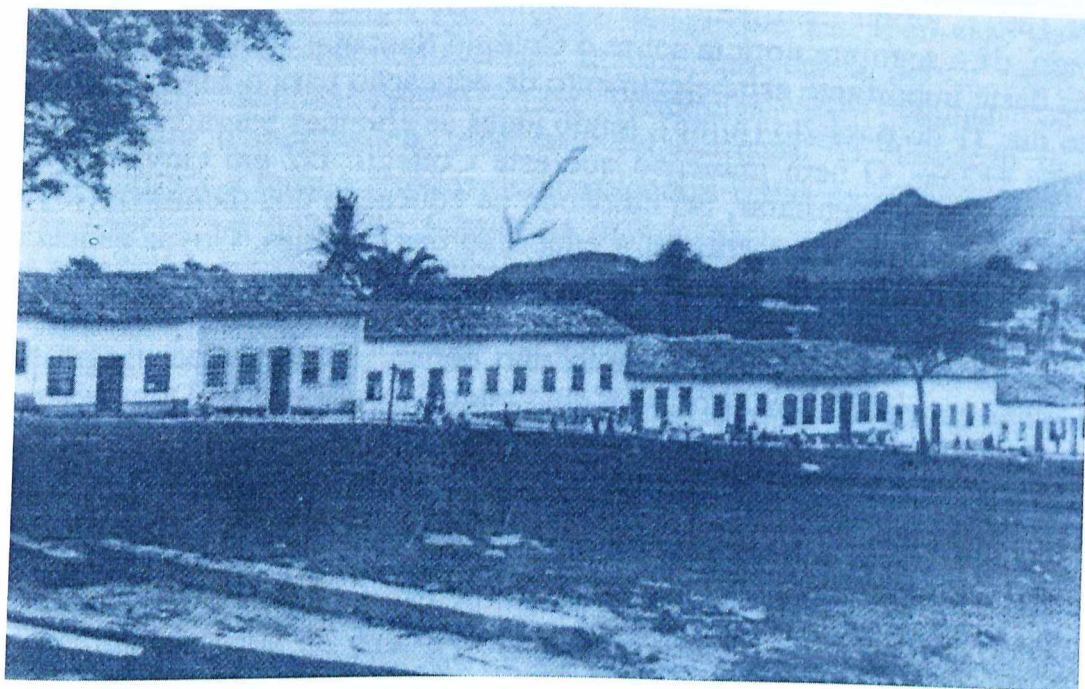
Neste período, a urbanização esteve associada à expansão de oportunidade de acesso à escola e ao crescimento das matrículas, com situações diferenciadas de acordo com o nível de ensino. O grande impulso nesse processo de expansão deu-se no curso ginásial secundário. Isso pode ser observado não só pela criação de novas unidades escolares como também pelo aproveitamento mais intenso dos estabelecimentos existentes.

Essa expansão inicialmente não aconteceu no Curso Normal. Diante da continuidade dessa escassez de demanda do Curso Normal o governo estadual tomou, a partir de 1951, algumas medidas visando a ampliação de suas matrículas. Dentre essas medidas pode-se destacar a distribuição de bolsas de estudo destinadas prioritariamente aos alunos do Curso Normal. Ainda visando a ampliação das matrículas do Curso Normal, a partir de 1952 o Governo Estadual firmou acordos com escolas particulares para manutenção do curso de Formação de Professores, subvencionado pelo Estado.

Assim, em 1952 havia em Goiás 130 ginásios gratuitos, mas apenas uma Escola Normal Oficial. Enquanto o total de estudantes do curso Normal em todo o Estado não ultrapassava 209, o curso ginásial atingiu 4.785. Dos 209 alunos do curso Normal, 126 eram matriculados nos cursos normais regionais, sendo, portanto, poucos os que se habilitaram como professores do ensino primário em segundo ciclo.

Funcionaram, em 1952, segundo Canezin e Loureiro (1994, p, 103-04) além do IEG, única escola normal oficial do Estado, as seguintes Escolas Normais: Escola Normal Santa Clara (Goiânia) 44 alunos; Escola Normal Sant'Ana (Goiás) 26 alunos; Escola Normal N.S. do Carmo (Pirenópolis) 6 alunos; Escola Normal Sagrado Coração de Jesus (Porto Nacional) 15 alunos; Escola Normal São José (Formosa) 20 alunos; Escola Normal Sagrado Coração de Jesus (Pires do Rio) 10 alunos; Escola Normal N.S. Aparecida (Ipameri) 20 alunos; Escola Normal Grambery (Pires do Rio) 7 alunos; Escola Normal Auxilium (Anápolis) 27 alunos; Escola Normal N.S. Auxiliadora (Silvânia) 17 alunos; Escola Normal Santo Agostinho (Goiânia) 21 alunos.

Figura 6 – Casa que se instalou o Colégio Santana, em 1889, no Largo do Chafariz, cidade de Goiás.

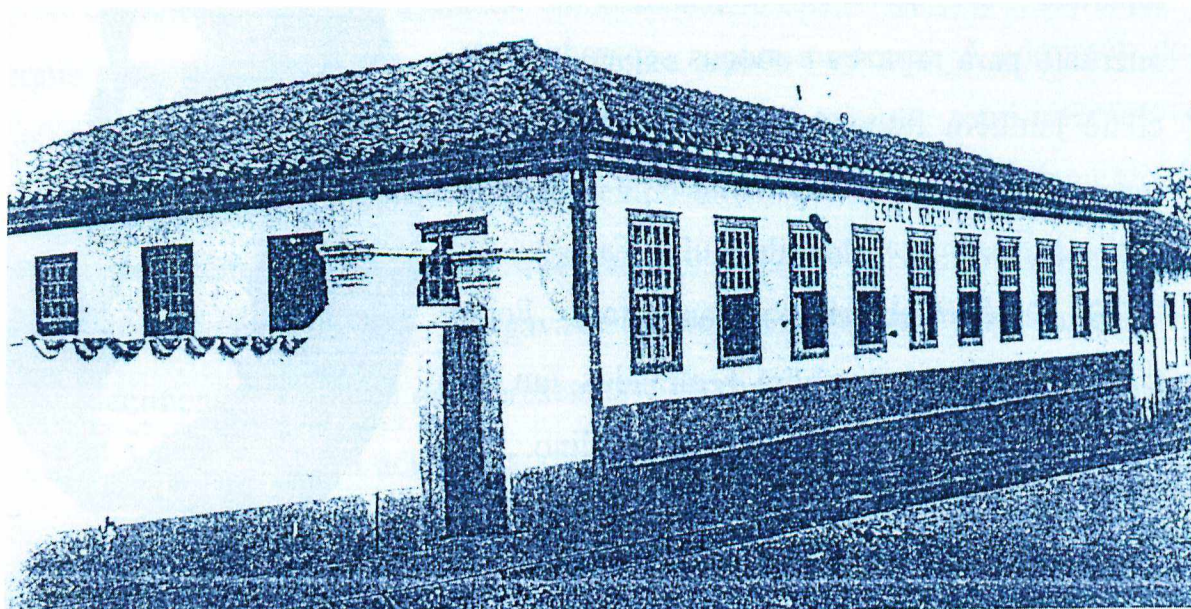


Fonte: BRETAS, 1992, p. 443.

Em termos de demanda, o Curso Normal Regional teve uma procura maior do que a do curso Normal do segundo ciclo. Funcionou nos seguintes estabelecimentos em 1952: Curso Normal Regional (Pedro Afonso) 53 alunos; Curso Normal Regional Ricardo Campos

(Itumbiara) 40 alunos; Curso Normal Regional G. Mar. Ribeiro (Piracanjuba) 33 alunos; Curso Normal Regional D. Gercina B. Teixeira (Palmeiras de Goiás) 35 alunos; Escola Normal Regional (Rio Verde) 38 alunos (CANEZIN E LOUREIRO, 1994, p. 104).

Figura 7 – Escola Normal de Rio Verde em 1947.



Fonte: MENDONÇA, 2000, p. 116.

O número de alunos dos cursos normais regionais se ampliou nos moldes estabelecidos nos acordos entre a Secretaria de Educação e os referidos cursos, possibilitando o acesso do segundo ciclo secundário em cidades onde, às vezes, não havia o curso ginásial secundário. Além disso, essa equivalência com o curso ginásial secundário tinha a vantagem de possibilitar, com a mesma duração de curso, um diploma profissional e ainda a continuação do estudo para o acesso ao ensino superior. É interessante observar nesses acordos a exigência de que o estabelecimento mantivesse o curso Normal Regional para ambos os sexos.

Na euforia desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), o setor educacional brasileiro foi fortemente influenciado pela interferência norte-americana já iniciada nos anos de 1940. Na área do ensino elementar foi criado o Programa Brasileiro de Ajuda ao Ensino Elementar (PABAAE)³, assinado em 1953, com sede em Minas Gerais, fruto da cooperação bilateral Brasil – Estados Unidos.

³ – PABAAE (Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar); este programa atuou no Brasil no período de 1959 a 1964; entre seus objetivos estava o de capacitar os professores primários no Brasil.

A idéia de planejamento econômico crescia rapidamente, articulada à euforia desenvolvimentista. Cada vez mais se afirmava a idéia da estreita ligação entre educação e desenvolvimento. Tais idéias foram avolumando-se e passaram a orientar o programa de desenvolvimento juscelinista, consubstanciado no Plano de Metas, já citado definido como o programa de fazer o Brasil progredir 50 anos em 5.

A formação dos professores, em Goiás, no governo José Ludovico (1955 – 1959), orientada prioritariamente para a habilitação via treinamentos em diversas áreas de apoio à atividade de ensino, inseria-se no projeto de internalização da economia, característica dessa nova fase do capitalismo. Nessa lógica delineava-se a formulação de uma pedagogia tecnicista que enfatizava a metodologia, as técnicas de ensino, o aperfeiçoamento técnico do docente como expressão de modernização, em coerência com o desenvolvimentismo. Assim, a escola passou a formar profissionais treinados e instrumentalizados, por meio de um saber fragmentado, com o objetivo de atingir cada vez mais a produtividade, ao mesmo tempo que lhes foi negada qualquer oportunidade de pensar, criticar ou criar. Houve, portanto, neste momento, uma supervalorização dos cursos que formavam apenas técnicos.

Para o Estado de Goiás, a política desenvolvimentista federal representou a resposta às suas reivindicações de partícipe da vida produtiva do país, visto que a construção de Brasília foi o ponto de partida para a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia com o intuito de interiorizar a ocupação humana e econômica do país.

Desde a primeira república até os anos 1960 os municípios do interior de Goiás contavam com uma rede escolar extremamente precária, composta por escolas isoladas e multisseriadas mantidas às custas do trabalho de professores leigos. Mesmo as escolas da elite se limitavam a estabelecimentos situados nas sedes dos maiores municípios em regime de internato, com formação direcionada de acordo com o gênero – propedêutico para os homens e normal para as mulheres. Considerando o elevado custo desta modalidade de ensino, à grande massa da população ficava reservado o ensino público oferecido pelas escolas isoladas.

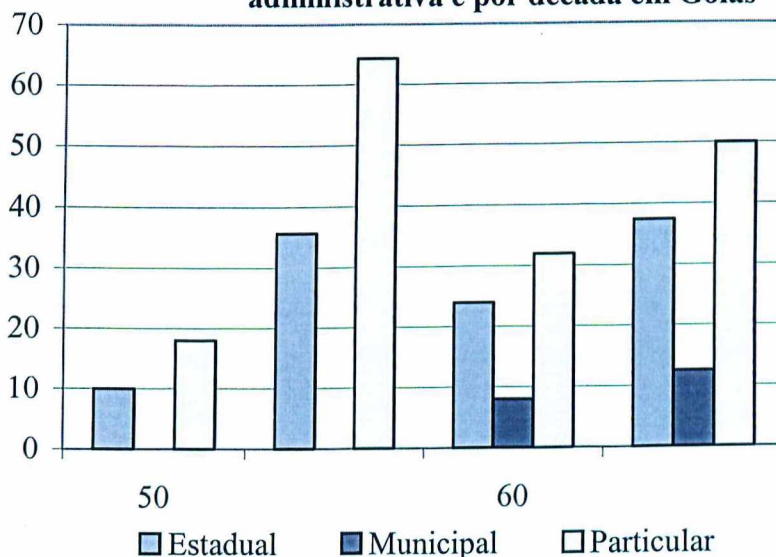
Nos anos de 1950 verificou-se uma predominância do setor privado em relação ao setor público na distribuição dos cursos normais em Goiás. Nos anos de 1960 o setor público teve sua participação acrescida de cursos normais da rede municipal, mas a predominância das escolas particulares continuou. Comparando-se os anos de 1950 e 1960, nota-se que houve um crescimento do número de cursos normais, tendo-se quase igualado a presença dos setores privado e público (estadual, municipal e particular), conforme demonstra o quadro abaixo:

Tabela 2 – Relação de Escolas Normais por dependência administrativa e por década em Goiás

Dependência Administrativa	Década				Total	
	50		60		50	60
Estadual	10	35,71%	24	37,5%	29,41%	70,59%
Municipal	-	-	8	12,5%	90,0%	100,0%
Particular	18	64,29%	32	50,00%	36,0%	64,0%
Total	28	100,0%	64	100,0%	30,43%	69,51%

Fonte: CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 135.

Gráfico 3 - Relação de Escolas Normais por dependência administrativa e por década em Goiás



Fonte: CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 135.

Pela tabela nº 2, gráfico nº 3, percebe-se que na década de 1950 houve uma predominância do setor privado em relação ao setor público na distribuição dos cursos normais em Goiás. Na década de 1960 o setor público teve sua participação acrescida de cursos normais da rede municipal, mas a predominância das escolas particulares continua.

Goiás, no período de 1960 a 1964, teve como governador Mauro Borges Teixeira. A ênfase de sua política foi voltada para as ações e projetos de reformulação da máquina estatal, investimentos na expansão e apoio à agricultura. A política agrária por ele defendida tinha como objetivo incorporar e mobilizar os trabalhadores rurais, inclusive os posseiros para a

promoção do progresso do Estado por meio do apoio aos planos governamentais. No que diz respeito à modernização das máquinas governamentais, Mauro Borges tinha como bases sustentadoras as concepções de desenvolvimentismo e planejamento.

Para a área educacional o governo de Mauro Borges optou pela realização de experiências com a educação de adultos e propôs que os esforços e ações fossem conjugados entre a Igreja e o Estado. A Igreja Católica, por meio da Arquidiocese de Goiânia, vinculou-se ao Movimento de Educação de Base (MEB), nascido de um projeto mais amplo da instituição nacional, que incorporava questões desenvolvimentistas, como a reforma agrária, sindicalismo, alfabetização, cooperativismo e a justificativa para a implantação das escolas radiofônicas, que indicava as pretensões da Igreja em oferecer educação de caráter suplementar e colaborar com o Estado no projeto desenvolvimentista.

Em termos da política de preparação de professores, o primeiro plano do governo Mauro Borges enfatizava os convênios com as Escolas Normais particulares para a gratuidade do ensino normal, instalação de Escolas Normais estaduais nas cidades de maior densidade populacional, onde não fosse possível estabelecer convênios e desenvolvimento da rede de cursos normais regionais.

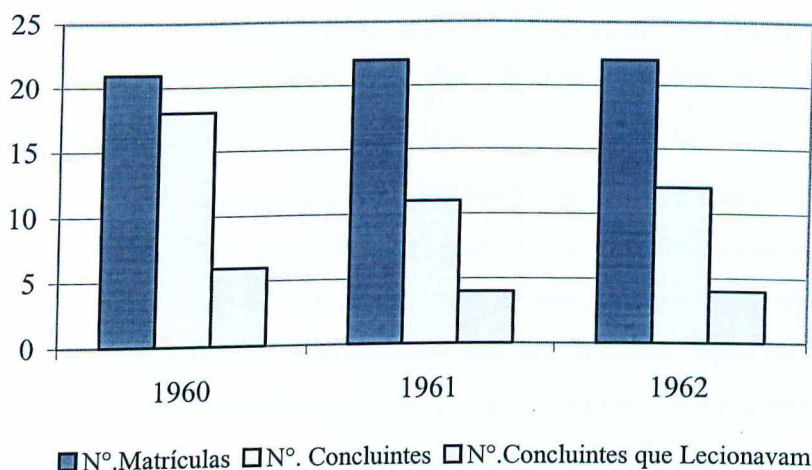
O plano de emergência de 1962 reformulava essa proposta. Partindo da “impossibilidade de recuperar o magistério leigo de Goiás por meio de institutos tradicionais e de pessoal docente”, ele destacava a necessidade da adoção de programas de treinamento de professores a curto prazo. Essa decisão política era justificada pela avaliação de que a Escola Normal teria fracassado na formação de professores, dado o número reduzido de normalistas que ingressavam no Magistério. Para comprovar essa avaliação, a Secretaria de Educação e Cultura apresentou a média das matrículas e conclusões dos cursos normais e também a média dos concluintes que ingressavam no Magistério primário. Veja na tabela a seguir:

Tabela 3 – Relação de Matrículas e dos Concluintes dos Cursos Normais.

Ano	Nº.Matrículas	Nº. Concluintes	Nº.Concluintes que Lecionavam
1960	21	18	6
1961	22	11	4
1962	22	12	4

Fonte: CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 120.

Gráfico 4- Relação de Matrículas e dos Concluintes dos Cursos Normais em Goiás



Fonte: CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 120.

Diante dos dados da tabela nº 3 e do gráfico nº 4 o governo Mauro Borges minimizou a formação de professores via Escolas Normais, transferindo a função para os Centros de Formação de Professores Primários (CFPP). O Secretário Pe. Ruy Rodrigues da Silva, passou a enfatizar a técnica e a competência como parâmetros fundamentais para acelerar o processo de desenvolvimento pela educação, ao mesmo tempo que as Escolas Normais eram colocadas em plano secundário como agência de formação. Isto devido à comprovada incapacidade das Escolas Normais de atender, em quantidade e qualidade, à demanda cada vez maior de professores para os estabelecimentos escolares primários. Os alunos das Escolas Normais consideravam os CEPP injusto, pois os cursistas, recebiam seus certificados de professores primários após dez meses.

O Centro de Formação de Professores Primários apresentava inúmeras vantagens para o governo e para os cursistas. Assim relatado por Canezin e Loureiro (1994, p. 121):

As matérias são apenas as essenciais. Ao invés de três anos de estudos exigidos nas Escolas Normais, a jovem se submete a um ano. Todas aquelas ginásianas que ingressam num centro de treinamento de professores se comprometem, através de um termo escrito, a se dedicarem ao magistério, na região de onde vieram, enquanto o Estado garante nomeá-las.

Por meio dos convênios MEC-UNESCO/UNICEF, instalaram-se Centros de Formação de Professores Primários em Catalão (1964), Morrinhos (1963) e o Centro de Treinamento de Inhumas (1963), este com o objetivo de formar supervisores ou orientadores pedagógicos para atuarem no curso primário.

O Plano de Centros de Formação de Professores Primários (CFPP) tinha como estrutura um curso de dez meses em regime de tempo integral com atividades divididas em tempo igual para teoria e prática. A parte teórica constituía-se das disciplinas Sociologia e Psicologia e a parte prática era ministrada em escolas primárias do próprio local onde funcionava o centro.

A importância dos centros foi ressaltada por Canezin e Loureiro (1994, p. 122) que, durante a inauguração do CFPP de Inhumas (1963), Darcy Ribeiro, então chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, salientou que Goiás “encontrou a fórmula de atender eficazmente aos 100 mil professores brasileiros que não tiveram curso Normal, 70 mil que não têm nem mesmo curso primário completo”, e que, portanto, deveria servir de exemplo a outros Estados brasileiros.

Segundo Canezin e Loureiro (1994, p. 141) o crescimento de professores habilitados não reduz o número de professores leigos. Para eles tal fato assim se explica:

Isto porque os concluintes do Curso Normal, na sua maioria, não são absorvidos pelo Magistério. Aí parece localizar-se a questão central da relação entre habilitados e leigos. Seria necessário um mercado de trabalho atraente, do ponto de vista salarial e de condições do exercício da profissão, para que os concluintes do Curso Normal integrassem no Magistério. Se houvesse a atração do mercado de trabalho poder-se-ia falar numa relação direta entre o aumento do número de professores primários habilitados e a redução dos leigos no ensino fundamental.

Em 20 de dezembro de 1961, foi sancionada, promulgada e publicada a primeira LDB, a Lei de nº. 4.024, cuja vigência ocorreu a partir de 1º de janeiro de 1962, conforme ela mesma prescrevia. Pouco tempo depois, surgiu uma nova Constituição, a de 1967, alterada em 1969, com o objetivo de institucionalizar a nova ordem política do país instalada em 1964, o “Regime Militar” que vigorou até 1985, quando da eleição indireta de Tancredo Neves, seu falecimento e a posse de José Sarney como presidente do Brasil.

A primeira LDB, Lei nº. 4.024/61, promoveu mudanças na estrutura e no funcionamento do ensino vigente desde a Reforma Capanema, do início nos anos de 1940. As medidas de descentralização e de racionalização do Sistema Nacional de Educação configuraram-se com a implantação da Lei nº. 4.024/61. Em Goiás, antes mesmo de a referida Lei entrar em vigor, ocorreram tentativas de descentralização da Secretaria de Educação, a partir de estudos do Centro de Orientação Pedagógica (COPE), tentativas que caminhavam no sentido da criação de delegacias regionais de ensino; a estruturação legal destas delegacias ocorreu pelo Decreto nº. 145, de 09/12/1961. O Estado foi dividido em 20 zonas educacionais para efeito de fiscalização e orientação do ensino. Essas zonas foram denominadas Delegacias Regionais de Ensino.

Em 1962, com o intuito de dar organicidade à administração do ensino segundo as indicações da Lei n.º. 4.024/61, foi criado o Conselho Estadual de Educação de Goiás (Lei n.º 4.509, de 17/05/1962). Enquanto nos anos de 1950 e 1960 as sociedades brasileira e goiana cresciam economicamente e passavam por um processo de urbanização que pressionava a demanda por ensino, a orientação política pós-64 respondia a essas novas exigências com a redução dos gastos na área educacional, deteriorando, assim, as condições de ensino em geral e, conseqüentemente, o nível de formação dos professores primários. Essa expansão, a baixo custo, veio acompanhada de achatamento salarial e de desprestígio dos professores primários e de suas agências formadoras (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 117).

Esse quadro de desprestígio do curso Normal se expressa na Lei n.º. 5.692/71, a qual fixou diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, novas denominações do antigo primário, ginásial e médio e teve como princípio a maximização de rendimento, visando, a baixo custo, maior produtividade. Dispõe a referida Lei que a educação de primeiro e segundo graus tem por objetivo propiciar ao aluno a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-avaliação, colocação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Dentro dessa lógica, a Lei previa uma estrutura curricular para o primeiro e segundo graus que enfatizava a preparação de mão-de-obra. No primeiro grau assumia a forma de sondagem de aptidão para o trabalho e no segundo grau, obrigatoriedade da formação profissional. Neste sentido, a parte específica da formação especial predominava sobre a formação geral com o objetivo de propiciar a profissionalização.

Segundo Canezin e Loureiro (1994, p. 143), com a Lei n.º 5.692/71, o Curso Normal passou a ser uma das habilitações do segundo grau, perdendo a sua especificidade. Os currículos dos cursos normais caíram no imediatismo, com uma inevitável carga de superficialidade e compartimentação do saber. O curso passou a não tratar adequadamente nem a formação geral nem a específica. Tanto na esfera nacional quanto na local, a Escola Normal deixou de ser o lugar privilegiado e específico de formação do professor primário. E mais, delineou-se o caráter pragmático desta formação pelo seu apressamento, na pretensão de torná-la mais adequada ao mercado de trabalho.

Quadro 4 - Relação de Cursos Normais criadas em Goiás de 1889 a 1969.

	Nome da Instituição	Cidade	Ano	Situação	Ciclo
01.	Escola Normal Prof ^o . Faustino	-	1958	Estadual	2 ^o
02.	Colégio Comercial de Anápolis	Anápolis	1957	Particular	2 ^o
03.	Escola Normal Sant'Ana	Anápolis	1954	Particular	2 ^o
04.	Ginásio Auxiliadora	Anápolis	1938	Particular	2 ^o
05.	Colégio Estadual de Anicuns	Anicuns	1962	Estadual	2 ^o
06.	Ginásio St ^o . Cruz	Araguaína	1962	Estadual	2 ^o
07.	Instituto N.S. de Lourdes	Arraias	1965	Particular	2 ^o
08.	Colégio Estadual de Aurilândia	Aurilândia	1963	Estadual	1 ^o e 2 ^o
09.	Colégio Estadual Côn.Trindade	Bela Vista	1958	Estadual	2 ^o
10.	Colégio Normal de Buriti Alegre	Buriti Alegre	1962	Particular	2 ^o
11.	Colégio Estadual de Caldas Novas	Caldas Novas	1962	Estadual	2 ^o
12.	Ginásio Estadual de Carmo do Rio Verde	Carmo do Rio Verde	1966	Estadual	2 ^o
13.	Colégio Estadual João N. de Campos	Catalão	1961	Estadual	1 ^o
14.	Colégio N.S. Mãe de Deus	Catalão	1961	Estadual	1 ^o
15.	Colégio Álvaro de Melo	Ceres	1955	Particular	2 ^o
16.	Ginásio Simon Bolívar	Corumbaíba	1957	Estadual	2 ^o
17.	Ginásio Estadual de Cristalândia	Cristalândia	1969	Estadual	2 ^o
18.	Ginásio Estadual de Cristalina	Cristalina	1967	Estadual	2 ^o
19.	Escola Normal S. João Batista	Cumari	1969	Particular	2 ^o
20.	Escola Normal Madre M. Tereza	Dianópolis	1967	Particular	2 ^o
21.	Ginásio Estadual de Edéia	Edéia	1967	Estadual	1 ^o
22.	Colégio Prof. Vasco dos Reis	Firminópolis	1965	Particular	2 ^o
23.	Ginásio S. José	Formosa	1910	Particular	1 ^o
24.	Escola Normal S. José	Formosa	1910	Particular	2 ^o
25.	Ginásio D. Emanuel	Goiandira	1964	Particular	2 ^o
26.	Ginásio Normal e Estadual de Goianésia	Goianésia	1964	Estadual	1 ^o
27.	Colégio Maria Imaculada	Goianésia	1967	Particular	2 ^o
28.	Instituto de Educação de Goiás	Goiânia	1933	Estadual	2 ^o
29.	Instituto de Educação Presidente Castelo Branco	Goiânia	1933	Estadual	2 ^o
30.	Escola Normal Municipal Prof ^o . Alfredo Nasser	Goiânia	1962	Municipal	2 ^o
31.	Colégio Comercial 5 de Julho	Goiânia	1968	Particular	2 ^o
32.	Colégio Normal de Campinas	Goiânia	1967	Particular	2 ^o
33.	Colégio S. Geraldo Magela	Goiânia	1968	Particular	2 ^o
34.	Colégio St ^o . Agostinho	Goiânia	1937	Particular	2 ^o
35.	Colégio Santa Clara	Goiânia	1921	Particular	2 ^o

36.	Escola Normal de Campinas	Goiânia	1967	Particular	2°
37.	Instituto Assunção	Goiânia	1957	Particular	2°
38.	Instituto N.S. do Perpétuo Socorro	Goiânia	1966	Particular	2°
39.	Instituto Joana D'Arc	Goiânia	1967	Particular	1° e 2°
40.	Instituto Maria Auxiliadora	Goiânia	1956	Particular	2°
41.	Instituto Monteiro Lobato	Goiânia	1969	Particular	2°
42.	Instituto Paulo VI	Goiânia	1969	Particular	2°
43.	Colégio Estadual Prof. Alcides Jubé	Goiânia	1938	Estadual	2°
44.	Educandário Sant'Anna	Goiás	1889	Particular	2°
45.	Escola Normal de Goiátuba	Goiatuba	1962	Particular	2°
46.	Colégio Estadual de Guapó	Guapó	-	Estadual	1° e 2°
47.	Ginásio Normal Municipal de Hidrolândia	Hidrolândia	1964	Municipal	1°
48.	Colégio de Inhumas	Inhumas	1948	Particular	1°
49.	Ginásio Rui Barbosa	Inhumas	1956	Particular	1°
50.	Ginásio N. S. Aparecida	Ipameri	1936	Particular	2°
51.	Colégio Estadual de Iporá	Iporá	1968	Estadual	2°
52.	Escola Normal Municipal	Itaberaí	1968	Municipal	2°
53.	Ginásio Imaculado Coração de Maria	Itaberaí	1950	Particular	2°
54.	Escola Normal Madre Maria Denise	Itapaci	1955	Particular	2°
55.	Escola Normal Xixá	Itapuranga	1967	Particular	2°
56.	Escola Normal Rainha da Paz	Itaçu	1968	Particular	2°
57.	Colégio Estadual de Itumbiara	Itumbiara	1965	Estadual	2°
58.	Colégio Arquidiocesano	Itumbiara	1960	Particular	2°
59.	Escola Normal S. Francisco de Assis	Itumbiara	1967	Particular	2°
60.	Escola Normal de Jandaia	Jandaia	1968	Particular	2°
61.	Escola Normal de Jaraguá	Jaraguá	1969	Particular	2°
62.	Escola Normal N. Sr ^a . do Bom Conselho	-	1948	Particular	2°
63.	Instituto Samuel Graham	Jataí	1959	Particular	2°
64.	Colégio Estadual Leopoldo de Bulhões	Leopoldo de Bulhões	1960 1°	Estadual	2° (1963)
65.	Colégio Estadual de Luziânia	Luziânia	1950	Estadual	2°
66.	Ginásio Normal Municipal de Mairipotaba	Mairipotaba	1967	Municipal	1°
67.	Colégio Santo Agostinho	Mineiros	1956	Particular	2°
68.	Colégio Tocantins	Miracema do Norte	1965	Particular	2°
69.	Ginásio Sen. Hermenegildo de Moraes	Morrinhos	1939	Particular	2°
70.	Ginásio Normal Chagas Guedes	Mozarlândia	1967	Municipal	1°
71.	Ginásio Normal S. José	Niquelândia	1958	Particular	1°
72.	Ginásio Normal de Nova Veneza	Fazenda Nova	1967	Municipal	1°
73.	Ginásio N.S. da Piedade	Orizona	1958	Particular	2°

74.	Escola Normal de Palmeiras de Goiás	Palmeiras de Goiás	1968	Particular	2°
75.	Escola Normal Estadual Pedro Afonso	Pedro Afonso	1950	Estadual	2°
76.	Colégio Normal M.Stª. Catarina	Petrolina	1968	Municipal	2°
77.	Ginásio Stª. Maria Eterna	Petrolina	1968	Particular	1°
78.	Colégio Estadual de Piracanjuba	Piracanjuba	1950	Estadual	2°
79.	Escola Normal N.Srª. do Carmo	Pirenópolis	1944	Particular	2°
80.	Ginásio Sagrado Coração de Jesus	Pires do Rio	1950	Particular	2°
81.	Colégio Estadual de Porangatu	Porangatu	1963 1°	Estadual	2° (1967)
82.	Colégio Estadual de Porto Nacional	Porto Nacional	1968	Estadual	2°
83.	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Porto Nacional	1954	Particular	1°
84.	Ginásio Normal D. Prudêncio	Posse	1954	Particular	1°
85.	Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino	Quirinópolis	1954	Municipal	1°
86.	Ginásio Normal Estadual de Quirinópolis	Quirinópolis	1959	Estadual	1° e 2°
87.	Colégio Cristo Rei	Quirinópolis	1968	Particular	1° e 2°
88.	Colégio Estadual do Sol	Rio Verde	1964	Estadual	2°
89.	Instituto Ed. Agrícola N.S. da Glória	Rubiataba	1967	Estadual	2°
90.	Escola Normal Pe. Anchieta	Stª. Helena	1967	Estadual	2°
91.	Colégio Estadual de S. Luiz de Montes Belos	São Luis de Montes Belos	1968	Estadual	2°
92.	Ginásio N.S. Auxiliadora	Silvânia	1932	Particular	1° e 2°
93.	Escola Normal N.S. de Fátima do Colégio D. Orione	Tocantinópolis	Década 60	Particular	2°
94.	Escola Normal S. José	Trindade	1953	Particular	2°
95.	Escola Normal Stª. Nice	Uruaçu	1966	Particular	2°
96.	Escola Normal Municipal	Uruana	1968	Municipal	2°
97.	Ginásio Normal Estadual de Urutaí	Urutaí	1960	Estadual	1°
98.	Ginásio Almeida Gomes	Vianópolis	1969	Particular	2°

Fonte: CANEZIN e LOUREIRO, 1994.

2.5. Considerações Parciais

Procurou-se neste capítulo traçar os meandros das políticas que envolveram a Escola Normal Oficial em Goiás, abordando seu trajeto desde a sua origem, bem como o pensamento que a instituiu e também a justificou, no interior da marcha da História. Redimensionou-se um ponto hoje tantas vezes colocado como secundário dentro da política educacional e deu-se uma feição expressiva na História de Goiás.

O reconstruir da evolução do preparo do professor para as séries iniciais de escolarização no Estado de Goiás, por meio das Escolas Normais, demonstrou ao longo do tempo a existência de uma variedade de níveis de formação profissional bem como grande diversidade de níveis de escolaridade geral dos profissionais que atuam na escola. A diversidade desses é determinada pelas disparidades de desenvolvimento econômico-social-cultural das regiões goianas.

O que o governo propõe, em direção à melhoria dos padrões de formação do professor primário no Estado de Goiás, está condicionado à adoção de uma política educacional mais ampla que se volte para a valorização do aluno, do professor e da escola pública.

Para tanto, deve concretizar o equilíbrio entre a racional expansão quantitativa e a oferta de ensino de qualidade. Algumas medidas podem ser tomadas e executadas a curto, a médio e a longo prazo para valorizar a escola, como a revisão dos conteúdos, os procedimentos de ensino e a melhoria de instalações, de equipamentos e das condições de funcionamento.

* * *

No próximo capítulo, além de traçar uma visão geral da história, do desenvolvimento e da educação de Quirinópolis, relatar-se-á a história da primeira escola de formação de professores primários da cidade de Quirinópolis, Escola Normal Regional Coronel Quirino, 1954 – 1961. Criada para a geração de condições de desenvolvimento econômico, social e cultural da população e do município, no processo de incorporação da cidade às regiões economicamente mais desenvolvidas do Estado de Goiás.

3

GÊNESE DA FORMAÇÃO DOCENTE EM QUIRINÓPOLIS-GOIÁS (1954 a 1961)

Este capítulo inicia-se com a História da cidade de Quirinópolis e sistematiza dados e informações da origem e trajetória da Escola Normal Cel. Quirino a partir da sua criação (Lei n°. 82 de 08 de novembro de 1954, assinada pelo prefeito João Batista Rocha) até sua transferência para o Estado (Lei n°. 251, de 30 de janeiro de 1962), com todo o seu acervo ao Ginásio Normal Estadual de Quirinópolis. O ensino nessa escola consistia em ministrar o primeiro ciclo de ensino normal, ou seja, curso de Regentes de Ensino Primário. Tem como objetivo conhecer a história desta instituição municipal desde seu processo de criação, instalação, projeções feitas pelos professores, alunos, diretor e administradores públicos que a idealizaram e a fizeram transformar em realidade, contribuindo assim, tanto com o processo de construção de uma história local como para o entendimento da realidade educacional nacional, bem como as condições de desenvolvimento econômico e cultural da população e do município, processo de incorporação do espaço goiano às regiões economicamente mais desenvolvidas do sudeste do país.

Neste momento da pesquisa delinea-se a cultura institucional da Escola Normal, busca-se relacionar aspectos nacionais e regionais entre a política educativa e suas correspondências nas interações peculiares que definem a vida da Escola Normal. Há também a preocupação em considerar a integração entre as características das estruturas organizativas e as atitudes, os interesses, os papéis e os comportamentos dos indivíduos e dos grupos que a construíram.

A institucionalização da Escola Normal no Brasil foi condicionada historicamente pelo sistema dual de ensino predominante na sociedade brasileira. Procurando ocupar um espaço entre a educação superior para as elites, estreitamente controlado pelo poder central, e o ensino popular, tradicionalmente a cargo das províncias desde o Ato Adicional de 1834, a formação de professores vinculou-se de imediato à problemática do ensino secundário. Este, pela sua natureza propedêutica ao ensino superior, estava diretamente submetido às normas emanadas do governo sediado no Rio de Janeiro, reduzindo dessa forma a autonomia dos Estados em estabelecer escolas para a formação do magistério do ensino primário, constitucionalmente sob responsabilidade local. As dificuldades em se estabelecer uma escola secundária durante a Primeira República fizeram com que as iniciativas de criação e desenvolvimento das Escolas Normais ocorressem intimamente vinculadas aos antigos Liceus Provinciais responsáveis pelo ensino público secundário.

No contexto da modernidade, a história da formação de professores de alguma forma está ligada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista que estabeleceu uma nova ordem social agora com a burguesia na direção da sociedade. Uma das providências para que isto ocorresse foi a proposta de mudanças radicais no campo da educação, já que esta seria indispensável à formação de cidadãos e dirigentes dos Estados Modernos.

Para atender a esta meta, seriam necessárias instituições específicas mantidas pelo Estado. A escola, enquanto instituição do Estado, seria capaz de manter a unidade nacional por meio dos conteúdos, valores morais e culturais de maneira generalizada. Foi, ainda, o recurso utilizado para dividir os indivíduos em classes sociais, estabelecendo a hierarquia entre elas a partir da ideologia de conformismo com a realidade social pregada pela classe detentora do poder políticos.

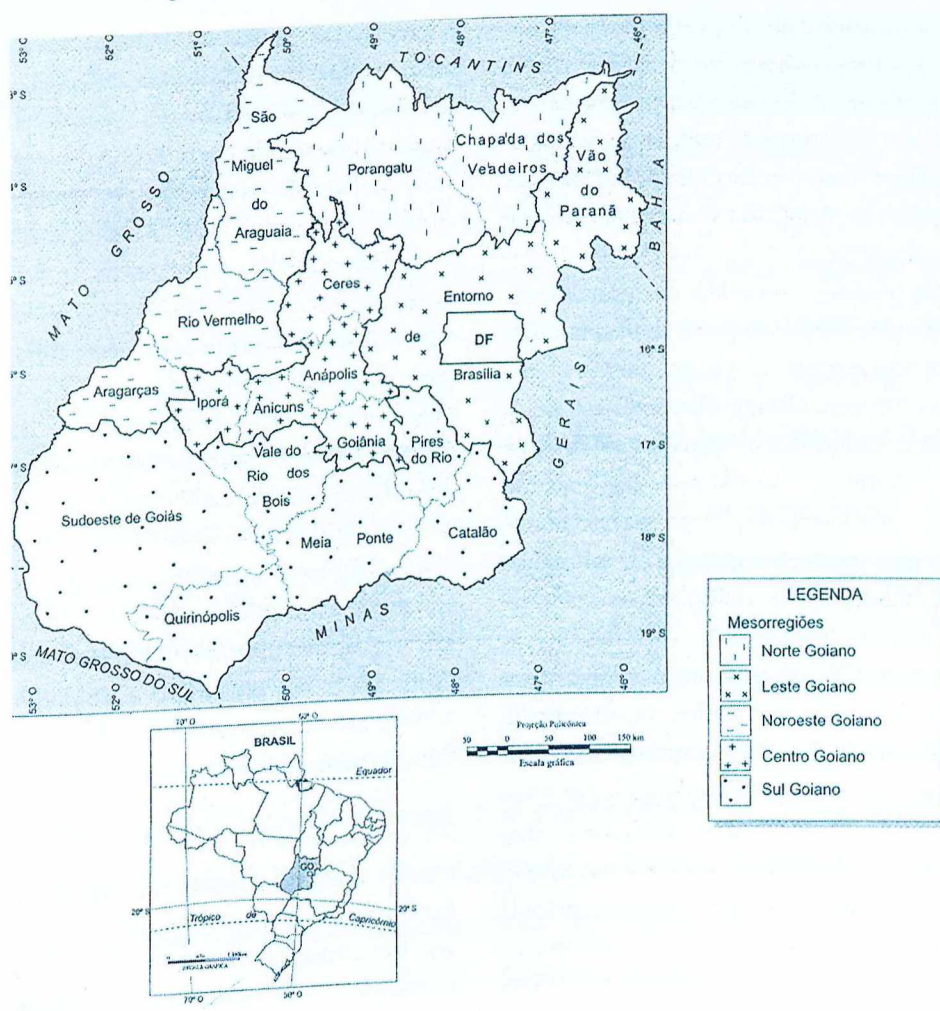
Para realizar a tarefa de formação de professores, foram criadas e implantadas as escolas normais. A história da Escola Normal se confunde com a história da institucionalização da instrução pública no Mundo Moderno. Neste contexto, a sociedade quirinopolina luta para um ensino primário de qualidade, um curso secundário direcionado para o ensino superior e um curso normal profissionalizante, parte do processo de desenvolvimento da cidade.

Em 1954, no plano de evolução do pensamento pedagógico, a situação era de uma intensa agitação de idéias e tendências diversas. Nesse clima começa a se esboçar um sentido de coordenação na cidade de toda a obra de educação. Compele a educação de Quirinópolis a voltar-se para as condições reais da sociedade nos seus múltiplos aspectos, explicando as

mudanças que precisavam ser feitas para que o aparelho educacional se adequasse às modificações da vida social, provocadas pelo desenvolvimento da industrialização e urbanização emergentes no país. A Escola Normal Regional chega alargando as suas finalidades para além dos limites das classes sociais, assume, com uma conotação mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar a hierarquia democrática pela capacidade, recrutando em todos os grupos sociais a que se abre, as mesmas oportunidades da educação.

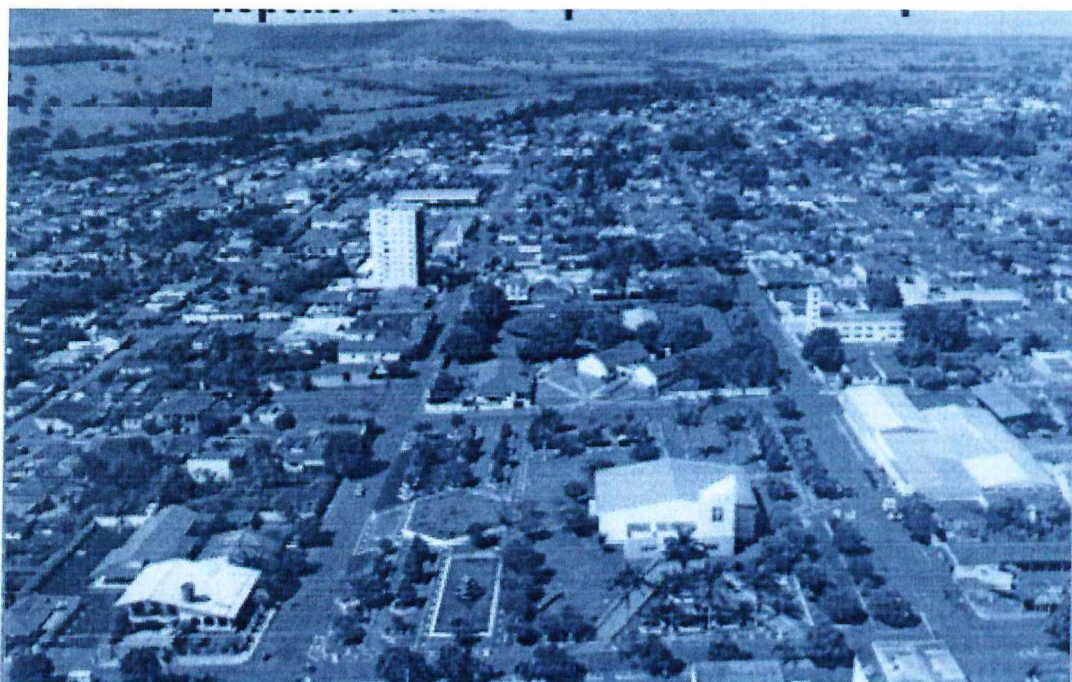
3.1. Quirinópolis – História, Desenvolvimento e Educação

Figura 08 - Mesorregiões e Microrregiões do Estado de Goiás.



Fonte: ARRAIS, Tadeu Alencar, 2004, p. 33.

Figura 09 - Vista Panorâmica de Quirinópolis, 2004.



Fonte: Revista Economia e Desenvolvimento, Ano V nº. 15, abril/junho de 2004.

Com 3.792 km², o município de Quirinópolis está localizado no Sudoeste do Estado de Goiás, a 280 km de Goiânia, capital do Estado. Está colocada entre as cidades mais desenvolvidas do Centro-Oeste, sobretudo pela sua agricultura e pecuária. Possui hoje, aproximadamente 40 mil habitantes, com 60 anos de emancipação da cidade de Rio Verde.

Faz-se importante contribuir para a recuperação e a preservação da memória municipal, principalmente no despertar de uma consciência histórica, para que a população não só aprenda, mas construa a própria história, pois segundo Thompson (1992, p. 44), dar a população um passado, ajuda-a a caminhar para um futuro construído por ela mesma.

Trata-se de resgatar os sentidos construídos historicamente em torno da gênese da cidade de Quirinópolis, buscando entendê-la e sistematizá-la de forma significativa. Na perspectiva de revelar novos campos de investigação e devolver à sociedade quirinopolina a história local, que vem constituindo-se numa fonte importante de conservação e difusão do saber. O desafio é descolar as camadas da memória, cavar fundo as suas sombras, na expectativa de atingir novas interpretações.

A História de ocupação da cidade de Quirinópolis iniciou-se pela ação de famílias desbravadoras, conforme relatam Sagim Júnior e Sagim (2000, p.17):

O povoamento da região teve seu início no ano de 1832, quando veio para a Província de Goiás, a família de João Chisóstomo de Oliveira e Castro, proveniente de Ouro Preto, Minas Gerais, trazendo um pequeno número de escravos. Para chegar até a Província de Goiás, passaram pelo porto de Santa Rita do Paranaíba, (Itumbiara) seguindo viagem através da margem direita do rio Paranaíba, até chegar em um local conhecido por Ribeirão Fortaleza, entre o córrego Água Limpa e o rio São Francisco na região sudoeste da Província. Neste local, os aventureiros tomaram posse de uma grande área de terra, formando uma grande fazenda.

Em 1843, vieram também para a região do Município de Quirinópolis as famílias de José Ferreira de Jesus, Custódio Lemes de Prado, Coronel Antônio Rodrigues Pereira, com escravos e comitivas, adquirindo grandes faixas de terras. Em 07 de janeiro de 1843, José Ferreira de Jesus e sua mulher Dona Maria Jacinta de Oliveira, por efeito de escritura, doaram à Igreja Católica uma parte de suas terras contando duzentos e cinqüenta e oito alqueires, local denominado Fazenda Confusão do Rio Preto, cuja escritura se encontra registrada no registro imobiliário da cidade de Rio Verde (GO), sob o número 201, em data de 28 de Março de 1913, originando a povoação de Abadia do Paranaíba com a construção da capela, que passa a receber visita periódica do vigário da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Rio Verde. Na referida capela atendiam-se fiéis, rezava-se missa, faziam-se batizados e demais sacramentos da Igreja. A primeira missa celebrada na região foi pelo Padre Serafim em 1890. Padre Mariano realizou a primeira festa.

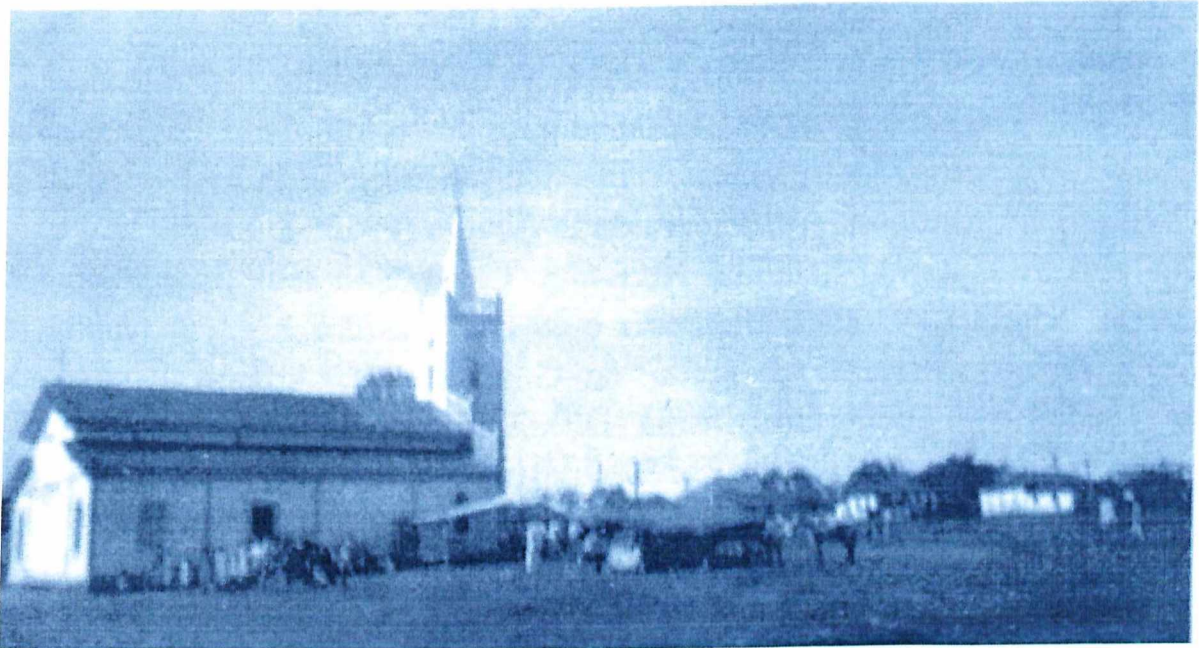
O coronel Antônio Rodrigues Pereira, nascido na Espanha, vindo de Sacramento, Minas Gerais, em 1855, diante das dificuldades em comprar mantimentos e gêneros de primeira necessidade, fundou a primeira casa comercial que consistia em um armazém, denominado A. Rodrigues e Cia. A pequena Igreja, o citado estabelecimento comercial e a expansão das atividades agropastoris proporcionaram o povoamento e desenvolvimento da região. Pela Lei nº. 603 de 29 de Julho de 1879, foi levada à categoria de Freguesia, com o nome de Nossa Senhora D'Abadia ou Capelinha.

A primeira capela construída foi aos poucos sendo abandonada, por estar em local baixo e onde ocorria alto índice de maleita. Em 1910 foi demolida por José Quirino Cardoso, vindo de Passos, Minas Gerais. Em setembro de 1913 foi iniciada a construção da Igreja Matriz, inaugurada em 15 de agosto de 1917.

Os fundadores de Quirinópolis segundo Sagim Junior e Sagim (2000, p. 24) vieram da mesma região da divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, e que são os coronéis Antônio Rodrigues Pereira (Sacramentos, Minas Gerais), José Quirino Cardoso (Passos, Minas Gerais) e o jovem capitão Jacintho Honório da Silva (Franca, São Paulo).

O fato da região de Quirinópolis não registrar ocorrências minerais importantes, fez os desbravadores se motivarem pelas terras férteis, notadamente as que se localizavam na bacia do Rio Paranaíba. As condições favoráveis viabilizaram a exploração agropastoril, que se constituiu como base para a implantação do município no decorrer do tempo.

Figura 10 – Vista panorâmica da Igreja Velha Matriz em dia de celebração de Missa e de outros Sacramentos na década de 20.



Fonte: SAGIM JUNIOR e SAGIM, 2000, p. 156.

Com a criação do Distrito de Nossa Senhora D'Abadia do Paranaíba, foi criado o Cartório do Registro Civil e anexo, sendo nomeado Oficial do Registro Civil, o Sr. Jerônimo Martins Parreira, que lavrou o seu primeiro ato público em 03 de outubro de 1896: o casamento de Narciso Antônio de Paula e Francisca Luiza da Silva, naturais de Dores do Campo Formoso e de Uberaba, Minas Gerais, celebrado pelo primeiro Juiz Distrital de Capelinha, o Sr. José Vicente Evilásio de Lima, conforme consta do livro B, nº. I, existente no Cartório do Registro Civil de Quirinópolis.

A freguesia de Nossa Senhora D'Abadia do Paranaíba se tornou distrito de Rio Verde, pela Lei Municipal de 10 de julho de 1894, e pelo Decreto-Lei Estadual nº. 17, de 24 de fevereiro de 1931, recebeu a denominação de Quirinópolis, em homenagem a José Quirino Cardoso, um dos pioneiros da cidade. Finalmente, pelo Decreto-Lei nº. 8.305, de 31 de dezembro de 1943, foi elevada à categoria de cidade, desmembrando-se de Rio Verde.

A comarca de Quirinópolis foi criada pelo art. 8º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e com o termo de Comarca de Rio Verde, sendo a instalação realizada no dia 22 de janeiro de 1944. Assim, Quirinópolis passou por várias fases de desenvolvimento desde seus primeiros habitantes ao seu estágio atual.

Morais, Guimarães e Serafim (1996, p. 62), descrevem da seguinte forma o desenvolvimento da região:

A formação sócio-econômica desenvolvida na região antes da emancipação, não difere das demais regiões goianas desta época. Tanto o Estado de Goiás, como o Distrito de Quirinópolis ainda não usufruíam da modernização que alguns Estados Brasileiros já estavam inseridos. Isso foi o preço, até então pago pela política de isolamento goiano, promovido pela presença coronelística na administração estadual. Inclusive influenciando localmente, popularizando o mando dos coronéis da região. Entre eles José Quirino Cardoso, José Ferreira de Jesus, Jacinto Honório, João Crisóstomo e seus descendentes.

É de suma importância dizer que no momento desta ocupação espacial quirinopolina, Goiás era influenciado pela rota de comunicação e de comércio com a Região Sudeste. Formava-se uma espécie de eixo econômico, portanto, ressalta-se que o povoamento quirinopolino é oriundo das correntes migratórias, principalmente de Minas Gerais, graças à extensão e expansão da atividade primária, em especial a pecuária, que se tornou uma atividade dinâmica da economia de exportação de gado.

Foi inaugurada em 19 de julho de 1919 a primeira estrada para automóveis denominada sul goiana iniciando-se em Santa Rita do Paranaíba, hoje Itumbiara, passando por Rio Verde até Jataí. Representou salto progressista também para Capelinha, visto que o traçado passava dentro dos limites do distrito.

Em 24 de dezembro de 1934 foi inaugurada uma grande obra que contribuiu para o desenvolvimento do sudoeste do Estado de Goiás, uma ponte de concreto sobre o Canal de São Simão, no Rio Paranaíba, que separa Goiás de Minas Gerais. Ligava Quirinópolis ao Triângulo Mineiro por estradas de automóveis abertas ao tráfego, e com ela chegava o progresso. Em julho de 1927 chegava o primeiro carro, dirigido por um paulista de Araçatuba, de nome Antônio Costa, causando admiração e espanto aos moradores que não conheciam automóvel.

No ano de 1937, chegou o primeiro médico da cidade, assim relatado por Parreira e Mattos (1988, p. 8):

O Dr. Sizenando Martins, primeiro médico a residir e montar consultório, salvou muitas vidas e adquiriu popularidade. Natural do Estado da Bahia, procedente da capital de São Paulo. Foi o primeiro homem a ventilar a hipótese da emancipação política de Quirinópolis, em conversa com o senhor Jacintho Honório da Silva e Gilberto d'Aparecida Ferreira, os quais se manifestaram de acordo.

A iluminação pública foi instalada no ano de 1938, produzida por um gerador acionado por uma caldeira a vapor, iluminando o centro do povoado. Em 1942 aterrissava o primeiro avião vindo de Rio Verde, no campo de aviação Chico Anta, chamado desta forma em homenagem ao seu empreendedor Francisco Cândido de Castro, vulgo Chico Anta.

Segundo Parreira e Mattos (1998, p.10), no ano de 1943, Quirinópolis contava:

Com 50 residências cobertas de telhas, varias casas de comércio, dentre elas a do senhor Lazaro Xavier, estabelecido na localidade desde fevereiro de 1939, a do senhor José Quintiliano Leão e outras, inclusive o armazém dos Irmãos Hércules, a farmácia do senhor Gilberto d'Aparecida Ferreira, possuindo ainda o grupo Escolar Ricardo Campos, a cadeia Pública e casa para residência ou alojamento de soldados, um prédio para Prefeitura Municipal, adquirido pelo senhor Jacintho Honório da Silva, por compra feita ao senhor Francisco Correa Neves e sua mulher e muitos barracos coberto de palha.

No dia 22 de janeiro de 1944, emancipada, a cidade de Quirinópolis, teve seu primeiro prefeito empossado, José Jacintho da Silva (Juca Jacintho), que instalou a prefeitura, doando-lhe todos os móveis. Em junho do mesmo ano demitiu-se do cargo, nomeando Gilberto D'Aparecida Ferreira que ficou até 1945 como prefeito. Este nomeou o primeiro Juiz Togado da cidade, o Dr. Expedito Inácio de Andrade. E em 16 de março de 1945 instalou a Agência de Correio tendo como Agente Postal, Any de Paiva Coelho.

O primeiro prefeito eleito foi Garibalde Teixeira, vindo da capital para o cargo de primeiro Tabelião. Governou de 08 de dezembro de 1947 a 30 de janeiro de 1951, ampliou a rede elétrica da cidade montando uma hidrelétrica na cachoeira do Rio São Francisco, distante da cidade doze quilômetros. No ano de 1948 foi criada linha de ônibus, ligando Quirinópolis a Rio Verde e ao garimpo da Mateira, hoje cidade de Paranaiguara.

Em 31 de janeiro de 1951 foi eleito para Prefeito Hélio Campos Leão que deveria governar até 31 de janeiro de 1955, porém pediu afastamento em 1954 para tratamento de saúde. Passou o cargo de prefeito a João Batista Rocha, então vereador e Presidente da Câmara Municipal. Durante os seis meses em que administrou Quirinópolis, entre outros atos este sancionou o Decreto-Lei nº. 82 que criou a Escola Normal Regional de Quirinópolis.

Joaquim Quirino de Andrade foi o prefeito seguinte, de 31 de janeiro de 1955 a 30 de janeiro de 1959. Dentre muitas obras destacou-se o convênio com as Centrais Elétricas de Goiás – CELG. Instalou-se na cidade potente conjunto elétrico estacionário, sendo desativada a hidrelétrica do Rio São Francisco e passando a ser servida com a energia de Cachoeira Dourada, o que representou grande impulso de desenvolvimento para a cidade. A vida cultural e social da população tomou impulso no ano de 1955, quando foi inaugurado o primeiro

cinema na cidade, em frente a Praça da Matriz, por Geraldo Borges da Silva e Sebastião Jacinto Vieira. No ano seguinte passou a pertencer a José Severiano dos Santos (Juca Severiano), com o nome de Cine Teatro São José.

O fato da Região não registrar recursos minerais importantes fez os desbravadores se motivarem pelas terras férteis, condições que viabilizaram a exploração agropastoril para a implantação do município no decorrer do tempo. O contexto de criação do município é, portanto, inserido no Estado Novo, sendo a vida política do Estado de Goiás conduzida pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, momento de significativas transformações na vida goiana, marcada por acirradas disputas interoligárquicas e pela mudança da capital do Estado em 1937, da cidade de Goiás para Goiânia, entre outras.

O novo grupo no poder, além de procurar consolidar sua hegemonia, se empenhou em criar as condições mínimas para a expansão capitalista no estado, integrando o sudoeste goiano aos pólos de desenvolvimento econômico localizados no centro sul do Brasil. Esse processo foi iniciado com a chegada da estrada de ferro no início do século XX e pela difusão dos automóveis nas duas primeiras décadas deste mesmo século.

Estabelecidas as conexões para o escoamento e recebimento da produção era necessário, portanto, incrementá-la, tornando o estado uma área de fornecimento de alimentos para os centros dinâmicos do capitalismo. É nesse período, também, em meio a esse movimento, que o desenvolvimento econômico de Quirinópolis se projetou, tornando-se o município grande produtor de arroz, milho, feijão e outros. O progresso tornou-se significativo entre as décadas de 1960 e 1970, quando começaram a se instalar as primeiras unidades agroindustriais, como processamento de arroz e laticínios.

Para os objetivos desse trabalho, talvez o mais importante a ressaltar seja a descoberta, pelos grupos dominantes do pós-1930, do valor estratégico da educação “principalmente na dimensão ruralista que passou a assumir após 1937, como elemento consolidador das mudanças ocorridas com o Movimento Revolucionário de Trinta” (NEPOMUCENO, 1994, p. 107). Vê-se, portanto, convergirem preocupações de duas ordens – consolidação do poder e criação de condições para o desenvolvimento do capitalismo e é nessa perspectiva que se formou a política educacional do estado de Goiás nos anos de 1930 e 1940. Apesar do fim do Estado Novo, em 1945, o desenvolvimentismo continuou atuando como elemento estimulador tanto da difusão da educação quanto de novas bases para o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Tratava-se, enfim, no horizonte político pedagógico, de se proceder à formação de uma população que pudesse atender ao mesmo tempo aos anseios de regeneração das heranças “maléficas” deixadas pela oligarquia pré-30 e da preparação do homem para os novos moldes de trabalho advindos das formas de produzir que se pretendia difundir.

A educação do município de Quirinópolis, foi inicialmente ministrada nas residências pelos professores particulares, só nos anos de 1930 chegaram as escolas isoladas, e nos anos de 1940 as escolas rurais e, nos anos de 1950 o primeiro Grupo Escolar e a primeira Escola Normal. Assim relatado por Sagim Junior e Sagim (2000, p.155):

Até 1917 não existia neste povoado nenhum professor. Nesta data chega o professor Carlos Vaz Guimarães, natural de Cuiabá, solteiro, homem culto, de educação aprimorada e religioso. Entre os muitos professores que aqui lecionaram foi o que permaneceu por mais tempo, ficando até meados de 1922.

Foram professores particulares dos anos de 1910 e 1920: José Fabrício da Silva, Maria de Freitas Silveira, Luis de Freitas Silveira (pai de Maria de Freitas Silveira), Jerônima do Carmo (Fiíca), Fernando de Carvalho e Carlos Vaz Guimarães. Nos anos de 1930 e 1940 destacaram-se: Odilon Ribeiro, Abel de Castro, Mariano Hungria, Arlindo de Albuquerque, Abel Ferreira de Souza (Tiquira), Glicério Cunha, Jordina Corrêa e Exordina Leão Costa. Dos anos de 1950 destacam-se: Gutemberg de Oliveira Pereira, Mário Marques de Almeida, Antônio do Belarmindo, João de Paula Freire e Amáro Bandeira Cavalcante. Estes foram dentre outros Educadores os que abriram passagem para a educação no município acontecer.

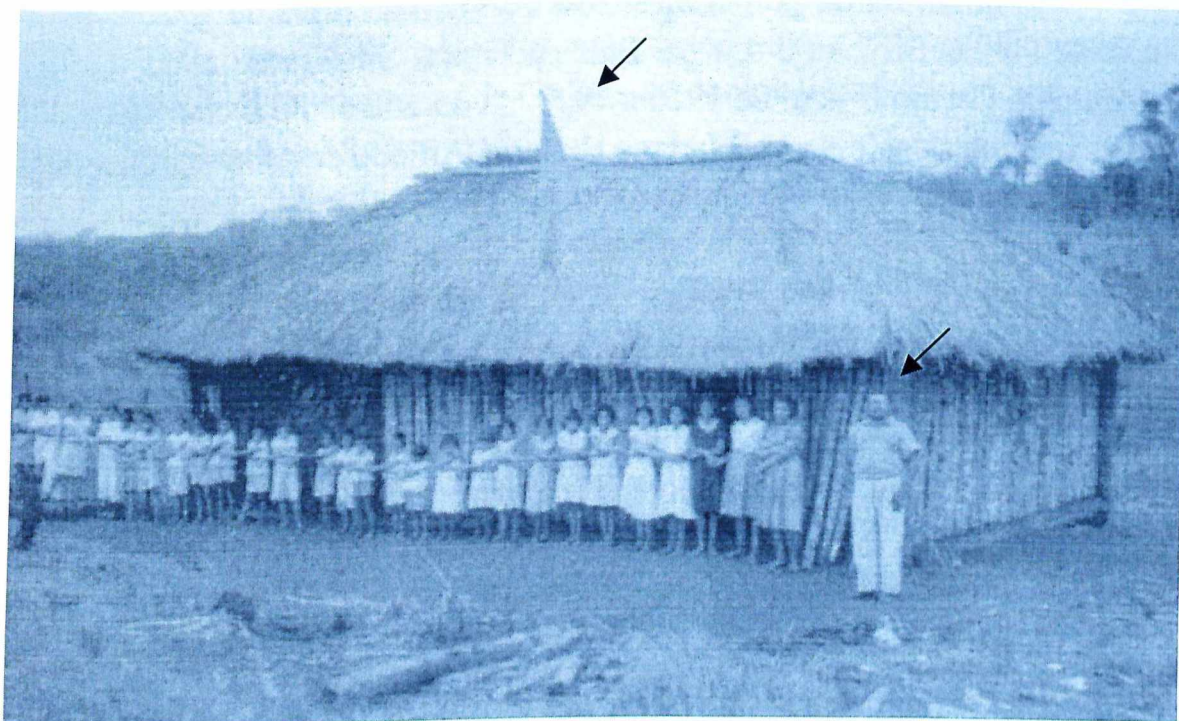
Figura 11 – Professor Gutemberg de Oliveira Pereira com seus alunos na escola da fazenda Capela Velha, 11/05/1956.



Fonte: Acervo particular – ex-aluno e professor Georgides Souza Mattos.

Na figura 12 observa-se a disposição do professor à direita com seus alunos à esquerda, meninos separados das meninas, braços entrelaçados, Bandeira do Brasil hasteada, reproduzindo a disciplina, a moral e o civismo típico dos anos de 1940 – 1950.

Figura 12 – Professor Amaro Bandeira Cavalcanti e seus alunos na Escola Pedra Lisa, 1954



Fonte: Acervo particular – Georgides Souza Mattos, ex-aluno e professor.

Tem-se como referência o Professor Amaro Bandeira Cavalcante no que se refere à construção da educação de Quirinópolis, que pode representar a maneira como as pessoas comuns, na vida cotidiana, conferem sentido ao seu mundo. Foi alfabetizador, professor das primeiras letras, atuou de forma ampla como educador dos processos de socialização para a vida. Sua figura parece estar esquecida ou no anonimato da memória coletiva, como de tantos outros educadores da zona rural, de importância singular no desenvolvimento do ensino em todo o Brasil. Via de regra, o professor rural exercia influência na localidade, que expandia-se para além dos limites da sala de aula.

Era comum as escolas rurais funcionarem em um galpão de pau a pique coberto com folhas, próximo à residência do proprietário da fazenda, que cedia o local. Ali estudavam seus filhos e as crianças de toda região.

A primeira instituição escolar urbana de Quirinópolis foi a Escola Isolada de Quirinópolis, depois denominada Grupo Escolar Ricardo Campos, construída no início dos anos de 1930. Em abril de 1957, seus alunos foram transferidos para um prédio novo que recebeu a denominação de Grupo Escolar José Feliciano Ferreira, no governo do prefeito Sr. Joaquim Quirino de Andrade. Em 1967, passou a se chamar Escola Estadual Frederico Gonzaga Jaime, pois o Sr. Feliciano Ferreira era Secretário Estadual de Educação, era vivo e presente na política educacional, não podendo ser homenageado com o nome de uma Escola Estadual. A Lei nº. 6.595 de 12/06/1967 proibia escolas terem nomes de pessoas vivas. O homenageado, o Sr. Frederico Gonzaga Jaime, falecido, foi farmacêutico na região e pai de um dos líderes políticos do partido da UDN, que muito fez para o desenvolvimento de Quirinópolis; Sr. João Gonzaga Jaime, vulgo “Janjão”.

Figura 13 – Grupo Escolar Ricardo Campos construído nos anos de 1930. Em destaque o prefeito Sr. Hélio Leão (1951-1954) e o ex-prefeito Sr. Garibaldi Teixeira (1947-1951).



Fonte: Acervo particular – Ronan Alves Lopes, ex-aluno do grupo Escolar Ricardo Campos.

Na figura 13 está registrada a visita do Prefeito Sr. Helio Leão (1951 – 1954) à direita, ao Grupo Escolar Ricardo Campos, acompanhado do ex-prefeito Sr. Garibalde Teixeira. A estrutura do prédio era imponente para o estágio de desenvolvimento da cidade, construído nos anos de 1930. Situado em área central, próximo à praça da Igreja Matriz Nossa Senhora D’Abadia. Representou a importância dada à educação pela sociedade quirinopolina da época.

De acordo com o depoimento da Prof^a. Altair Geralda D'Abadia (Tia Neném), ex-aluna e professora do Grupo Escolar Ricardo Campos, logo após a Revolução de 1930 com a queda do governo dos Caiado em Goiás e com a vitória da Aliança Liberal, começou a construção do prédio da Escola Isolada de Quirinópolis. O Prefeito Ricardo Campos, de Rio Verde, a construiu com o apoio do interventor do Estado de Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, a pedido de vários quirinopolinos, como Jacintho Honório da Silva, Adolfo José D'Abadia, Liduino Arantes, José Campos Leão e Wilson Barbosa.

Em 1935, Glicério da Cunha e Jordina Correia, primeiros professores da Escola Isolada, fizeram sua festa de inauguração com a presença do interventor de Goiás Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Ricardo Campos, Prefeito de Rio Verde; Mauro Borges, filho do governador Dr. Pedro Ludovico e futuro governador do Estado de Goiás, de 1961 a 1964; Gilberto da Aparecida Ferreira, farmacêutico, proprietário de uma farmácia e Juiz Distrital. Os alunos apresentaram vários números artísticos, como cantos e poesias. O prédio possuía apenas duas salas de aula (segundo depoimento da Profa. Altair Geralda D'Abadia).

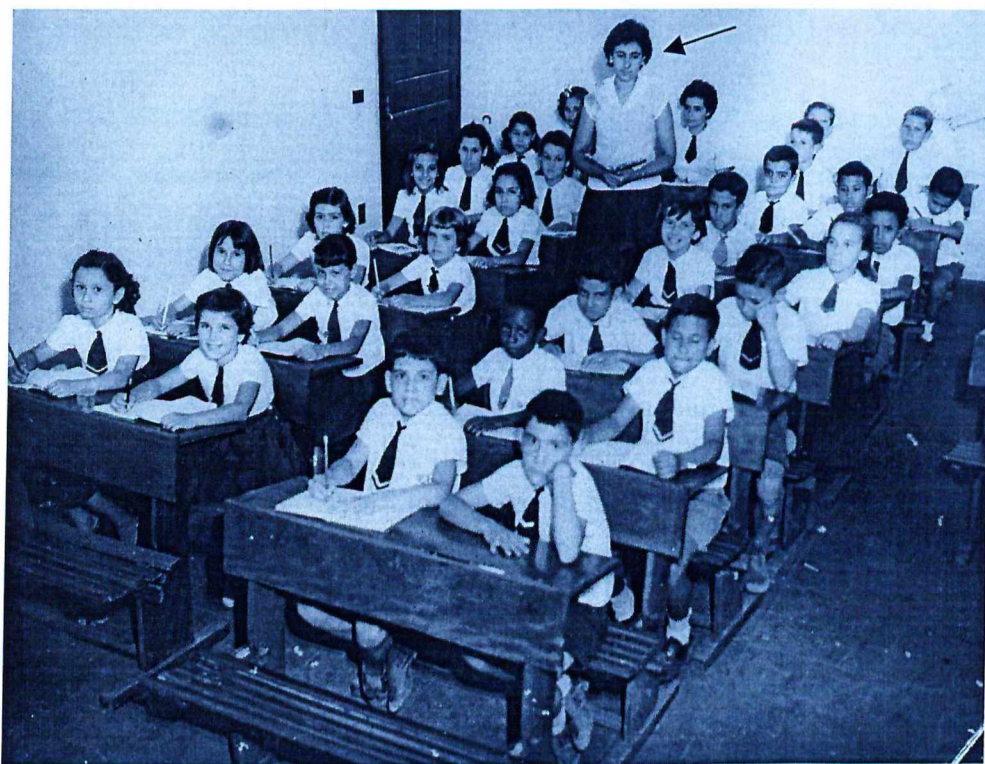
Em 1946, a escola isolada passou a ser o Grupo Escolar Ricardo Campos que contava com um Diretor, um funcionário, um inspetor e dois professores, pois Quirinópolis emancipara da cidade de Rio Verde em 1944. A primeira diretora do Grupo Escolar foi Gabriela Correia, esposa de Oclésio Correia (Prefeito Interino) e tinha como inspetor Dr. Oscarzinho Campos.

Segundo depoimento de Altair Geralda D'Abadia e Alaor Lopes, o ensino era considerado bom, as crianças eram educadas, não havia brigas e vinham sempre limpas e de uniforme para a escola. Depois que o professor Glicério da Cunha foi embora para Itumbiara-GO, ficaram como professores: Altair Geralda D'Abadia, auxiliar Júlia Barroso; Dilva Costa, auxiliar Maria de Lourdes Costa. Foram ainda professores: Matildes Hungria (Dona Nega da Iná), Maria Borges de Souza (Mariinha do Honório), Zizi de Lima, Sebastiana Pereira Martins (Dona Bebê), Melga Melgaço Lima, Fiúca do Herculano Costa e Aldeida Estelita Cavalcante (professora e diretora).

O Sr. Ricardo Campos foi prefeito de Rio Verde e, conseqüentemente, de Quirinópolis, pois esta, na época era Distrito daquela cidade. Foi na sua administração que foram construídas as sedes da cadeia, da companhia de polícia e do grupo escolar. Completou-se assim, a instalação das obras necessárias para que Quirinópolis se tornasse uma cidade, município independente de Rio Verde: Grupo Escolar, Fórum, Cadeia, Cia da Polícia e Prefeitura.

Figura 14 - Prof^a. Jalta Barbosa com seus alunos do Grupo Escolar

José Feliciano Ferreira em 1960



Fonte: Acervo particular – ex-professora da Escola Normal Jalta Barbosa.

A figura 14 representa uma sala de aula típica das décadas de 1950 e 1960, alunos uniformizados, organizados, carteiras duplas, meninos sentados separados das meninas, professor no fundo da sala. Importante ainda destacar a presença de um aluno negro e que a maioria dos alunos eram de famílias abastadas da cidade.

Pela Lei n.º. 11, de 19 de novembro de 1948 o prefeito Municipal Garibaldi Teixeira criou cinco escolas rurais municipais para o ano letivo de 1949, nas seguintes localidades: Fazenda do Paredão, das Sete Lagoas, do Jacaré, do Rosa e da Cachoeira do Rio Preto.

Na administração do prefeito municipal Hélio Campos Leão, pela Lei n.º. 15, de 22 de Agosto de 1951, criaram-se mais quinze Escolas Rurais para o ensino primário e curso noturno para alfabetização de adultos e adolescentes, e em 1959 pela Lei n.º. 178, de 15 de outubro do referido ano, inaugurou-se a Escola Isolada da Fazenda Sete Lagoas, lugar denominado Cachoeira da Vertente.

Na gestão de João Hércules (1961 – 1965), pela Lei n.º. 207, de 20 de fevereiro de 1961, foi criada a Escola Municipal da Fazenda Alegre, lugar denominado Córrego do Potreiro, e em convênio com o Estado construíram-se os prédios das escolas estaduais Olga

Parreira, Lauro Jacintho, Ginásio Normal Estadual de Quirinópolis e a primeira escola municipal urbana, Escola Municipal Canaã, consolidando o ensino primário e ginásial da cidade.

Para compreender o espaço e o tempo da escola primária, nada melhor que o poema de Cora Coralina⁴, “*A Escola da Mestra Silvina*”, retrato da memória viva de uma época em que ir à escola já fazia parte da vida de quase todas as crianças goianas. Veja:

*Minha escola primária...
Escola antiga de antiga mestra
Repartida em dois períodos
para a mesma meninada,
das 8 às 11, da 1 às 4.
Nem recreio, nem exames,
Nem notas, nem férias. [...]*

*Não havia chamada
E sim o ritual
De entradas, compassadas...
' _ Bença, mestra... ' [...]
A casa da escola inda é a mesma.
_Quanta saudade quando passo ali!
Rua Direita, n° 13.
Porta da rua pesada,
Escorada com a mesma pedra
da nossa infância.
Porta do meio, sempre fechada.
Corredor de lajes
E um cheirinho de rabugem
Dos cachorros de Samélia.
À direita – sala de aulas.
Janelas de rótulas
Mesorra escura
Toda manchada de tinta
das escritas.
Altos na parede, dois retratos:
Deodoro, Floriano.*

Coralina, 1985, p. 75-7

⁴ – Cora Coralina (Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas) – 20-08-1889/10-04-1985, é a grande poetisa do Estado de Goiás. O pseudônimo foi para se diferenciar de tantas Anas existentes em sua terra natal, Goiás (Vila Boa).

Para Faria Filho e Vidal (2000, p. 19) ao recordar sua escola primária, Cora Coralina detém-se na descrição de espaços e na contabilidade de tempos. Entremeadas às lições e aos nomes dos colegas, as marcas espaciais e temporais da memória ressurgem inscrevendo as experiências escolares da infância entre as horas do relógio e as paredes da casa.

Secundada pelo crescimento econômico e urbanístico, Quirinópolis empreendeu uma nova luta, agora pelo ensino de 2º grau e superior. O primeiro se tornou realidade em 1967, quando o professor Gleibe José Terra, fundou o Colégio Cristo Rei de 2º grau com os cursos Técnicos de Contabilidade e Técnico de Magistério particular e, em 1971, o prefeito Humberto Xavier em convênio com o Estado construiu o Colégio Estadual Independência, de 1º e 2º graus, com cursos Normal e Técnico em Contabilidade. Em 1988 foi fundada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis (FECLEQ), hoje, Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Quirinópolis, pela Lei nº. 13.456, de 16 de abril de 1999. A FECLEQ foi construída na administração do prefeito Dr. Sodino Vieira de Carvalho, criada pelo Decreto nº. 2.550, de 16 de janeiro de 1986, com os seguintes cursos: Geografia, Letras, História e Ciências.

De acordo com Quirinópolis 58 anos, (1997-2004, p. 10-1) a cidade conta com um espaço educacional satisfatório no meio urbano e rural para o atendimento de: 4.339 alunos matriculados nas 26 Escolas Públicas Municipais; 7.276 alunos matriculados no Ensino Médio e Fundamental nas 13 Escolas Públicas Estaduais; 1.692 acadêmicos matriculados nos 19 cursos nas áreas de Licenciatura Regular, Parcelada, Seqüencial e de Especialização. Isso faz da UEG – Unidade Universitária de Quirinópolis, que possui dois Campi, a maior Unidade de Ensino Superior estadual, depois de sua sede, em Anápolis.

O espaço cultural de Quirinópolis se destaca no Estado pelo prédio do Palácio da Cultura “Teotônio Vilela”, que constitui a segunda maior obra Arquitetônica Teatral do Estado de Goiás e a quinta do País. Um ambiente composto por 417 lugares. Pelo palco do teatro, já passaram inúmeras personalidades de renome nacional, que deram à casa um grande destaque. Contém ainda um Teatro de Arena com capacidade para 3 mil pessoas ao ar livre.

De volta à compreensão da história educacional da cidade, a partir da redemocratização do país em 1945, passando pelo modelo de desenvolvimento implementado no Brasil e no Estado de Goiás, pelas discussões das Leis Orgânicas, Leis de Diretrizes da Educação estabelecidas em 1961 e 1971 e pelo debate nacional em torno da educação no

período. Tomando como referência estes indicadores, identificam-se as representações de cidade, progresso e educação presentes na sociedade quirinopolina dos anos de 1940, 1950 e 1960.

A investigação destas representações políticas e sociais conduz à própria vida social e nos aproxima das relações concretas. Na perspectiva de Chartier (1990, p. 17), o conceito de representação permite ao historiador compreender as operações intelectuais realizadas pelos sujeitos para a apreensão do mundo. Estas constituem-se em esquemas construídos que correspondem a interesses dos grupos que os geram. Sendo assim, estabelecem-se relações entre o que é dito e o lugar social daquele que disse. As diferentes posições ocupadas nas redes de relações resultam em diferentes versões e modos de ler a mesma realidade vivida de modos diferentes.

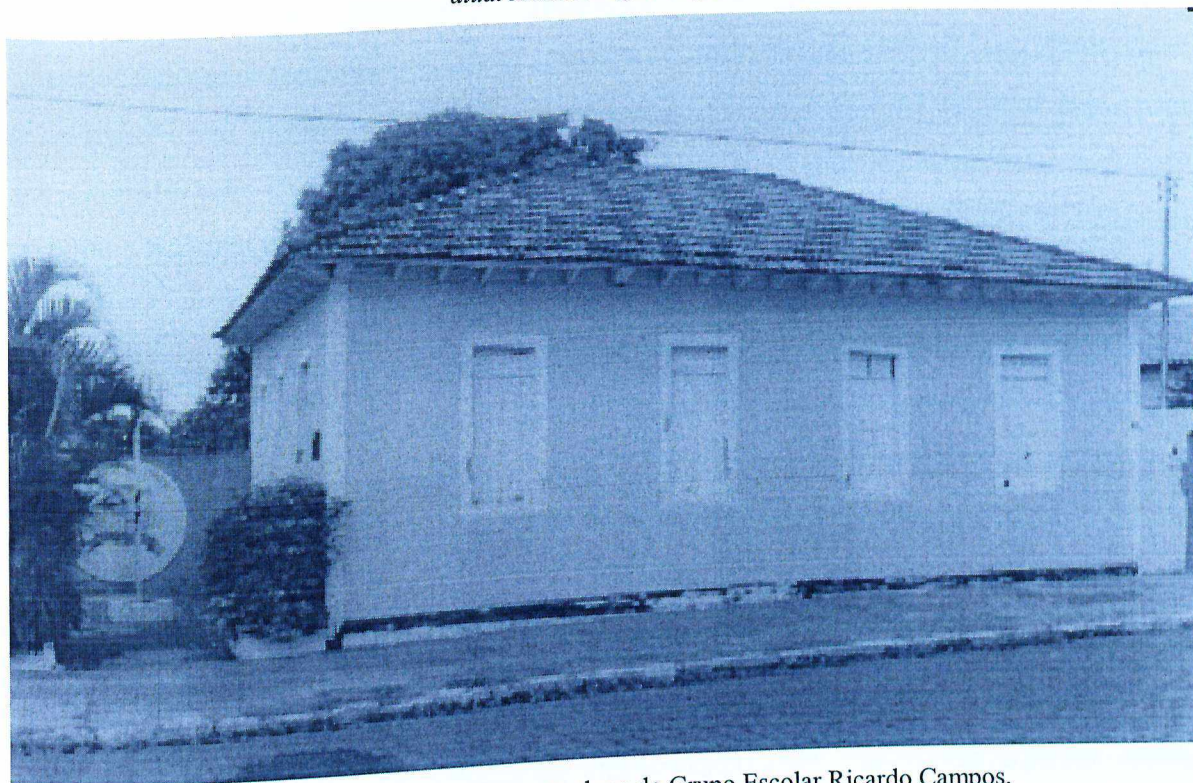
Assim, são descritos os aspectos que caracterizaram e deram origem à instituição de ensino que compõe o corpus desta pesquisa, na qual aborda-se a sua relação com determinações da política educativa das diferentes e superpostas instâncias administrativas. Enfim, associa-se às práticas sociais as exigências do cenário político e econômico, época e lugar.

3.2. Criação e Instalação da Escola Normal Regional Coronel Quirino

É perceptível que, no período de 1954 a 1961, a Escola Normal desfrutou de um grande prestígio. Era a referência pedagógica máxima, hegemônica na educação da cidade e da região. Lembranças desse prestígio ainda estão presentes no prédio da escola e na memória da população que a essa escola refere-se como sendo “uma verdadeira escola”.

Por meio de coleta de documentos do município de Quirinópolis e análise de histórias de vida resumidas de ex-alunos e ex-professores, que relatam o processo de formação profissional desta instituição, foi possível reconstruir sua história.

*Figura 15 – Prédio da Escola Normal Regional Coronel Quirino (1954),
atual Museu de Quirinópolis.*



Fonte: Acervo particular – Ronan Alves Lopes, ex-aluno do Grupo Escolar Ricardo Campos.

Figura 16 – Alunos da 1ª e 2ª Turma da Escola Normal Regional Coronel Quirino, 1956.



Fonte: Acervo particular – Maria Conceição Borges (ex-aluna).

Há uma grande lacuna a ser preenchida por meio de estudos empíricos referentes à educação em Quirinópolis dos anos de 1950, e é aqui que se insere este trabalho, no estudo de memórias dos que acompanharam a implantação e o desenvolvimento do sistema educacional da Escola Normal Regional. O que se tem são informações colhidas por meio de entrevistas com ex-professores e ex-alunos, de documentos de arquivos público e privado. É preciso legitimar e atualizar identidades que ocupam um lugar central no universo político e descobrir perspectivas novas e positivas.

A Escola Normal foi concebida como produto da mentalidade liberal, apoiada nos ideais de liberdade e igualdade entre os homens. Destaca-se entre todos os direitos, aqui, o da instrução, de que resultou a exigência de um sistema nacional de educação a ser colocada ao alcance de todas as classes sociais e em todo território nacional, das capitais às pequenas cidades do interior.

Para Brzezinski (1987, p. 121) o movimento de euforia democrática pela qual passava o país foi “ocasionado pelo final da guerra e pela queda da ditadura”. Que veio propiciar uma nova política educacional. Tal política foi influenciada pelos educadores liberais, agora, reintegrados no contexto brasileiro.

A nitidez dessa influência foi evidenciada pelos princípios norteadores da Constituição de 1946, que restabeleceram grande parte dos ideais dos pioneiros incorporados à Carta de 1934. Foram retomados em 1946 os princípios da Educação como direito de todos, dada no lar e na escola (art. 166); da igualdade de oportunidades educacionais em nível primário com a obrigatoriedade deste ensino.

Dentro destes princípios, a população de Quirinópolis viu nascer em 1954, na administração do Prefeito João Batista da Rocha pela Lei nº. 82 de 08 de novembro de 1954; a criação de sua primeira escola de formação de professores cuja instalação foi no ano seguinte, no governo de Joaquim Quirino de Andrade. O prédio da Escola Normal, hoje o Museu de Quirinópolis, possuía quatro salas de aula; uma sala funcionava como secretaria e diretoria onde também ficavam os materiais pedagógicos. No fundo havia um pátio usado para a prática de Educação Física.

O prédio da Escola Normal não era adequado ao ensino. A arquitetura e o espaço pedagógico não se entrelaçavam. Boa construção, de prestígio visível, mas sem o vínculo entre edifício-escola e sem a organização do espaço escolar. Evidenciava pela sua fachada

com portas e janelas grandes de madeira, salas de assoalho, carteiras individuais, então novidade para os alunos. No Grupo Escolar só havia carteiras duplas, mesa e quadro negro grande.

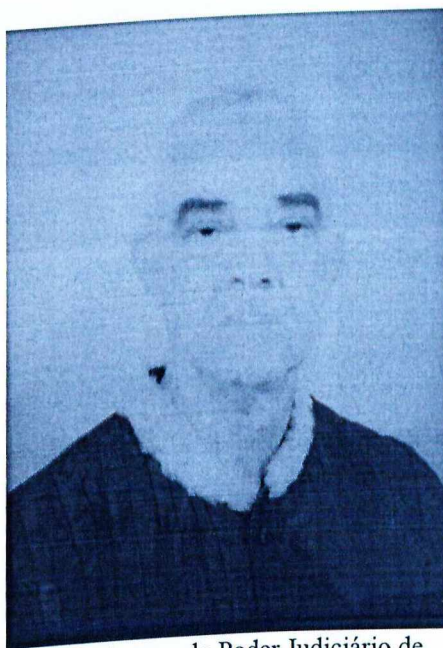
Acerca do prédio da Escola, o ex-aluno Rafael Chaves (turma de 1956) ressalta sua origem:

Era uma casa de comércio e residência do Sr. José Melgaço (Sr. Juquinha). A Prefeitura a adquiriu e passou a ser sua sede. Depois foi transferida para o fundo do prédio do Fórum, construído na Praça Jacintho Honório da Silva. Então, o Dr. Geraldo pediu essa casa para a prefeitura para que se instalasse ali a Escola Normal, fazendo algumas modificações.

A Escola Normal Regional Coronel Quirino dedicou suas atividades à educação mista de moças e rapazes de famílias de classes sociais baixa e média e obteve grande projeção na sociedade local e regional.

A Escola Normal Regional Cel. Quirino foi fundada por iniciativa do Juiz de Direito da Comarca, Dr. Geraldo Pinto Figueiredo, juntamente com um grupo de pessoas que logo após se tornaram professores da escola. Eram profissionais liberais como advogados, promotores públicos, médicos, normalistas e de outras áreas, que atribuíam à educação papel de ascensão social, de expansão de oportunidades, mola propulsora de desenvolvimento. Realização arrojada para as condições da época. O dinamismo e a influência do Dr. Geraldo Pinto Figueiredo na criação e implantação da Escola Normal o fez tornar-se diretor da mesma.

Figura 17 – Dr. Geraldo Pinto Figueiredo, Diretor da Escola Normal Regional Coronel Quirino (1954–1961).



Fonte: Acervo do Poder Judiciário de Quirinópolis.

O ex-professor da Escola Normal, Humberto Xavier, assim o descreve em seu depoimento:

Pessoa de visão futurista, mobilizou as lideranças do momento, que não olhavam a educação como fator principal para a independência, tanto da cidade quanto do município.

As lideranças da época achavam que se construísse o prédio, era suficiente. Para ele a base principal era o professor e o próprio aluno.

Achava que Quirinópolis precisava de um incentivo maior, além de mostrar a necessidade da educação, precisava também que toda a população se movimentasse e pensasse mais à frente.

Além do seu dinamismo, era também uma pessoa enérgica, fazendo questão dos mínimos detalhes em seus atos, mostrando à população que Quirinópolis não poderia ser mais aquela currutela, considerada por outros.

A desgastada foto do diretor Geraldo Pinto Figueiredo (Fig. 17) tem como objetivo dar significação cultural e histórica à Escola Normal. Representação de um referente para ler o mundo de sua época. Cidadão que contribuiu pra a educação de Quirinópolis dando forma e concretude as idéias notáveis e anseios da sociedade. A Escola Normal era para ele marco inicial de transformações sociais que viriam após a sua instalação.

Dr. Geraldo Pinto Figueiredo foi nomeado diretor da Escola Normal pelo prefeito Sr. Joaquim Quirino de Andrade pelo Decreto n.º. 25 / 55, de 17 de maio de 1955. Permaneceu no cargo até 1961, quando formou a última turma. Aposentou-se pelo Ministério Público, retornando à Goiânia. Os alunos e todo o acervo da Escola Normal passaram para o Ginásio Normal Estadual de Quirinópolis, que continuou no mesmo prédio, e somente em 1964 foram transferidos para um prédio novo, hoje, Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico, tendo como primeiro diretor Dr. Alexandre Soares Faria.

No Decreto-Lei n.º. 82, de 08 de novembro de 1954, que criou o curso Normal Regional, em Quirinópolis, constam oito lugares de professores, um de secretário, um porteiro servente, um inspetor de alunos e um diretor. Diz ainda o decreto que devido às condições econômicas e sociais do município não foi criado o 2º ciclo. Este estava amparado no Decreto Presidencial 1.821, de 12 de março de 1953, que deu equivalência dos cursos normais regionais ao ginasial sendo aquela a prioridade para a época.

A inauguração da Escola Normal Regional Cel. Quirino e das aulas se deu com a presença das autoridades locais: prefeito, presidente da Câmara Municipal, juiz de direito, pároco da Igreja, vereadores, população em geral e alunos.

O corpo docente da Escola Normal Regional, liderado pelo Diretor Dr. Geraldo e pelo professor Humberto Xavier, juntamente com as autoridades locais, conseguiu com o governo do Estado a construção do prédio e a instalação do Ginásio Estadual Normal de Quirinópolis, modalidade de ensino que substituiu a Escola Normal Regional em 1962.

Os normalistas permanecem na memória dos mais velhos. Esse grande amor e respeito pela Escola Normal instigaram a busca de conhecê-la em seus detalhes, bem como explicitar o seu sentido histórico.

O processo de ingresso dos informantes foi estudado a partir das representações acerca dos motivos que os levaram à Escola. Observou-se que muitas vezes estão associadas a diferentes razões, como: vocação, boa reputação da instituição, conselhos familiares, inexistência de outra escola de nível ginásial, necessidade econômica e valorização social.

Iary Martins Correa, ex-aluna da Escola Normal dos anos de 1955, em seu depoimento informou as razões que determinaram o seu ingresso na instituição: “fui estudar na Escola Normal por vocação! Desde pequena, que eu dizia que ia ser professora [...] eu queria estudar e ser professora [...]”.

A Escola Normal Regional de Quirinópolis funcionava de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei nº. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. O seu curso de formação de Regentes de Ensino Primário foi ministrado em quatro séries anuais, equivalente ao ensino ginásial e compreendia as seguintes disciplinas, conforme quadro 5:

Quadro 5 – Relação das Disciplinas do Curso Normal Regional em Quirinópolis (1954 – 1961)

Disciplinas	
1	Português
2	Matemática
3	Didática
4	Pedagogia e Psicologia
5	História Geral
6	História do Brasil
7	História de Goiás
8	Geografia Geral
9	Geografia do Brasil
10	Ciências
11	Desenho e Caligrafia
12	Trabalhos Manuais
13	Canto Orfeônico
14	Geografia de Goiás

Fonte: Diploma da formanda Elcia Borges da Silva, 1958.

Os programas das disciplinas eram simples, claros e se compunham segundo as bases e orientações metodológicas que o Ministério da Educação e Saúde e Secretaria Estadual de Educação expediam. A composição e a execução dos programas atendia à adoção de processos pedagógicos ativos, a Educação Moral e Cívica não constava de programa específico, mas era resultado do espírito e da execução de todo o ensino. A Prática de Ensino era feita em exercícios de observação e participação real no trabalho docente, de tal modo que nela se integravam os conhecimentos teóricos de todo o curso. O Ensino Religioso era oferecido, porém não constituía objeto de obrigação dos professores e nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

O ensino de Trabalhos Manuais e das Atividades Econômicas da Região obedecia a programas específicos que conduziam os alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e da organização do trabalho regional. Os trabalhos escolares constavam de lições, exercícios e exames orais e escritos. Os recursos didáticos constavam do quadro-negro, mapas, globo, livros e apostilas. O ano escolar dividia-se em dois períodos: de Março a Junho e de Agosto a Novembro. As aulas eram de 45 minutos para cada disciplina.

Os professores tinham como objetivo trabalhar a preparação para o Magistério meta esta que exigia capacidade para o trabalho em cooperação, espírito de autocrítica e de compreensão humana. Dos alunos não se cobrava apenas a aquisição de conhecimentos discursivos, mas a realização das técnicas de trabalho intelectual mais recomendáveis aos futuros docentes. Para se matricular na Escola Normal Regional o candidato deveria ter concluído os estudos primários e ter passado nos exames de admissão.

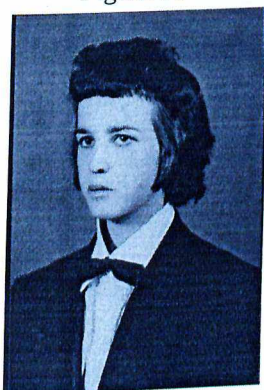
A habilitação dos alunos para a promoção à série imediata ou conclusão de curso, dependia da nota obtida em prova parcial e das notas do exame final sendo que cinquenta era a media mínima em cada disciplina. A nota final resultava da média aritmética de exercícios, da obtida na prova parcial e das obtidas nas provas do exame final. Era assegurado o direito de realizarem exames finais em segunda época aos alunos que não tivessem obtido média em uma ou duas disciplinas, os quais eram feitos na primeira quinzena de Março. Não podiam prestar exames finais os alunos que faltassem mais de vinte e cinco por cento das aulas. Aos alunos que concluíam o curso era concedido o certificado de Regente de Ensino Primário.

Não tendo ata de registro de matrículas, os dados referentes ao número de alunos foram obtidos no livro de Atas da Congregação da Escola Normal Regional Cel. Quirino de colação de grau, acervo do Colégio Estadual Independência e de informações obtidas por meio de entrevistas com ex-professores e ex-alunos, que confirmaram o número de matriculados na primeira turma, em 1955, que foi aproximadamente de 18 alunos, sendo 4

homens. Apenas cinco se formaram no dia 12 de dezembro de 1958, sendo elas: Clarice Parreira, Elcia Borges da Silva, Maria Conceição Teodósio, Maria da Fé Chaves e Maria Marilda Antunes. As formandas ingressaram no magistério em Quirinópolis. Maria da Fé Chaves foi diretora da Escola Estadual Olga Parreira até se aposentar. Clarice e Elcia residem em Goiânia, Maria Conceição em Brasília e Maria Marilda retornou com os pais para Recife e hoje reside em Niterói, Rio de Janeiro, casada com um médico.

Segundo o livro de Ata da Congregação da Escola Normal Regional Coronel Quirino a entrega dos certificados da primeira turma de formandas foi em uma sala da própria escola, onde se reuniram os professores, alunos e familiares. Logo após o Hino Nacional, fez uso da palavra o diretor Dr. Geraldo Pinto Figueiredo e a oradora da turma, a formanda Maria da Fé Chaves.

Figura 18



*Clarice Parreira
1ª Turma 1955*

Figura 19



*Elcia Borges da Silva
1ª Turma 1955*

Figura 20



*Maria Conceição Teodósio
1ª Turma 1955*

Figura 21



*Maria da Fé Chaves
1ª Turma 1955*

Figura 22



*Maria Marilda Antunes
1ª Turma 1955*

A respeito das famílias dos formandos da primeira turma, os pais de Clarice Parreira eram Antônio Furtado Parreira mestre de obras e Delegado de Polícia e Helinda Bartallini Parreira, dona de casa. Elcia Borges da Silva, filha de Moisés Pedro da Silva e Maria Borges da Silva (Mariquita), fazendeiros da região da Cachoeira do Rio Preto. Maria Conceição Teodósio era filha de Antônio Teodósio (Titonho) motorista de táxi, um Ford V8 e de Francisca Teodósio, dona de casa. Maria da Fé Chaves, filha de Antônio Roberto Chaves (Totonho Leandro), proprietário de uma panificadora e Juiz de Paz e de Ana Maria Chaves, dona de casa. Maria Marilda Antunes, filha de Severino Antunes, arrendatário de terras, comerciante e de Maria Odília Souza, dona de casa. (Segundo depoimento de Alaor Lopes, ex-aluno do Grupo Escolar Ricardo Campos, Georgides de Souza Mattos e Maria Conceição Borges, ex-alunos da Escola Normal).

A segunda turma de alunos da Escola Normal, teve início em 1956, com cinco alunas concluintes – Arcemélia França, Áurea Barbosa, Coracy de Magalhães, Iracema Martins Correa e Onília Vieira de Carvalho. Iracema e Arcemélia aposentaram-se como professoras, Coracy depois do casamento tornou-se dona de casa e Onília e Áurea tornaram-se empresárias em Goiânia-GO.

Figura 23



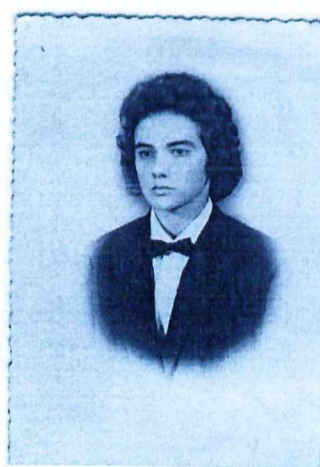
*Arcemélia França
2ª Turma 1956*

Figura 24



*Áurea Barbosa
2ª Turma 1956*

Figura 25



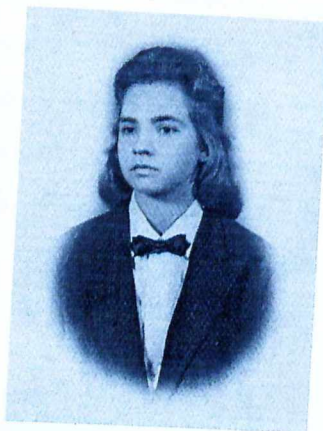
*Coracy de Magalhães
2ª Turma 1956*

Figura 26



Iracema Martins Correa
2ª Turma 1956

Figura 27



Onília Vieira de Carvalho
2ª Turma 1956

Fonte: Fotos da 2ª Turma – acervo particular de Coracy de Magalhães Xavier (ex-aluna e professora).

A colação de grau da segunda turma, aconteceu no dia 10 de dezembro de 1959, no salão nobre do Cine Teatro São José. Ocupou a presidência da mesa o professor Humberto Xavier, representando o diretor da Escola Dr. Geraldo Pinto Figueiredo, que convidou a tomar assento à mesa Sebastião Arantes, Deputado Estadual e paraninfo das formandas; Hélio Campos Leão, Prefeito Municipal; Genoveva Ribeiro Neves, professora; Hamilton Fernandes Lima, 2º Tabelião e Dr. Lauro Lima, advogado, conforme informação do Livro de Ata da Escola.

A formanda Coracy de Magalhães, fez o juramento, sendo também a oradora da turma. O Deputado Sebastião Arantes, em sua fala, prometeu um Ginásio Normal Estadual para Quirinópolis, inaugurado em 1962.

Com relação às famílias dos formandos, eram os pais de Arcemélia França, Francisco Antônio Vitorino (Chico Preto), carpinteiro e Maria Antônia, tecedeira de tear e benzedeira. De Áurea Barbosa era Áureo Barbosa, fiscal da Receita Estadual e mecânico e de Ridozina Arantes Barbosa, dona de casa. Coracy de Magalhães, filha de Elvécio Patrício de Magalhães e Maria Abadia Magalhães, fazendeiros da região do Rosa e Alegre. Iracema Martins Correa, filha de Francisco Martins Correa, comerciante (armazém do Chico Martins) e de Sabina Correa, dona de casa. Onília Vieira de Carvalho, filha de Juvenil Vieira de Carvalho (Bichinho Vieira) capataz e comissário de boiada e de Constantina Pereira Guimarães, dona de casa. (Segundo depoimento de Alaor Lopes, ex-aluno do Grupo Escolar Ricardo Campos, Georgides de Souza Mattos e Maria Conceição Borges, ex-alunos da Escola Normal).

Da terceira turma de alunos, de 1957, concluíram – Edson Correa de Paula, Georgides de Souza Mattos, Maria da Glória Borges e Naldith Justino Rodrigues. Com exceção de Edson Correa de Paula, hoje proprietário de terras, no município de Piranhas, Goiás, todos iniciaram na área da educação, depois optaram por outras áreas ou se tornaram donas de casa. Georgides de Souza Mattos desde os tempos de aluno da Escola Normal é funcionário da prefeitura de Quirinópolis. Maria da Glória reside em Quirinópolis e Naldith em Brasília.

Figura 28



Edson Correa de Paula
3ª Turma 1957

Figura 29



Georgides de Souza Mattos
3ª Turma 1957

Figura 30



Maria da Glória Borges
3ª Turma 1957

Figura 31



Naldith Justino Rodrigues
3ª Turma 1957

Fonte: Fotos da 3ª Turma – acervo particular do ex-aluno e professor Georgides de Souza Mattos.

A terceira turma de formandos recebeu seus certificados no dia 10 de dezembro de 1960, no salão nobre do Cine Teatro São José, às dezessete horas e trinta minutos. Ocupou a presidência da mesa o Meritíssimo Juiz Dr. Geraldo Pinto Figueiredo, diretor da Escola, que convidou a tomar assento João Hércules, prefeito; Humberto Xavier, paraninfo dos formandos; Genoveva Ribeiro Neves, professora; Joaquim Quirino de Andrade, vice-prefeito; Coracy de Magalhães, professora; Pedro Velasco, Coletor Estadual. Além das falas das

autoridades, a oradora da turma, Maria da Glória Borges, proferiu uma oração. A solenidade foi encerrada com o discurso eloqüente do Diretor Dr. Geraldo Pinto Figueiredo, defendendo o ensino gratuito em Quirinópolis, conforme informações descritas no Livro de Ata da Escola.

Edson Correa de Paula era filho de Eduardo Correa Silva, chacareiro, carreiro de boi e domador de animais de sela e de Antônia Rodrigues Pereira, dona de casa. Georgides de Souza Mattos, filho de Antônio Souza Mattos, lavrador e fundador da Igreja Congregação Cristã em Quirinópolis e de Maria Marques, dona de casa. Maria da Glória Borges, irmã de Elcia Borges da Silva da primeira turma de formandos. Naldith Justino Rodrigues, irmã de Maria Conceição Teodósio, também formanda da primeira turma. (De acordo com depoimento de Alaor Lopes, ex-aluno do Grupo Escolar Ricardo Campos e Georgides de Souza Mattos, ex-aluno da Escola Normal).

Da quarta turma de formandos de 1958 foram concluintes – Athaydes de Freitas Silveira, Creusa Alcântara de Sousa, Digauly Bueno Marques e Dinorah Josefa de Jesus. Com exceção do formando Digauly, hoje comerciante em Goiânia, todos passaram pelo Magistério. Creusa foi professora e primeira Delegada de Ensino de Quirinópolis, hoje reside em Caldas Novas; Athaydes, professor, hoje advogado; Dinorah funcionária administrativa do Colégio Estadual Independência, hoje aposentada.

De acordo com o Livro de Ata da Escola a cerimônia de formatura da quarta e última turma aconteceu no dia 10 de dezembro de 1961, no salão nobre do Cine Teatro São José, às dezenove horas. Dr. Geraldo Pinto Figueiredo, diretor e presidente da mesa, convidou os senhores João Hércules, prefeito; Cristóvão Rios Veloso, presidente da Câmara Municipal; João Batista da Rocha, paraninfo da turma, Íris Hércules, madrinha dos diplomandos; Maria Teixeira Rodrigues e Elita Maria de Carvalho, educadoras de Goiânia; Dr. Joaquim Correa, médico; Iracema Martins Correa e Humberto Xavier, professores do curso. A oradora da turma foi Creusa Alcântara de Souza.

Figura 32



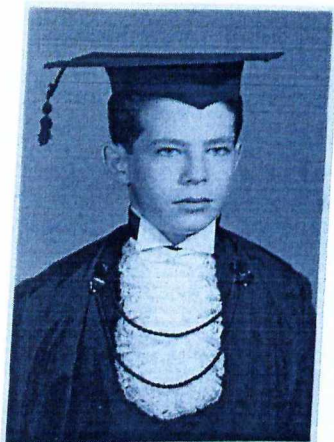
*Athaydes de Freitas Silveira
4ª Turma 1958*

Figura 33



*Creusa Alcântara de Sousa
4ª Turma 1958*

Figura 34



Digaully Bueno Marques
4ª Turma 1958

Figura 35



Dinorah Josefa de Jesus
4ª Turma 1958

Fonte: Fotos da 4ª Turma – acervo particular da ex-aluna Coracy de Magalhães Xavier.

Os pais de Athaydes de Freitas Silveira eram Abílio de Freitas Silveira e Carolina Pereira de Freitas, fazendeiros na região Confusão do Rio Preto-Córrego da Clemência. De Creuza Alcântara de Souza, era João Alcântara de Souza (João Cigano) capangueiro (comprador de pedras preciosas dos garimpeiros) e comerciante (Armazém Cigano), e Altair Alcântara da Silva (Dona Fia), dona de casa. Digaully Bueno Marques era filho de Miguel Mesquita Marques, proprietário de máquina de beneficiar arroz de gasto, de Hotel, de Alambique, Juiz de Paz e Vereador e de Maria José Bueno Marques, dona de casa. Dinorah Josefa de Jesus, filha de pai desconhecido e de Jordelina Josefa de Jesus, doméstica. (Segundo depoimento de Alaor Lopes, ex-aluno do Grupo Escolar Ricardo Campos e Georgides de Souza Mattos, ex-aluno, da Escola Normal).

No corpo discente da Escola Normal Regional Coronel Quirino a maioria era do sexo feminino; os homens eram, na maioria, mais novos, o que significa que a sociedade da época ainda relutava mandar suas filhas para a escola, daí entrarem mais tarde. Outro fato agravante era que as famílias da época achavam que para as meninas obter o ensino primário era o suficiente. A presença de apenas uma formanda negra, Arcemélia, indica que a sociedade da época criava obstáculos para os negros, sendo aberto espaço a alguns poucos. A Escola Normal oferecia oportunidade para todos se qualificarem, mas tinham que passar pelo gargalo do ensino primário.

O que ficou claro durante o processo de entrevistas foi que, junto ao empreendimento do Magistério como profissão, foi construído um ideário da figura do professor. Esse deveria apresentar determinada característica que evidenciasse certos comportamentos morais e uma postura social específica. Não se enquadrava nessa imagem socialmente difundida, a do professor negro. Viés que ressalta a diferença no trato social de profissionais da educação em relação as questões de preconceito. O que se ouviu, também, é que o modelo de aluno esperado pelas escolas e educadores não é o da criança negra e/ou advinda das classes populares, mas a criança branca, vinda da classe média e alta. Os alunos não brancos eram provenientes, em sua grande maioria, de famílias pobres, que era o caso da aluna Arcemélia, assim descrita pela ex-aluna Iary Martins Correa (turma de 1956):

A Arcemélia foi uma das alunas mais inteligentes da sala, chegou à Escola Normal pelo seu próprio mérito, pois a família era muito pobre, contava com o apoio da mãe e das colegas da sala. Formou em 1959 e depois mudou para Ituiutaba, Minas Gerais, onde começou a dar aula, tornando-se uma professora.

O número pequeno de formandos pode ser visto por vários ângulos. A luta e a persistência dos alunos e professores que continuaram apesar das dificuldades e mantiveram a Instituição aberta, única fonte de complementação do ensino primário na cidade. Por outro lado, o número pequeno de alunos refletia mesmo o atraso de Quirinópolis, o descaso do Poder Público com a educação, não oferecendo condições para mais gente avançar por esse nível de estudo.

Vale ainda relatar que, nas colações de grau, os formandos apresentavam-se de uniforme, e no baile de traje social. Como Quirinópolis não tinha fotógrafo iam à cidade de Rio Verde para serem fotografados de beca preta. Três alunos que não foram com suas respectivas turmas, por desconhecimento da cor, tiraram foto com beca branca.

Nas imagens das fotos de formaturas encontra-se o momento em que a comunidade se curvava e ritualisticamente aceitava o poder social da escola. A reiteração desses valores iniciava-se muito cedo, em formaturas de pré-escolar, da 4ª série, na passagem do Ensino Fundamental para o Médio e ao fim do Ensino Médio e da Universidade.

Quadro 6 – Corpo Docente e Administrativo da Escola Normal Regional Coronel Quirino (1955 – 1961)

Identificação	Formação/Função	Disciplinas
Aldeida Gomes Estelita	Normalista/Professora	Português
Adolfo Sindofu Teixeira	Advogado/Juiz/Professor	Português
Carolina Afonso Figueiredo	Normalista/Professora	Matemática, Desenho e Caligrafia
Coracy de Magalhães	Regente de Ensino Primário/Professora	Português
Dalva Gomes Monteiro	Ginasial/Professora	Educação Física e Português
Gabi de Paiva Coelho	Aluna Escola Normal/Mensageira	
Genoveva Ribeiro Neves	Normalista/Professora	Canto Coral, Música, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, e Francês
Georgides de Souza Mattos	Regente do Ensino Primário/Func. Público Municipal/Professor	Geografia Geral, do Brasil e de Goiás
Geraldo Pinto Figueiredo	Advogado/Juiz/Professor/Diretor	Geografia Geral
Helto de Moraes Sarmiento	Advogado/Promotor/Professor	Português e Ciências
Humberto Xavier	Científico/Exator da Receita Federal/Professor	Matemática
Jalta Barbosa	Ginasial/Professora	Canto e Coral
Maria Augusta Porto Teixeira	Ginasial/Comercial incompleto/Professora	Ciências Físicas e Naturais e Desenho
Maria de Lourdes Costa	Ginasial/Professora	Música e Trabalhos Manuais
Maria Helena Xavier	Ginasial/Professora	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Desenho e Caligrafia, História
Onília Vieira de Carvalho	Reg. Ensino Primário/Professora	Desenho e Educação Artística
Sizenando Martins	Médico/Professor	Ciências Naturais
Violeta Borges Lima	Ginasial/Professora	Português
Waldir Fernandes Lima	Advogado/Professor	Português

Fonte: Contratos de nomeação. Arquivo da Prefeitura Municipal de Quirinópolis.

O corpo docente da Escola Normal Regional Coronel Quirino foi organizado pelo diretor Dr. Geraldo Pinto Figueiredo e nomeado pelo prefeito municipal Joaquim Quirino de Andrade, de acordo com as disciplinas do curso, como já foi dito entre as pessoas mais cultas da cidade, migrantes vindos de outros estados. Mais tarde fizeram parte do quadro ex-alunos filhos de Quirinópolis, que se destacaram e que tinham aptidões para o Magistério.

As fotos desta pesquisa são notas preliminares sobre as imagens como sociabilidade, conhecimento e fontes históricas. Expressam também uma significação paradoxal:

encontrando-se como permanências no presente, elas remetem a um instante passado que não esvaece, ao contrário, permanece congelado frente aos olhos, permitindo aprisionar o impossível: o tempo.

Assim, a fotografia cinde-se do movimento do tempo e, ao reunir pessoas em um instante, compromete-as numa sociabilidade que permanece. Ao se ver os retratos, torna-se mais fácil entender porque a escola é produzida socialmente: as fotos não apenas detêm os valores que a instituição valoriza como apresenta os afetos que nos envolvem e envolvem a própria escola.

Os três professores das figuras 36, 37 e 38 foram selecionados entre os professores do quadro docente da Escola Normal pela importância de seus trabalhos na história de desenvolvimento da cidade de Quirinópolis. Genoveva Ribeiro Neves, primeira normalista quirinopolina, formada em Poços de Caldas, Minas Gerais, foi secretária da administração do prefeito Joaquim Quirino de Andrade e professora até aposentar-se. Nos depoimentos, ela representou vocação – magistério – mulher, como realidades intrinsecamente relacionadas, como afirma a ex-aluna Shirley: “Dona Genoveva foi especial, não só na Escola Normal, mas em todo trabalho que ela desenvolveu em Quirinópolis. Ela nunca pode ser esquecida”.

Elcia ex-aluna (turma de 1955) revela ainda que:

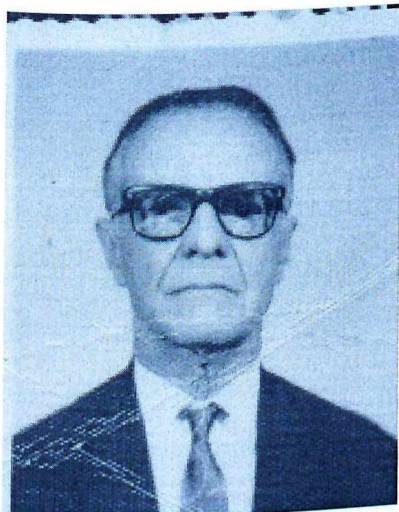
Dona Genoveva era uma professora que além de ensinar a matéria, ela ensinava também postura, higiene, como comparecer em uma festa, como sentar a uma mesa. Ela nos ensinou muito, ela nos colocou na sociedade.

Figura 36 – Genoveva Ribeiro Neves, ex-professora e Secretária da Administração Municipal (1955).



Fonte: Acervo Público da Subsecretaria Regional de Educação de Quirinópolis.

Figura 37 – Dr. Sizenando Martins, primeiro médico da cidade (1937), ex-professor da Escola Normal Coronel Quirino (1955) e vereador por Quirinópolis (1963).



Fonte: Acervo Público do Poder Legislativo de Quirinópolis.

Figura 38 – Humberto Xavier, ex-professor (1956), prefeito de Quirinópolis (1970) e Deputado Estadual por dois mandatos.



Fonte: Revista "Nossa". Ano I - n.º.01 Outubro/ Novembro/77

Para a ex-aluna Shirley (turma de 1956),

Dr. Sizenando foi um espelho em Quirinópolis. Foi um professor muito especial, uma pessoa muito exigente. Dava aquelas aulas explanadas sobre a matéria. Cobrava as tarefas. Médico, homem público, muito fez pela saúde da população de Quirinópolis.

Para o ex-aluno Georgides (turma de 1957),

O professor Humberto Xavier foi grande matemático e já foi prefeito de Quirinópolis em 1970 até 1973, depois foi Deputado Estadual em duas legislaturas, nosso amigo, nosso companheiro, grande batalhador por Quirinópolis.

Maria da Fé (turma de 1955) acrescenta ainda, “o professor Humberto estudou fora de Quirinópolis, no Colégio Arquidiocesano da cidade de São Paulo, gostava muito de Matemática, foi o professor mais capacitado que tive”.

O término das atividades escolares da Escola Normal Regional se deu pelo fato do Estado, com o propósito de reformar o Curso Normal, ter aprovado a Lei n.º. 2.580, de 17 de setembro de 1959, e publicado o Decreto n.º. 02, de 11 de janeiro de 1960, instituindo outros três tipos de estabelecimentos de Ensino Normal:

Ginásio Normal ou Escola Normal Elementar, de nível ginásial, com quatro séries anuais;

Colégio Normal ou Escola Secundária, com curso ministrado no Instituto de Educação e nas Escolas Normais Secundárias, com três séries anuais após o curso ginásial;

Instituto de Educação e Escola Normal Superior, com cursos de especialização ministrados no Instituto de Educação e nas Escolas Normais Secundárias nas seguintes modalidades: ensino rural, intensivo de administração escolar, educação pré-primária, educação de crianças excepcionais, ensino primário complementar, ensino de desenho e artes plásticas, ensino de música e canto orfeônico, educação física, recreação e jogos (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 109-10).

Por este decreto dá-se por encerrado o ciclo de vida das Escolas Normais Regionais no Estado de Goiás e em Quirinópolis. Mas a busca pela escola eficiente e dinamizadora prosseguiria, no que teria papel relevante a primeira Faculdade de Filosofia de Goiás e seu curso de Pedagogia, criada em 1948 e reconhecida em 1949, sendo posteriormente incorporada à Universidade Católica de Goiás.

3.3. Aspectos Pedagógicos do Cotidiano Escolar

O cotidiano se estende a todas as esferas da vida, trabalho, lazer, atividades sociais. É ela que dá o ritmo do que se faz no dia-a-dia: horários, hábitos, atividades; assim como todos os aspectos do indivíduo: razão, sentimento e emoções. Por meio dela se reflete a mentalidade de uma época, pois ela é formada por princípios filosóficos, religiosos, artísticos, manifestações que são chamadas “expressões superiores do espírito humano” e também por elementos comuns que se passam no dia-a-dia. É uma fonte importante para o entendimento do universo mental, individual e coletivo. Para Passos (1995, p. 193), por meio do cotidiano o ser humano:

Aprende as formas de se relacionar com o mundo, de modo a adequar o seu aspecto particular e individual ao coletivo, ou seja, ele aprende com o grupo as habilidades da vida cotidiana. Vida que é constituída pela relação entre o social e o individual, pois eles se interpretam.

Atribuía-se à educação popular um papel essencial no sentido de transformar a massa informe da população em povo organizado. Por este motivo o currículo preocupava-se em formar professores primários, ilustrados e competentes, imbuídos de valores para compor os quadros das lideranças educacionais e administrativas da cidade. Dessa forma, a maioria das disciplinas do currículo voltava-se à cultura geral, às Letras e às Ciências Modernas. A formação pedagógica era assegurada pelas disciplinas Psicologia, Pedagogia, Didática e Prática do Ensino.

Os depoimentos indicam que, nessa época, a escola sabia o quê e como ensinar. Os professores sabiam exatamente em que lição deveria estar, em uma determinada época do ano e como avaliar a aprendizagem dos alunos. O programa de cada disciplina era amplo, enciclopédico e detalhado. A escola possuía essa segurança didático-pedagógica porque a própria sociedade possibilitava-a. Tratava-se de uma sociedade num estágio relativamente atrasado, mas dotada de uma profunda esperança quanto ao seu futuro. Havia uma certa harmonia entre a sociedade e a escola – todos supunham uma ascensão sócio-econômica rápida e organizada, matriz da segurança didático-pedagógica.

É necessário considerar que toda a organização curricular não aconteceu de forma inocente e neutra de transmissão do conhecimento historicamente acumulado. Pelo contrário, a estrutura do currículo sempre implicou em relações de poderes, transmitindo visões de mundo, valores e interesses. Nesse sentido, “o currículo produz identidades individuais e sociais particulares” (MOREIRA e SILVA, 1995, p. 8).

O currículo da Escola Normal Coronel Quirino não acrescentou nada de especial, seguindo o que se prescrevia nas legislações nacional e estadual. Portanto, do ponto de vista didático pedagógico, não houve inovação, apenas a extensão do mesmo saber literário e generalista que se pregava nas outras instâncias. Nesse caso, o avanço foi apenas a chegada da escola à cidade.

Nos relatos dos ex-professores observa-se que havia grande rigor no preparo das aulas e no cumprimento dos programas pré-estabelecidos. A vigilância do diretor era constante, daí o controle das ações pedagógicas. Quanto à postura dos professores, depoimentos de ex-alunos confirmam competência e rigidez. Neste sentido, o ex-aluno Rafael Chaves (turma de 1960), afirma:

A professora Coracy, com é até hoje, trata-se de uma pessoa de personalidade forte, é o retrato do passado, quando jovem era dali para mais de severa. Competente, postulava as coisas e era muito batalhadora. Foi uma das pessoas que muito contribuiu para o sucesso da escola da qual tenho boas recordações.

Os depoimentos indicam que havia maior atenção ao ensino de Português e Matemática. Também se verifica, no que tange à disciplina Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, explicitação sexista, pois o que os rapazes aprendiam diferia muito dos saberes ensinados às meninas. Acerca deste assunto, o ex-aluno Georgides ressalta que “tinha trabalho manual para as alunas e para os alunos, os rapazes faziam peças de madeira e as moças tricô, crochê e bordado”. Em Economia Doméstica ensinava-se conhecimentos em torno da química

alimentar, higiene, cozinha, postura e puericultura. Em relação ao conteúdo de Português, as orientações compunham-se no sentido de valorizar as obras clássicas da literatura, desenvolver o gosto pela leitura e escrita.

Todo o trabalho do professor era realizado fundamentalmente por meio da exposição oral, seguida da memorização por parte dos alunos. Houve egressos que afirmaram que a exposição dos professores era das mais qualificadas e que usavam técnicas como questionário e trabalhos em grupo. Foi ressaltada a prática do ditado e do ponto copiado da lousa.

A disciplina de Educação Física fazia parte do currículo do Ensino Normal do 1º e 2º ciclo determinado pela Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, incluída na categoria dos exercícios práticos, para ambos os sexos. Esperava-se que os egressos dos cursos normais ministrassem às crianças das escolas primárias as mesmas práticas corporais a que foram submetidos. Daí destacar o processo de escolarização de várias práticas corporais no ensino normal. O objetivo do programa foi preparar progressivamente e produzir o desenvolvimento psíquico e físico dos alunos, habilitando-os a executarem sempre os movimentos musculares e respiratórios bem como jogos e brincadeiras mais recomendáveis a cada sexo e idade. A ginástica era um pré-requisito, uma condição para o aprendizado dos jogos.

Pelos depoimentos evidenciava-se o caráter lúdico do ensino da Educação Física, a presença de uma professora administrando uma disciplina tradicionalmente masculina e o padrão de uniforme de Educação Física com shorte por baixo das saias para as meninas.

O programa de Educação Física da Escola Normal tinha então uma dupla tarefa: aperfeiçoar o físico dos alunos e prepará-los para o magistério nas escolas primárias. Clarice, ex-aluna (turma de 1955), em seu depoimento, ao olhar para a foto da turma com uniforme de Educação Física relata:

Professora Dalva Gomes Monteiro, pessoa especial, ficávamos a vontade em suas aulas. Calma, ela nos agüentou muito, porque a turma era danada e eu era uma delas e sei muito bem o que ela agüentou. Ela dava ginástica e vôlei.

A Educação Física era uma disciplina de maior importância para os alunos. Destacava-se a prática do vôlei e da ginástica, quanto ao seu uniforme, Shirley (ex-aluna 1956) assim o descreve: “o uniforme de educação física era um short azul, com uma saia pregueada por cima, blusa para dentro da saia com as iniciais da escola: E.N, tênis branco e meia branca”.

Figura 39 – Shirley Martins Parreira (1956) - Uniforme de Educação Física.



Fonte: Acervo particular da ex-aluna Shirley Martins Parreira Xavier.

Figura 40 – Alunos da 1ª e 2ª Turma com uniforme de Educação Física, 1956.



Fonte: Acervo particular da ex-aluna Clarice Parreira.

Os depoimentos indicam que a disciplina era enérgica, tanto na escola quanto na família. Assim, chamar a atenção já bastava. Considerando que boa parte dos alunos eram jovens dedicados havia sempre bom comportamento.

A esse respeito pode-se verificar a sua observância no depoimento da ex-aluna e ex-professora Coracy de Magalhães (turma de 1959):

Éramos severos e exigia-se muita disciplina dos alunos, eu inclusive era taxada quase como coronel, porque toda vida fui muito brava, exigia respeito mesmo, porque assim aprendiam mais, sempre fui muito ciente do meu dever. A maioria dos alunos da Escola Normal era da cidade, porque naquele tempo as pessoas da zona rural não se esforçavam para dar instrução aos seus filhos. E os alunos eram esforçados e dedicados, ali estavam para aprender mesmo.

Rafael Chaves, ex-aluno (turma de 1956) acrescenta ainda:

Gostaria de frisar que, parece que naquela época, os alunos eram mais dedicados e eram mais exigidos pelos pais. A questão de disciplina na Escola Normal, não deixava a desejar de jeito nenhum, era ótima. E os professores também, eram mais exigentes.

Toda a formação oferecida era destinada ao exercício do Magistério no curso primário. As aulas práticas eram feitas na própria sala de aula. No 4º ano, os professores passavam um ponto e os alunos apresentavam na forma de aula-prática. Assim relatada por Clarice, ex-aluna (turma de 1955):

Nós não tínhamos naquela época como fazer estágio em outra escola, não existia isso, pois havia somente uma escola que era o Ricardo Campos, era na Escola Normal mesmo. A noite, dávamos aula para adultos de forma voluntária, e ensinávamos muita gente as letras, a ler e a formar palavras (ler e escrever mesmo). Eram pessoas que não podiam ir às aulas de manhã e nem a tarde, porque trabalhavam, eram pessoas humildes, até um comerciante que não era do nosso Brasil que não sabia falar o português, aprendeu com a gente. Então era um meio de prestarmos serviço social além de exercer a nossa prática. Ensinávamos e ao mesmo tempo aprendíamos com eles.

Todos os depoimentos registram que a Escola Normal foi “importantíssima” e que os ensinamentos recebidos serviram para a profissão e para a vida, facilitando outrossim a conquista do emprego. As pessoas que a cursaram tiveram destaque na vida profissional, como afirma Maria da Fé Chaves, ex-aluna (turma de 1955):

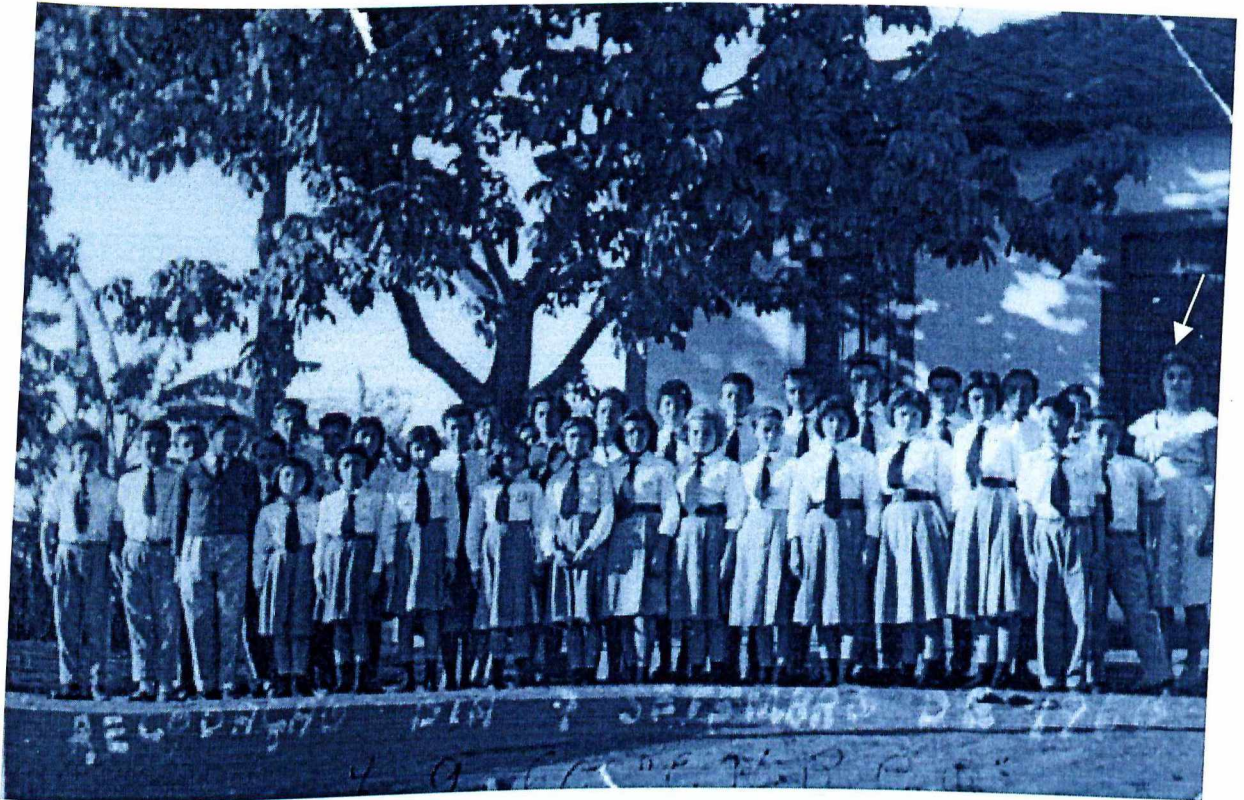
A Escola Normal Regional me permitiu dar continuidade aos meus estudos. Cursei o Normal em Quirinópolis e graduei em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia da cidade de Rio Verde, Goiás. Mas foi pela Escola Normal que ingressei na carreira do magistério e fiz parte do corpo docente de várias escolas, tendo sido inclusive diretora de uma delas.

Além da utilização de recursos didáticos como mapas, painéis e globo, as práticas pedagógicas centravam-se na figura do (a) professor (a), delineando, assim, os contornos de uma pedagogia tradicional, com ênfase na memorização dos conteúdos, característica predominante naqueles tempos.

Segundo relato da ex-aluna do Ginásio Normal, Genercy Maria C. Moraes (turma de 1961), havia hábitos e costumes rígidos e o uniforme tinha padrão definido e o seu uso era obrigatório. Descreve-o assim:

O uniforme da época para as mulheres, era saia de brim caqui com pregas e listra branca dos lados, a oito centímetros abaixo do joelho, no cós cinto preto; camisa branca de manga longa com punhos e abotoaduras; gola colarinho com gravata preta; sapatos pretos e meias pretas. Para os homens, calça comprida de brim caqui com listra branca dos lados, no cós cinto preto; camisa branca de manga longa com punhos e abotoaduras; gola colarinho com gravata preta; sapatos pretos e meias pretas.

Figura 41 – Professora Coracy de Magalhães com os alunos da Escola Normal em 07 de Setembro de 1960.



Fonte: Acervo particular da ex- professora e aluna Coracy de Magalhães Xavier.

Segundo depoimentos dos informantes as aulas duravam quarenta e cinco minutos, iniciando-se às 7 horas. A matéria era explicada e, durante a explanação, os alunos deveriam ficar atentos e em silêncio, copiavam, faziam exercícios, tarefas, estudavam cada tópico. Ao final de cada unidade ou capítulo os alunos eram interrogados a respeito do conteúdo estudado e avaliados. Os cadernos eram constantemente recolhidos para receberem nota e, para isso, deveriam ser bem feitos, com primorosa caligrafia.

A estrutura organizacional e pedagógica seguia normas da Lei Orgânica do Ensino Normal em Goiás. O relato do ex-professor Humberto Xavier explica como era o trabalho pedagógico – “cada professor fazia o seu planejamento anual de acordo com o programa. O diário era a gente que fazia, o Plano de Aula eu fazia a noite e dava no dia seguinte”.

Os recreios eram de 15 minutos, havendo as “panelinhas de moças e rapazes”. Convém salientar que as amigas adquiridas na época da escola foram muito mencionadas pelos ex-alunos. Havia um ambiente de camaradagem e respeito mútuo. Essas amigas são sempre imbuídas de uma importância sem precedência.

Os desfiles, as festividades cívicas eram aguardados com ansiedade. Comemoravam-se todas as datas cívicas. As festas e as cerimônias institucionais em geral representavam um momento de liberalidade e de solidariedade, em que os mundos dos dirigentes e dos dirigidos se aproximavam e até se interpenetravam. Eram realizadas pequenas peças teatrais, sátiras aos professores e alunos, oportunidade destes demonstrarem suas habilidades artísticas, por meio da declamação de poesias, canto, solo instrumental, interpretação de diferentes papéis, em especial o cômico. Assim relatada:

Havia muitas comemorações, principalmente nas datas cívicas. Naquela época, as escolas trabalhavam bem o civismo. Durante a Semana da Pátria, hasteava-se a Bandeira e cantava o Hino Nacional todos os dias. No dia 7 encerrava-se as festividades com um grande desfile. Nunca vou esquecer das festas da escola, porque para a gente que era solteira, não tínhamos muita opção, e isso se tornava um lazer. Festa de São João; aniversário de Quirinópolis; Semana da Pátria; Dia de Tiradentes; Dia da Árvore. Então, tudo isso se tornava um lazer e fazíamos questão de tê-los (Onília V. Carvalho, ex-aluna, 1956).

Figura 42 – Grupo de alunos do Grupo Escolar Ricardo Campos em 7 de Setembro de 1947.



Fonte: Acervo particular do ex-aluno e professor Georgides Souza Mattos.

Figura 43 – Alunos desfilando em 07 de setembro de 1956.



Fonte: Acervo particular da ex-aluna Elcia Borges da Silva.

Nas fotos de desfile há algo solene, a escola adquire símbolos de nobreza, como o uniforme engomado “de gala”. As autoridades da cidade e da escola se promoviam.

A organização curricular e o cumprimento desta pelo corpo docente conferiu à Escola Normal respeito e admiração por todos os segmentos da sociedade. Elogios à Escola Normal Regional Coronel Quirino encontram-se presentes em todos os depoimentos colhidos, destacando-se do ex-professor Humberto Xavier (1956):

De acordo com os recursos da época, eu tenho impressão que a Escola Normal, foi uma heroína dentro da educação, porque ela sobreviveu aos trancos e barrancos. Os professores não recebiam, não tinham material, nem material de limpeza, a aluna Gabi é que fazia a limpeza da escola onde estudava. A Escola Normal cumpriu sua Missão.

A vida cotidiana é socialmente organizada, e produz valores e conhecimentos que refletem as necessidades e os anseios sociais. Assim analisada por Tofoli (2003, p. 81),

É nela que dá o enredo e traz um universo, onde os personagens transitam em um determinado momento de suas vidas, num dado espaço físico, em que o caminho traduz toda sabedoria, a força e a poesia da vida, e as manifestações sociais e históricas de uma época.

Desta forma o cotidiano diz muito sobre a realidade social, sobre as mentalidades coletivas, mediante o que é institucionalizado, os comportamentos que são reforçados ou

desestimulados e todo um universo que o cerca e o permeia. O cotidiano da Escola Normal estabeleceu um padrão de comportamento que refletia os valores de sua época. Era considerada como o local responsável em contribuir para uma formação plena e integral dos jovens, em consonância com o regime familiar.

3.4. Corpo docente e discente – representações de ex-normalistas e de ex-professores.

Ao focar a Escola Normal Regional Coronel Quirino de Quirinópolis na perspectiva de apreensão das representações sociais sobre ela construídas, partiu-se do entendimento de representação como sendo uma forma de organização do conhecimento da realidade, embora entendendo essa realidade, como uma construção social.

As representações coletivas fornecem sistemas de valores indispensáveis para a vida dos grupos sociais à medida que regulam a organização simbólica e inconsciente da realidade para todos os indivíduos de uma comunidade determinada.

Para Chartier (1990, p.27):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Dentro deste contexto, os relatos dos ex-normalistas, dos ex-professores aparecem de certa forma, como “modelos”, construídos por eles mesmos por meio de suas representações. Dizem ainda que, apesar do rigor do processo do ensino, da disciplina severa, das múltiplas avaliações, apontam como principais qualidades dos professores a competência, o alto nível de conhecimento e a postura pedagógica. No entanto, critica-se a falta de formação didática específica de alguns professores, e metodologia utilizada por outros. “Na época os professores por serem de vários ramos profissionais não tinham um método didático a ser aplicado em sala de aula. Era mais no sentido de contribuir para com a educação” (Elcia Borges da Silva, ex-aluna, turma de 1955).

O relato dos informantes desta pesquisa é permeado por sentimentos e reciprocidades. Nesse sentido, apesar de cada informante ter vivido “o seu tempo” na instituição e experimentado vivências particulares, todos eles salientam a boa convivência com os professores e colegas, no interior de um processo que tinha o mesmo objetivo – a formação de

professores primários. Desta forma, as representações vivenciadas e construídas no espaço escolar revelam o seu cotidiano, como já dito anteriormente. Fez-se necessário analisar as relações do referido indivíduo enquanto sujeito particular e participante de uma sociedade.

Todas as referências feitas por ex-alunos em suas lembranças convergem para a qualidade intelectual dos professores; o primeiro grupo docente constituiu verdadeira seleção de valores com nomes escolhidos entre o que havia de melhor na intelectualidade local e que ministraram aulas a convite do Diretor, como colaboradores para formação dos jovens e que, mesmo sendo contratados pela prefeitura, muitos não chegaram a receber nenhuma forma de pagamento.

Além da grande responsabilidade dos professores em ensinar, era sua função formar líderes que exerceriam diferentes papéis na comunidade. Em relação aos colegas, os informantes relatam as experiências coletivas vivenciadas na tentativa de romper com as normas rígidas da Escola Normal por meio de brincadeiras e fugas das salas de aula. O amadurecimento, a independência e a amizade se fizeram presentes no cotidiano por meio da boa convivência entre professores e alunos. A escolaridade dos professores variava entre nível superior, médio e até alguns que só tinham o nível ginásial. Muitos normalistas, depois de formados, iniciaram suas carreiras profissionais como professores substitutos da Escola Normal.

Ainda por meio dos depoimentos foi possível perceber que havia um número elevado de alterações no corpo docente por ser constituído de funcionários públicos e profissionais liberais; estes mudavam-se ou eram transferidos, muitos se foram mesmo sem ter recebido uma única vez, deixando sua contribuição para a educação de Quirinópolis.

A ex-aluna Iracema Martins Correa (turma de 1956), descreve seus professores da seguinte forma:

Eles faziam de tudo para melhorar nossa formação. Ensinavam com carinho e queriam que progredíssemos. Tanto os professores quanto os alunos tinham bom desempenho. Eram pessoas mais bem conceituadas da cidade, advogado, juizes, promotores, normalistas e funcionários públicos. Foram professores de alta capacidade.

Percebe-se ainda, por meio de relatos dos ex-normalistas, que as professoras se destacavam pela sua eficiência e competência no trabalho docente. Os atributos considerados femininos “inatos” eram mais relevantes que o conteúdo propriamente dito do fazer pedagógico: elegância, charme, dedicação, etiqueta, entre outros. Em relação aos professores, prevalecia o respeito, o rigor, a disciplina.

O medo da nota marcou os depoimentos dos informantes, apesar da afetividade estar presente em alguns momentos de convivência. A qualificação profissional e social identificada nos depoimentos dos informantes sobre seus professores, por meio de características pessoais, habilidades e posturas pedagógicas, constituíam “exemplos” a serem seguidos ou rejeitados pelos normalistas em sua trajetória profissional.

Muitos dos professores citados permaneceram durante algum tempo lecionando em outras escolas da cidade mas, posteriormente, deixaram o magistério para dedicarem-se a outra profissão ou às suas famílias, caso das mulheres. A disciplina, assim como o conhecimento, são expressões das relações entre professores e alunos no interior da Escola Normal Regional.

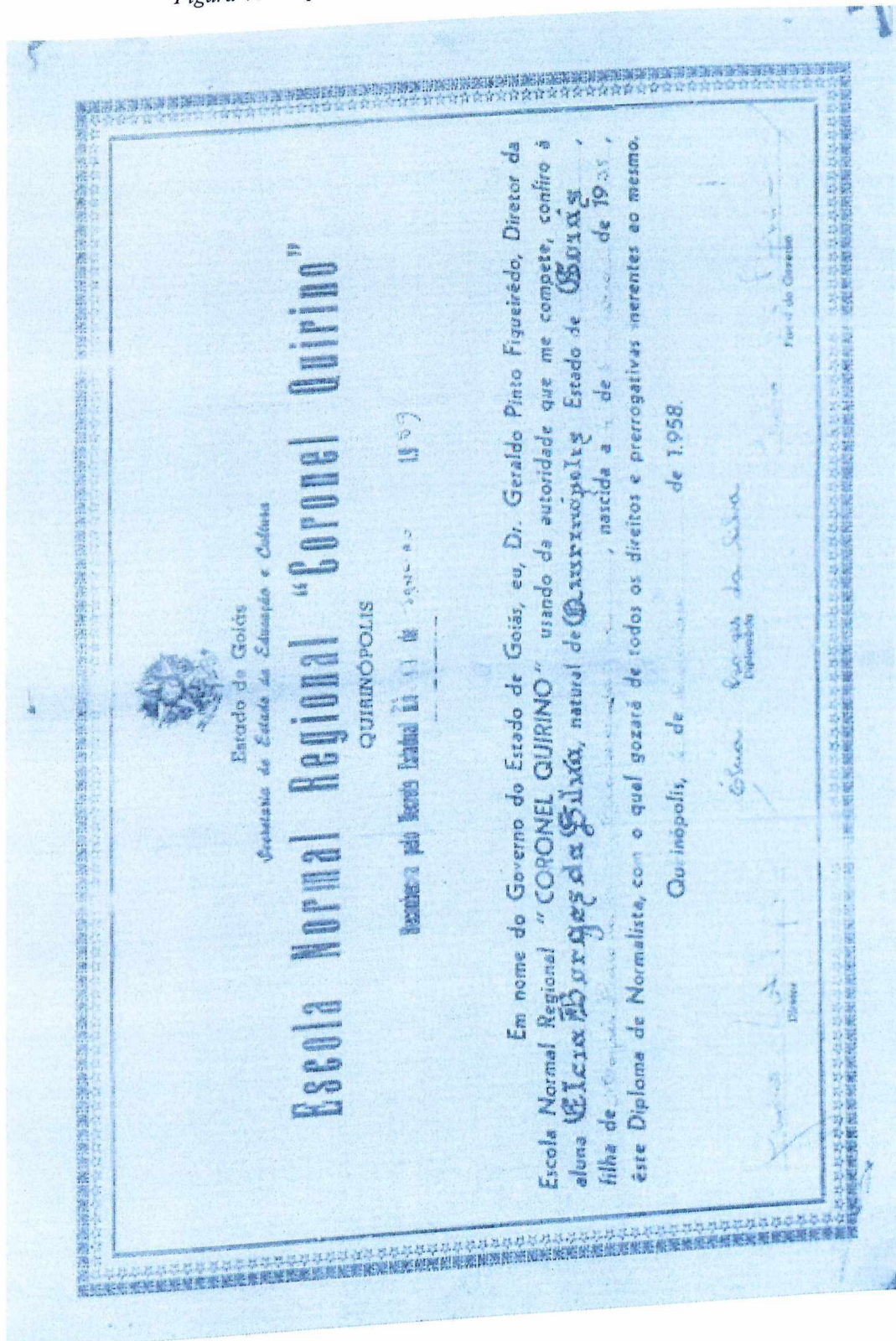
Apesar da disciplina e do controle constante dos pais, dos professores e do diretor, a ex-aluna Iary Martins Correa (turma de 1955), da primeira turma, relata com saudade as brincadeiras, as conversas que tinham nas salas de aula, no pátio, na rua em frente à escola, o vôlei jogado nas aulas de Educação Física, a praça, os filmes passados no Cine Teatro São José, os bailes que faziam nas residências ou em salões da cidade, momentos estes de descontração e de uma boa convivência entre os colegas, apesar da sua timidez. Todas estas atividades fizeram parte do currículo informal da Escola Normal Regional Cel. Quirino.

O momento das entrevistas suscitou a questão das avaliações, em geral repleto de clamores no sentido de que os exames tinham uma conotação negativa no processo de aprendizagem vivenciado pelos alunos. As avaliações eram realizadas sempre ao final de cada etapa das disciplinas. Havia prova escrita e a prova oral, além das notas que eram atribuídas às tarefas e, principalmente, ao comportamento. Os exames eram muito temidos pelos alunos, talvez por sua ritualização, pelo caráter formal capaz de comprovar a competência ou a incapacidade dos alunos.

Esse medo era alimentado nas práticas pedagógicas e nas convivências diárias dos alunos, que deveriam estar sempre atentos às solicitações de seus mestres, aos deveres e obrigações. Ficava claro que o professor era o dono de um saber verdadeiro e aqueles alunos que alcançavam as notas seguidas de louvor, deveriam ser prontamente elogiados e distinguidos dos outros, que não tiveram tal performance. De acordo com o relato da ex-aluna Elcia Borges da Silva (turma de 1955), “o professor Dr. Martins, passava bastante conteúdo para os alunos, e para passar com ele, tinha que estudar muito”.

Ter um certificado da Escola Normal significava que se tinha além de excelente instrução, status social. Isto representava portas abertas aos melhores empregos, e até os melhores casamentos.

Figura 44 – Diploma da formanda Elcia Borges da Silva, 1958.



Fonte: Arquivo particular da formanda Elcia Borges da Silva.

A importância da Escola Normal Regional Coronel Quirino, destaca-se por ser a primeira instituição escolar de Quirinópolis a proporcionar a continuidade da escolaridade dos jovens quirinopolinos que terminavam o ensino primário no Grupo Escolar Ricardo Campos, que por razões familiares ou econômicas não saíam para completar seus estudos. Ela atribuía formação necessária para o exercício do Magistério das primeiras séries e status social. Tal afirmação pode ser verificada no seguinte depoimento:

A Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino não chegou a fazer de Quirinópolis um pólo da Educação como acontece hoje com a UEG, onde nós temos alunos de vários municípios, não só da nossa região, mas também de municípios mais distantes. Mas teve papel relevante naquele tempo. Atendeu bem os anseios da sociedade. Muitos estudantes não tinham condições de procurarem outros centros para darem continuidade aos seus estudos. Ela dava nível ginásial, 8ª série. Incentivou a muitos a irem se instruir sobretudo em Goiânia. Quando sai daqui e fui para o colégio 5 de Julho, nós éramos cerca de 28 quirinopolinos, já em Goiânia. A maioria deles estudando na Escola Técnica Federal de Goiânia, que arrebanhou muitos dos nossos jovens. Tenho a honra de ser o primeiro concluinte da Escola Normal Regional Coronel Quirino a completar o ciclo e terminar o 3º grau (Dr. Athaydes F. Silveira, 1961).

A clientela da Escola Normal Regional Coronel Quirino era formada pelos filhos de fazendeiros, pequenos negociantes e de funcionários públicos municipais e estaduais. O baixo número de alunos concluintes foi assim explicado pela ex-professora Jalta (turma de 1958):

O pequeno número de alunos e o alto índice de abandono era devido a dificuldades financeiras e também porque ninguém tinha vontade própria, dependiam do interesse dos pais pela educação. Aqueles que prosseguiram e formavam tinham interesse e vontade própria.

Uma coisa é o Estado precisar se ajustar ao processo de desenvolvimento, outra é conseguir colocar as pessoas na escola. Além disso, o pequeno número de concluintes reflete um fenômeno que até hoje assusta os educadores: a evasão escolar, que foi muito forte nesse período e nas décadas posteriores.

Dos poucos que formaram, todos deram continuidade aos seus estudos em centros maiores, como Rio Verde, Goiânia (GO), Ituiutaba, Uberlândia, Uberaba, Campina Verde, Poços de Caldas, em Minas Gerais, sem muita dificuldade. O primeiro aluno da Escola Normal a sair para dar continuidade a seus estudos em Goiânia foi Athaydes de Freitas Silveira, hoje, advogado na cidade.

Em suma, os ex-alunos foram bem sucedidos tanto na vida particular como profissionalmente. Hoje são donas de casa, comerciantes, diretoras, professoras aposentadas, advogados, fazendeiros, empresários, funcionários públicos, artista plástica. Sem exceção, prestaram serviços a Quirinópolis, mesmo os que hoje não residem mais aqui, mas guardam com saudades os tempos que aqui viveram e ajudaram a construir.

Segue abaixo o texto de Georgides de Souza Mattos, por retratar a formação acadêmica e cívica recebida na época, relatado em discurso feito pelo ex-aluno e hoje (2004) assessor do Vice-Prefeito, Dr. Victor Andrade Mesquita. O referido texto foi proferido na comemoração do “Dia de Tiradentes”, no dia 21 de Abril de 1958.

É a liberdade um dos maiores dons que Deus nos deu.

Ser escravo, nunca foi o desejo do homem algum e, de nação alguma.

Todos nós desejamos um dia sermos livres, sermos independente.

Caros colegas, um dia também nossa terra foi dominada, foi escrava; um dia também seus filhos quiseram vê-la livre ao lado das demais nações, quiseram vê-la sem os grilhões que prendiam ao reino unido de Portugal.

Quis o destino que esta liberdade custasse mais que o Ouro, pois para consegui-la, o nosso solo primeiramente foi manchado de sangue.

Entre os muitos sangues brasileiros, que correram em prol de nossa liberdade, um se destacou foi o sangue de Joaquim J. da Silva Xavier.

Joaquim José da Silva Xavier, era um homem de origem modesta e exaltado amigo da liberdade; fora negociante ambulante; fez-se depois dentista, do que proveio seu apelido, Tiradentes; nunca porém, prosperou; e na vida militar, que depois seguiu, não pode subir de posto de Alferes.

Logo a conjuração pela liberdade desenvolvia-se reunindo a escol da capitania: homens doutores letrados, poetas e militares: eram Alvarenga Peixoto; padres José de Oliveira Rolim e Carlos Corrêa de Toledo e o Dr. Álvaro Maciel; e o poeta desembargador Tomaz Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa; dentre todos porém, por seu entusiasmo, como alma da propaganda distinguia-se Tiradentes.

Os conjurados reuniam-se em casa de vários chefes formulando projetos, sonhando generosas reformas; contavam que não lhe faltaria a adesão das capitanias, logo que a independência fosse proclamada em Vila Rica, no Rio ou em São Paulo.

Havia, porém, entre os grandes devedores dos impostos, alguns que sabiam da conjuração; e foram denuncia-la ao governador.

Um dos delatores era também conjurado: o Coronel Joaquim Silvério dos Reis, que devia à fazenda Real mais de 200 mil cruzeiros, soma avultada para aquela época.

O governador Barbacema suspendeu logo a derrama; afastava, assim, os recursos com que se contava para rebelar o povo.

Mandou prender os principais conjurados, avisando do acontecimento ao vice-rei; e requisitou-lhe a prisão de Tiradentes.

Demorou longos meses o processo, os acusados, por tanto tempo encarcerados, estavam abatidos, Tiradentes, porém, sacrificando-se pelos companheiros, que desanimavam, nobremente, impávido, declarava-se o maior culpado da malograda conjuração.

A sentença, finalmente foi lida aos conjurados a 19 de Abril de 1792.

No dia seguinte, porém leu-se nova sentença dando aos conjurados a degredo temporário ou perpétuo, e pena de morte para Tiradentes.

A 21 de Abril de 1792, Tiradentes subia à força no largo da Lampadosa, no Rio de Janeiro; enforcado, esquartejaram-lhe o corpo; decapitaram-no; sua cabeça foi erguida num poste de Vila Rica e pelos lugares mais freqüentados pelo herói, expuseram-se os pedaços de seu corpo, arrasaram a casa em que morava e declararam infames seus descendentes.

Somente trinta anos depois, foi que eles, conseguiram a liberdade ou seja a Independência do jugo Português, com a bonita e inesquecível frase que até hoje nos recordamos, que é Independência ou Morte.

Tenho dito.

Georgides

Quirinópolis/Go, 21/04/1958.

O eixo central do texto do ex-aluno Georgides é moral e cívico, parte fundamental do plano escolar das Escolas Normais. Este conteúdo de influência civilizadora fazia parte em todas as matérias de estudo. O Professor tinha papel fundamental, neste contexto, pois era a pilastra e a força onipotente de toda educação moral. A escola deveria estar voltada para a vida, estar carregada de conteúdos científicos e moralizantes, formando o trabalhador e o cidadão.

Foi possível observar também a dimensão conservadora e tradicional da Escola Normal, com a valorização da pátria e da disciplina como modeladoras dos espíritos, mediante a ação dos professores e alunos trazida nas reminiscências da narrativa.

3.5. Considerações Parciais

A história da Escola Normal possibilitou identificar fatos e acontecimentos que nortearam práticas educativas da região. Foi um instrumento de representação ideológica e espelhou a influência de todo o contexto na qual estava inserida.

Há um consenso entre os educadores de que não se trata de universalizar o antigo ensino propedêutico pautado no humanismo tradicional, de antes do industrialismo moderno, mas de introduzir o trabalho como princípio de uma nova cultura e de uma nova escola, de uma nova concepção de homem e de valores universais.

É o humanismo tecnológico ou do trabalho que rompe com o humanismo tradicional do não trabalho. Este influenciou historicamente a ideologia geral e a valorização da profissão como um elemento de realização pessoal, inclusive para as mulheres.

A questão da formação do professor para o início de escolarização continua como um desafio para a comunidade educacional goiana e brasileira, haja vista a comprovação de que ainda não se realiza a formação de profissionais competentes e comprometidos para garantir, pelo menos, que seja diminuída a distância existente entre as noções ensinadas na escola e as exigências da vida. O desafio pedagógico da Escola Normal constitui em incorporar à escola o mundo do trabalho preservando, no entanto, o espírito da cultura clássica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos estabelecidos para esta pesquisa e os resultados alcançados seja pela fundamentação teórica, seja pela realidade investigada, possibilitam o redimensionamento do momento da criação das instituições de formação de professores, quando o desejo por cultura e saber se cruzam com a expansão da escolarização. Os professores, ao exercerem seus ofícios, passam a propagar um valor de distinção de poder e de conhecimento. O velho mestre-escola é definitivamente substituído pelo “novo” professor da instrução primária.

No Brasil, as escolas normais iniciaram suas atividades em 1835, em Niterói, expandindo-se continuamente. Apesar da existência de tais escolas e a sua expansão, estas não garantiam uma formação de qualidade nem se estruturavam como curso com currículo comum, caracterizando assim a descontinuidade do ensino normal em todo país.

Paulatinamente, do Império à República vai se delineando um conjunto de práticas fragmentadas e desarticuladas. Criam-se cursos de diferentes níveis – Escolas Normais Regionais, Escolas Normais e Institutos de Educação – e em todos os níveis o currículo enfatiza as matérias de cultura geral em detrimento das de formação profissional. Sendo os cursos eminentemente profissionais, revela-se que, apesar dos decretos, a preocupação e modificações no curso normal são superficiais.

Inserido no contexto republicano, o Curso Normal integra também o projeto do Estado brasileiro de organizar e centralizar a educação no país. No tocante ao magistério, isso se dá a partir da promulgação das Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) e se consolidará na Constituição de 1946. A fixação de diretrizes estabelece parâmetros nacionais para o ensino normal. Oficializa-se e perpetua-se uma educação de traços marcadamente aristocráticos, onde a preocupação centra-se muito mais na instrução que na formação de professores.

A formação docente no Brasil, por via da Escola Normal, foi marcada pela existência e atuação de profissionais com formação em áreas diversas da educação e com diferentes níveis de formação. Somaram-se a esta caracterização, as diversidades de interesses em torno da instituição que preparava para o exercício docente na escola primária. Contribuiu ainda para a construção da teia que envolve o preparo de professores primários, as singularidades do desenvolvimento sócio-cultural dos Estados brasileiros.

A Escola Normal de Quirinópolis construiu uma trajetória histórica para demonstrar a (des) importância que era dada ao ensino e à educação no período de sua existência. Foi notória a participação de pessoas interessadas em promover uma cultura voltada para o desenvolvimento, que ofereceram-se enquanto sujeitos de um processo no qual mais valia o benefício oferecido do que o compromisso sócio-político de toda uma sociedade em desenvolvimento.

O cenário no qual esta formação se desenvolveu foi constituído de representações morais, éticas, religiosas e práticas que desenharam a instituição e, de fato, foi responsável pela educação. Entendia-se por educação a formação para a vida em sociedade. A escolarização servia como um trampolim para aqueles ou aquelas que a conseguiam, fazendo dela um instrumento de elevação de seu status social, de profissionalização.

Os documentos consultados e as entrevistas, frutos de um trabalho paciente e demorado, mostraram que a educação ocorria mais pela ação de pessoas empreendedoras do que pelas do poder público. Era a comunidade pressionando o Prefeito e as demais autoridades do Município e do Estado.

Nos depoimentos dos ex-alunos, além de se evocar um certo saudosismo, transpareceu muita admiração pelos colegas, pelos professores, pois a escola os transformou em homens e mulheres com espírito de luta, atuação, realizadores tanto na área da educação quanto em outros campos da sociedade, no tempo em que viveram e vivem.

O método utilizado para obter esses registros foi a História Oral. Já se comprovou que a recuperação de histórias de vida é um caminho fértil para a compreensão de processos sociais e da ação dos grupos sociais que os conduziram. O Cotejo dos depoimentos permite conhecer diferentes versões sobre os acontecimentos e captar um conjunto representativo de visões que nos conduz a aproximações múltiplas da verdade possível. Muitas vezes somadas, convergentes ou divergentes, nos ajudam a reconstituir, através de informações cruzadas e versões superpostas, a visão de uma época.

A reconstituição das trajetórias de personagens ligados à Escola Normal Regional Coronel Quirino abre assim novas perspectivas para o aprofundamento dos estudos sobre as Instituições Educativas no Brasil. Não se pode negar que em seus tempos áureos (anos de 1950 e 1960), a Escola Normal de Quirinópolis teve como princípio educativo o trabalho e não a distinção social. Categoria presente nos textos de Éster Buffa e Paolo Nosella. Desenvolveu um projeto de educação humanística e profissionalizante que encontrou eco em seus ex-alunos. Eles atestam isso nas entrevistas, quando falam do prazer de estar na escola e nela conviver com colegas e professores, do desenvolvimento de suas aptidões e das oportunidades que iriam surgir para eles no mercado de trabalho e de como se tornaram capazes de construir projetos pessoais e coletivos.

A análise e sistematização da história da Escola Normal Regional Cel. Quirino em Quirinópolis não pretende dar a compreensão de terminalidade sobre a investigação deste objeto. O objeto maior é a recuperação de sua identidade, a revitalização de sua História. Tem ainda a intenção de promover discussões sobre outros pontos que a compõem, de forma a suscitar outras pesquisas que façam avançar a construção da História da Educação Quirinopolina. Convite à rememoração dos registros e feitos individuais e coletivos que fizeram a educação de Quirinópolis nos anos de 1920, 1930, 1940 e 1950.

A trajetória da Escola Normal de Quirinópolis (1954 – 1961) mostrou a sua importância local e regional, mas também realçou o pouco esforço do poder público para difundir e garantir a educação. Os professores eram mal remunerados pela prefeitura. O Estado só passou a construir prédios escolares na cidade nos anos de 1960. O material didático usado pelos professores era o básico. Essa vertente mostra o descaso com a educação que ainda existia no país, apesar do discurso sobre sua importância.

A Escola Normal foi um esforço das elites da cidade para atender às necessidades suas e dos seus filhos. A presença de alunos pobres serve para encobrir essa realidade. A presença de uma aluna negra não significou avanço. Na realidade, espelha a discriminação que existia em todo país. Os negros eram excluídos das escolas em função de sua condição étnica e de classe social.

Esta pesquisa demonstrou que, muitas vezes, o que se julgou ser uma mudança recente de valores, não o é; problemas que se pensou serem atuais, também não o são, e mais que isto,

problemas que se acreditou existirem por determinados motivos, em verdade são historicamente explicados pelas próprias condições de existência da Escola Normal Regional Coronel Quirino.

As informações obtidas nas entrevistas mostraram que da memória se colhem valiosos conhecimentos esquecidos da prática educativa, do destino social de cada aluno, do processo educacional e de todos que foram por ela envolvidos. No entanto, observa-se que, em virtude da proporção do objeto de estudo, outras faces estão para serem exploradas e que não se encerra aqui o percurso da pesquisa, visto que o Magistério carrega sempre novas possibilidades e perspectivas de novos conhecimentos.

MATERIAIS HISTÓRICOS

1. Depoimentos

1.1. Professores da Escola Normal

1. Coracy de Magalhães12/02/04
2. Georgides de Souza Mattos.....04/02/04
3. Humberto Xavier.....09/02/04
4. Jalta Barbosa.....07/02/04
5. Onília Vieira de Carvalho.....08/02/04

1.2. Alunos da Escola Normal

1. Athaydes de Freitas Silveira.....12/02/04
2. Clarice Parreira.....07/02/04
3. Coracy de Magalhães12/02/04
4. Elcia Borges da Silva.....07/02/04
5. Genercy Maria da Costa Moraes.....05/02/04
6. Georgides de Souza Mattos.....04/02/04
7. Iary Correa Martins.....05/02/04
8. Iracema Martins Correa.....07/02/04
9. Maria Conceição Borges.....13/02/04
10. Maria da Fé Chaves.....05/02/04
11. Onília Vieira de Carvalho.....08/02/04
12. Rafael Ferreira Chaves.....13/02/04
13. Shirley Martins Parreira.....05/02/04

1.3. Professora do Grupo Escolar Ricardo Campos

1. Altair Geralda D'Abadia

1.4. Alunos do Grupo Escolar Ricardo Campos

1. Alaor Lopes

2. Ronan Alves Lopes

2. Manuscritos

- Livro Ata de Reuniões da Congregação da Escola Normal Regional Coronel Quirino, 48 páginas, numeradas de 3 a 50. Quirinópolis, 01 de dezembro de 1958. Arquivo do Colégio Estadual Independência.

3. Periódicos

- *Revista Nossa*. Quirinópolis GO, Grupo Projetor, ano I – nº. 01, out/nov, 1977, p. 22. Campinas, Goiânia: Tipografia e Editora Bandeirante.
- *Revista Economia e Desenvolvimento*. “Desenvolvimento e qualidade de vida, as marcas de Quirinópolis.” Ano V nº. 15, abril/junho de 2004, p. 71-76. Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

4. Legislação e Documentos Oficiais

- Decreto-Lei Federal nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.
- Decreto-Lei Federal nº 8.586, de 08 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a adaptação dos serviços do Ensino Normal nos Estados, Territórios e Distrito Federal, à Lei Orgânica do Ensino Normal.

- Decreto-Lei nº 870, de maio de 1947. O Estado de Goiás adapta o Ensino Normal de Goiás, ao que dispõe a Lei Orgânica do Ensino Normal, expedida pelo Decreto-Lei Federal nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946.
- Lei Municipal nº 82, de 08 de novembro de 1954. Decreto de criação da Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino, em Quirinópolis. Arquivo de Leis da Prefeitura Municipal de Quirinópolis.
- Decreto Municipal nº 25/55, de 17 de maio de 1955. Nomeação de Diretor para a Escola Normal Regional Coronel Quirino. Arquivo de Leis da Prefeitura Municipal de Quirinópolis.
- *Quirinópolis 58 anos*. Prefeitura Municipal de Quirinópolis-GO. Administração 1997-2004. (Panfleto Comemorativo).

5. Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda (1996). *História da Educação*. São Paulo: Moderna.
- ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JR, Décio (2004). “O Ensino Baseado em Pesquisas e Estudos como Diretriz do Centro Regional de Pesquisas Educacionais”. Uberlândia, (MG): Universidade Federal de Uberlândia (Mimeo).
- ARRAIS, Tadeu Alencar (2004). *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia: Ed. Vieira.
- BARROS, Armando M. (2003). “Os álbuns de famílias e suas fotos com motivos escolares: notas preliminares sobre as imagens como sociabilidade, espisteme e fontes históricas”. In: *Práticas Discursivas ao olhar: visualidade, olhar e cegueira na formação do pedagogo*. Rio de Janeiro: Editora E-Papers.
- BORGES, Vera Lúcia Abrão (2004) “Subsídios para a História da Profissão e da Formação Docente: Modernização e Republicanização no País e em Minas Gerais” (1892 a 1930). Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia (Mimeo).
- BRETAS, Genesco Ferreira (1991). *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia, CEGRAF/UFG.
- BRZEZINSKI, Iria (1987). *A Formação do Professor para o início da escolarização*. Goiânia: Ed. UCG\SE (Secretaria de Educação do Estado de Goiás).
- BUFFA, Ester e PINTO, Gelson de Almeida (2002). *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas*. Brasília: INEP; São Carlos (SP): EdUFSCar.
- CANEZIN, Maria Tereza e LOUREIRO, Walderês Nunes (1994). *A Escola Normal em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG.

- CHARTIER, Roger (1990). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- CORALINA, Cora (1985). *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global Editora.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VIDAL, Diana Gonçalves (2000). “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*, ANPED n°. 14 Mai/Jun/Ago, p. 19-34.
- FRANCISCO FILHO, Geraldo (2001). *A Educação Brasileira no Contexto Histórico*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- GATTI JR, Décio (2000). “Reflexões Teóricas sobre a História das Instituições Educacionais”. *Ícone*, Uberlândia (MG) Centro Universitário do Triângulo. V. 6 n°. 2 jul/dez, p. 131 – 147. Uberlândia, Minas Gerais.
- GATTI JR, Décio e PESSANHA, Eurize Caldas (2004). “História da Educação, Instituições e Cultura Escolares: Conceitos, Categorias e Materiais Históricos”. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau (2002). “A Documentação Oficial de Uberlândia e a Compreensão da História da Educação em Minas Gerais e na Região do Triângulo Mineiro”. *Cadernos de História da Educação*. Universidade Federal de Uberlândia, V. 1, n°. 1, jan/dez, p. 133-39.
- GOUVEIA, Maria Cristina Soares de e ROSA, Walquiria Miranda (2000). “A Escola Normal em Minas Gerais”. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de e PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (org). *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais.
- INÁCIO FILHO, Geraldo (2002). “Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro” (1880-1960). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. José Carlos Souza Araújo, Décio Gatti Junior (organizadores). Campinas (SP) Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, p. 39-62.
- KULESZA, Wojciech A. (1998). “A Institucionalização da Escola Normal no Brasil (1810 – 1910)”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: V.79, n°. 193, set/dez; p. 63-71.
- MAGALHÃES, Justino (2000). “Um Apontamento Metodológico sobre a História das Instituições Educativas”. In: SOUZA, Cynthia Pereira de e CATANI, Denice Bárbara (org) *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, p. 51-69.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (2002). *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola.
- MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho (2000). *A História da Formação Docente: a singularidade da Escola Normal de Rio Verde, GO (1933-1974)*. Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia (Dissertação de Mestrado).
- MONARCHA, Carlos (1999). *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, (SP): Editora da Unicamp.
- MORAIS, Eunice S. Mourão; GUIMARÃES, Nelia Ferreira C. e SERAFIN, Valdobert Ribeiro (1996). *A Política de Planejamento Econômico-Social e a Valorização do Espaço Urbano em Quirinópolis-GO*. Universidade Salgado Filho. (Monografia de

curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação Sócio Econômica do Brasil em convênio com a Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Quirinópolis).

- MOREIRA, Antônio Flavio e SILVA, Tomaz Tadeu. (1995). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez.
- NEPOMUCENO, Maria de Araújo (1994). *A Ilusão Pedagógica; 1930 – 1945: Estado, Sociedade e Educação em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG.
- PALACIN, Luís e MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna (1975). *História de Goiás (1722–1972)*. Goiânia: Imprensa da U.F.G.
- PAOLO, Nosella e BUFFA, Ester (1996). *Schola Mater: A antiga Escola Normal de São Carlos*. São Carlos (SP): EDUFSCar.
- PASSOS, Elizete Silva. (1995). *A Educação das Virgens: um estudo cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula.
- PARREIRA, Airosa Martins e MATTOS, Georgides de Souza (1988). *Histórico de Quirinópolis*. Quirinópolis-GO: Prefeitura de Quirinópolis.
- PEREIRA, Maria Cândida Sandoval C. e LISBOA, Lady Munerato de A. (1984). *A Escola Normal hoje?* São Paulo: CENAFOR.
- RODRIGUES, Janine Marta Coelho (2003). *Construindo a profissionalização docente*. João Pessoa: Editora Universitária.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. (2003). *História da Educação no Brasil, 1930 – 1973*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- SAGIM JÚNIOR, Odir e SAGIM, Mirian Botelho (2000). *Quirinópolis Histórico*. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular.
- SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e (1975). *Tradição e Renovação Educacional em Goiás*. Goiânia: Oriente.
- TANURI, Leonor Maria (1979). *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: USP/Faculdade de Educação.
- THOMPSON, Paul (1992). *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOFOLI, Therezinha Elizabeth (2003). *Educação Feminina em Adamantina – SP: O Instituto de Educação Madre Clélia – 1951-1978*. Presidente Prudente, (SP): Universidade Estadual Paulista. (Dissertação de Mestrado).
- VILLELA, Heloisa de O. S. (2000). “O Mestre-Escola e a Professora”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, LUCIANO Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.) *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 95-135.

APÊNDICE

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação

Roteiro para depoimentos de ex-professores da Escola Normal Regional Coronel Quirino

1) Dados Gerais da Entrevista	Data: Horário: Local:
2) Dados do depoente	Permita-me registrar seu nome: Nome completo: Local e data de nascimento: . Endereço completo: Fone: Formação Acadêmica: Trajetória profissional: Período em que lecionou na Escola Normal: Idade na qual ingressou e saiu da escola: Disciplina ministrada:

3) Normas/ Finalidades	Qual foi o objetivo da Institucionalização da Escola Normal em Quirinópolis? Qual era o projeto pedagógico da Escola Normal? A Escola Normal cumpriu suas funções pedagógicas e sociais?
4) Motivação/ Comunidade	Que razões e motivos levaram a população Quirinopolina a solicitar a criação da Escola Normal em 1954? Qual era a perspectiva do prefeito Sr. Joaquim Quirino de Andrade, quando criou a escola Normal em 1954? Na sua opinião, qual foi a relevância da educação dada pela Escola Normal à população Quirinopolina? Como foi a Escolha do nome Escola Normal Regional Coronel Quirino?
5) Profissionalização Docente	O Curso Normal preparou adequadamente seus alunos para o exercício docente no ensino primário?

Que razões o (a) levou a escolher a profissão de magistério?

Que relevância teve a Escola Normal na sua trajetória profissional?

Quais são suas lembranças sobre as formas de relacionamento entre os docentes?

Qual era o perfil dos professores da Escola Normal?

Fale um pouco de cada um dos primeiros professores da Escola Normal, citados abaixo e de outros docentes e funcionários não mencionados por não tê-los encontrado nos registros da Prefeitura.

Genoveva Ribeiro Neves
Aldeilda Gomes Estelita
Carolina Afonso Figueiredo
Dr. Sizenando Martins
Dalva Gomes Monteiro
Dr. Helto de Moraes Sarmento
Maria Augusta Porto Teixeira
Jalta Barbosa
Humberto Xavier
Dr. Waldir Fernandes Lima
Maria Helena Xavier
Iracema Martins Correa
Onília Vieira de Carvalho
Violeta Borges Lima

6) Saberes/Tempo

De quantos anos era o curso de Magistério. Você poderia citar as disciplinas ministradas na época?

Quais eram as características da população, seus costumes e valores?

O Currículo era adequado à formação do professor (a) exigido para aquele momento?

Quantos eram os dias letivos? Quais eram os períodos de férias?

Havia naquela época comemorações na Escola? Quais e como elas se realizavam?

Quais são suas lembranças do diretor Dr. Geraldo Pinto Figueiredo. Qual era o seu projeto pedagógico para a Escola Normal?

	<p>Quando e como ocorreu a passagem da Escola Normal Regional Municipal Cel Quirino, para o Ginásio Estadual Normal de Quirinópolis, cujo primeiro diretor foi Dr. Alexandre Soares de Faria?</p>
<p>7) Práticas/Objetos de Ensino/Linguagem</p>	<p>Como eram selecionados os conteúdos a serem ministrados?</p> <p>De quem recebiam orientações pedagógicas?</p> <p>Qual era o período de planejamento?</p> <p>Que método de ensino-aprendizagem era utilizado?</p> <p>Que técnicas e objetos de ensino eram mais comuns nas aulas?</p> <p>Você lembra os nomes de alguns livros didático adotados na época?</p> <p>Como era a Prática de Ensino? Onde e como eram realizadas?</p> <p>Como era realizado o processo de avaliação? Como se trabalhava a questão aprovação-reprovação?</p>
<p>8) Espaço/Prédio/Salas</p>	<p>Como se deu a escolha do prédio da Escola Normal? E como foi equipado?</p> <p>Como era dividido o espaço da Escola Normal? (salas, departamentos, setores)</p>
<p>9) Discentes</p>	<p>Qual a origem sócio-econômico dos (as) alunos (as) da Escola Normal?</p> <p>Como era a disciplina dos alunos? Quais eram as formas de controle utilizados pela Escola Normal?</p> <p>Como eram organizados os momentos de lazer dos alunos?</p> <p>Como era o uniforme dos alunos? Havia obrigatoriedade do uso?</p> <p>Qual era o perfil dos alunos da Escola Normal?</p> <p>O que dependia do aluno para a promoção à série imediata ou conclusão do curso?</p>
<p>10) Administração</p>	<p>O que era exigido do professor para ter sua admissão na Escola Normal? Havia interferência política ou religiosa?</p>

Como era a remuneração dos professores?

Como era a organização da Escola Normal?

Qual era a contribuição do Estado?

Quais eram as atribuições do diretor?

Qual era o índice de aprovação e de evasão?

Como eram as solenidades de formatura?

Como eram os certificados?

O que representou para Quirinópolis o trabalho pioneiro do Dr. Geraldo e sua equipe de professores?

Que documento regulamentava a organização da Escola Normal (Estatuto, Regimento)?

Gostaria de acrescentar algo que considere relevante sobre a Escola Normal?

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação

Roteiro para entrevista de ex-alunos da Escola Normal Regional Municipal Cel. Quirino

1) Dados Gerais da Entrevista	Data: Horário: Local:
2) Dados do depoente	Permita-me registrar seu nome: Nome completo Local e data de nascimento: Endereço completo: Fone.: Formação Acadêmica: Profissão atual: Período em que estudou na Escola Normal: Idade na qual ingressou na Escola Normal:
3) Normas/Finalidades	Qual era o projeto pedagógico da Escola Normal? A Escola Normal o (a) formou de maneira a atender as necessidades das escolas primárias?
4) Motivação/Comunidade	Na sua opinião, quais foram os motivos que levaram a população Quirinopolina a solicitar a criação da Escola Normal Regional no município? Qual foi sua importância e contribuição? O Sr. (a) sabe o porquê da Escola Normal recebeu o nome de Cel Quirino?
5) Profissionalização Docente	Como foi o processo educativo desenvolvido pela Escola Normal? Qual era sua visão a respeito dos professores da Escola Normal? Fale um pouco de cada um dos primeiros professores da Escola Normal, citados abaixo. Genoveva Ribeiro Neves

Aldeida Gomes Estelita
Carolina Afonso Figueiredo
Dr. Sizenando Martins
Dalva Gomes Monteiro
Dr. Helto de Moraes Sarmento
Maria Augusta Porto Teixeira
Jalta Barbosa
Humberto Xavier
Dr. Waldir Fernandes Lima
Maria Helena Xavier

6) Saberes/Tempo

A Escola Normal ensinava de acordo com as exigências da época?

Quais eram as disciplinas e de quantos minutos eram as aulas?

Qual era o método de ensino mais usado na época?

Como eram os exames?

Nas aulas, os conteúdos eram adequados a realidade dos alunos?

Os trabalhos escolares constavam de lições, exercícios e exames?

Lembra nomes de alguns livros em que estudou?

Como era dividido o ano escolar?

Quais eram as formas de participação dos alunos nas datas comemorativas e festividades da escola?

Como eram as solenidades de formatura?

Quais eram as características da população, seu costumes e valores?

7) Práticas / Objetos de Ensino/Linguagem

Que métodos, técnicas e objetos de estudo eram mais utilizados nas aulas?

Havia planejamento das aulas por parte dos professores?

Como o professor conseguia manter a disciplina?

Como era a Prática de Ensino?

8) Espaço/ Prédio/Salas

Como se deu a escolha do prédio da Escola

	<p>Normal?</p> <p>Como era distribuído o espaço da Escola Normal? (salas, setores, departamentos)</p>
<p>9) Discentes</p>	<p>Quais os motivos que o (a) levou a estudar na Escola Normal Regional Municipal Cel. Quirino?</p> <p>Qual era o perfil dos alunos da Escola Normal?</p> <p>Que lembranças têm do Diretor e dos demais funcionários da Escola Normal?</p> <p>Como era o relacionamento entre os alunos, e entre alunos e professores?</p> <p>Qual era a situação socioeconômica dos alunos da Escola Normal?</p> <p>Qual era a composição dos alunos quanto ao gênero?</p> <p>Quantos (as) alunos (as) iniciaram e quantos (as) formaram na sua turma?</p> <p>De que maneira a formação recebida na Escola Normal influenciou sua vida?</p> <p>Você deu continuidade a seus estudos? Você ingressou no magistério?</p>
<p>10) Administração</p>	<p>Como era a organização da Escola Normal?</p> <p>O que era exigido do aluno para ter sua admissão ao curso Normal?</p> <p>O que dependia do aluno para a promoção à série imediata ou conclusão do curso?</p> <p>Como era o regime disciplinar da escola? Quais eram as penalidades aplicadas?</p> <p>Como era o uniforme dos alunos?</p> <p>Quais eram os deveres dos alunos?</p> <p>Gostaria de acrescentar algo que considere relevante sobre a Escola Normal</p>

3

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____

Portador (a) do RG n°. _____, emitido pela _____

autorizo os pesquisadores brasileiros a utilizarem o depoimento que concedi a pesquisadora Maria da Felicidade Alves Urzedo, portadora do RG n°. 379140, com emissão pela SSP/GO.

_____, ____ de _____ 2004.
(Local e Data)

(Assinatura)